



# Fé e Alegria

## Direção Geral

Pe. Carlos Fritzen, SJ

## Comissão de Trabalho

### Escritório Nacional

Norival de Oliveira

Anita Viudes Carrasco Freitas

(No período de 08/2007 a 03/2008)

## Regional Brasil Centro-Leste

### Sub-Regional São Paulo

Carla Soares Motta

### Sub-Regional Tocantins

Angelita Divina Cavalcante

Francisco Alves Barbosa

(A partir de setembro de 2008)

Noeli Maria Sturmer

(A partir de setembro de 2008)

## Regional Brasil Meridional

### Sub-Regional Rio Grande do Sul

Pe. Valério Sartor, SJ

(A partir de setembro de 2008)

### Sub-Regional Santa Catarina

Natália Oliveira Daud

(No período de 09/2007 a 09/2008)

### Sub-Regional Mato Grosso

Judite Ferreira de Santana

(No período de 09/2007 a 05/2008)

## Regional Brasil Nordeste

### Sub-Regional Espírito Santo

Fátima Rodrigues Burzlaff

## Revisão de conteúdo

Professor Doutor Luís Augusto Passos,

Professor adjunto e Pesquisador da

Universidade Federal de Mato Grosso

## Revisão de Texto

Angelita Divina Cavalcante

Carla Soares Motta

Pe. Carlos Fritzen

Célia Regina Moraes Betiolo

Fátima Burzlaff

Francisco Alves Barbosa

Noeli Maria Sturmer

Norival de Oliveira

Pe. Valério Sartor

Paulina Christov

Raimunda Nonata Cadó

Vilmar Burzlaff

## Fundação Fé e Alegria do Brasil

Rua Rodrigo Lobato, 141 – Sumaré

05030-130 São Paulo, SP

Tel /Fax: 55 11 3865 9761

[fundacao@fealegria.org.br](mailto:fundacao@fealegria.org.br)

[www.fealegria.org.br](http://www.fealegria.org.br)

*Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Fundação Fé e Alegria do Brasil.*

ISBN 978-85-63139-00-9

© Fundação Fé e Alegria do Brasil, São Paulo, Brasil, 2009

# Sumário

APRESENTAÇÃO .....	2
--------------------	---

1 INTRODUÇÃO .....	4
--------------------	---

2 MARCO SITUACIONAL .....	8
---------------------------	---

3 MARCO CONCEITUAL .....	14
--------------------------	----

4 MARCO OPERACIONAL .....	32
---------------------------	----

5 POLÍTICAS DE SUPORTE .....	72
------------------------------	----

6 ANEXOS .....	76
----------------	----

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	78
------------------------------------	----



**Edições Loyola**

## Editoração, Impressão e Acabamento

Edições Loyola

Rua 1822, 341 – Ipiranga

04216-000 São Paulo, SP

T 55 11 3385 8500

F 55 11 2063 4275

[editorial@loyola.com.br](mailto:editorial@loyola.com.br)

[vendas@loyola.com.br](mailto:vendas@loyola.com.br)

[www.loyola.com.br](http://www.loyola.com.br)

Preparação: Ivone Andrade

Projeto Gráfico/Capa/Diagramação: Flávia Dutra

Revisão: Malvina Tomáz



# APRESENTAÇÃO

**É COM ALEGRE ESPERANÇA** que lhes apresento a *Proposta Educativa de Fé e Alegria Brasil*, construída com muitas mãos, de forma participativa e corresponsável, envolvendo-nos como atores em distintos lugares e funções nesse bonito e provocativo cenário. Na elaboração do Plano Estratégico Nacional 2006-2010, identificamos a necessidade de sistematizar e fortalecer a *Proposta Educativa de Fé e Alegria Brasil*. E agora, à luz da missão e identidade de Fé e Alegria, das experiências educativas inovadoras de cada área, dos esforços e da colaboração de todos e todas, do apoio de Inditex e Entreculturas e, sobretudo, através de um projeto nacional, foi possível elaborar e sistematizar essa *Proposta Educativa*, que traz orientações e diretrizes comuns para inovar, aprimorar e, sobretudo, dar um rosto comunicativo e uma identidade própria ao trabalho educacional popular que todos realizamos de norte a sul, leste a oeste desse país continente chamado Brasil.

O conteúdo da Proposta é fruto de ampla pesquisa e da prática diária corporificada nas relações educativas dos educadores de Fé e Alegria, homens e mulheres comprometidos com a Educação Popular, enraizados no chão da cultura de cada grupo e comunidade, com vistas à emancipação, à autonomia e à transformação social. A visão comum do trabalho/missão coloca-nos em uma mudança de perspectiva — um novo paradigma — um *novo modo de pensar, proceder e executar para realizar melhor a mesma missão* cuja meta é *qualificar ainda mais a nossa presença à luz do tempo atual e de seus apelos, exatamente “lá onde termina o asfalto e a cidade muda de nome”*. Por outro lado, nosso objetivo é, de acordo com a *Proposta Educativa*, transcender os limites das nossas práticas pedagógicas e ampliar as experiências inovadoras não só do ponto de vista pedagógico, mas também propor, através do trabalho em rede, projetos culturais e entreajuda solidária, ampliação das políticas públicas permanentes de Estado.

Um dos grandes avanços da Proposta Educativa foi definir as seis áreas de atuação de Fé e Alegria (Educação Formal, Educação Não Formal, Desenvolvimento Comunitário, Formação de Educadores Populares, Comunicação e Ação Pública), assim como especificar as ações referidas a essas áreas, urgente para o momento presente. Portanto, este documento, reflete a exigência e a necessidade de maior articulação entre pessoas e ações das diversas áreas de atuação de Fé e Alegria para contribuir com vigor maior no servi-

ço a todos e todas. Este documento abre pistas para *relacionar-nos* com outras organizações e atores sociais que também lutam, como nós, pela causa dos empobrecidos. Por um lado, a *nossa Proposta orienta a nossa prática educativa* e, por outro, dá-nos a possibilidade para aprender na interlocução e nos intercâmbios com outras experiências, através de debates e/ou seminários, ações conjuntas, programas de parceria, entre tantas modalidades possíveis.

Outro avanço da Proposta Educativa foi tratar de forma explícita a dimensão Pastoral que herdamos de nosso fundador, e por isso está na origem da identidade do nosso Movimento. A Pastoral de Fé e Alegria tem uma proposta evangelizadora com identidade definida, inculturada e ecumênica, que, evangelizando, evangeliza-se. Portanto, pode-se afirmar que Fé e Alegria carrega no seu coração uma missão pastoral, indelével de sua própria identidade, e que é assumida por todas as pessoas que trabalham nos diferentes Programas. Essa pastoral está centrada na pessoa de Jesus, em seu seguimento e fidelidade criativa ao Reino de Deus, anúncio da Boa-Nova proclamada aos pobres, e fidelidade a apelos de sua causa. Essa razão qualifica a aposta de Fé e Alegria na pessoa, pela qual trabalhamos, por sua dignidade e direitos de filhos de Deus e irmãos de todos os outros homens, no mundo, a cada tempo e lugar, apostando na pessoa e no trabalho pela dignidade do ser humano como filho de Deus, e, por consequência, irmão e irmã de todos os outros e outras, chamado a iluminar a partir dos valores do Evangelho as diferentes dimensões e áreas de ação do Movimento, em favor do Reino.

A *Proposta Educativa de Fé e Alegria Brasil* expressa também a nossa forma específica e *diferencial de colaborar com a transformação de pessoas e estruturas* sociais através da Educação Popular. “Para Fé e Alegria a educação é a estratégia fundamental para alcançar uma sociedade justa, fraterna e democrática”.

Conclamo a todos os colaboradores das diferentes áreas de atuação de Fé e Alegria Brasil a abraçar com firmeza e ternura a Proposta Educativa como bússola orientadora de nossas práticas educativas transformadoras. A palavra escrita expressa as utopias e os sonhos de todos nós, e juntos a produzimos, porém precisa tornar-se palavra-ação, palavra-vida, pelo riso, sangue e suor de todos nós. Ressalto que o trabalho de todos e todas é imprescindível, relevante, significativo, reconhecido e apoiado em cada passo do processo. Em tempos de crise e incerteza, somos desafiados

a educar e formar pessoas autônomas, solidárias, justas e éticas que sejam capazes de nos ajudar a construir outro mundo.

Faço votos de que este documento oriente e ajude a todos na construção da *Proposta Político-Pedagógica em cada Unidade ou Centro Educativo de Fé e Alegria*. Trata-se de colocar em prática o que juntos refletimos e sistematizamos, revendo continuamente nossa prática, aprofundando-a com os novos elementos que surgem das avaliações e das experiências inovadoras de Fé e Alegria. Certamente, com o trabalho das diversas equipes, em colaboração com as comunidades locais, será possível discutir e dar vida ao que o documento propõe a cada um(a) de nós.

Que a Proposta Educativa nos ajude a fortalecer a ação educativa popular de Fé e Alegria pelo Brasil afora.

**Pe. Carlos Fritzen**  
**Diretor Nacional**



# 1. INTRO DU ÇÃO

**EDUCAÇÃO É UM CONCEITO** amplo e não pode ser reduzido, como geralmente acontece, à educação escolar ou formal nem a um período da vida: a idade escolar ou a infância. A educação é um direito básico inalienável de todo ser humano e, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1978, é um direito subjetivo<sup>1</sup>, ligado ao exercício da cidadania. A educação é condição necessária para que a pessoa, no exercício da cidadania, usufrua de outros direitos constituídos em uma sociedade democrática. É importante esclarecer que a cidadania é estado próprio de qualquer pessoa que nasça sob pele humana. A obstrução desta expressão é crime.

Ao assumir a posição de que o direito à educação é, sobretudo, o direito de aprender, o direito de constituir a identidade e o sentimento de pertença a um grupo social, faz-se necessário repensar o papel da escola dentro de um contexto mais amplo, no qual ela, apesar de fundamental, não é a única responsável pela formação integral do ser humano.

A educação escolar é um dos sistemas educativos que, assim como o vasto campo da chamada educação não formal e informal, tais como a família, a cidade, a comunidade, os meios e os espaços de cultura, informação e comunicação, se complementam e asseguram à população as aprendizagens essenciais e a continuidade delas ao longo de toda a vida. Portanto, falar em direito à educação é falar em garantias constitucionais ativas por parte do Estado, de permitir o acesso às oportunidades, em condições iguais, para todos e todas.

O direito a essa educação ampla e de qualidade ainda é um sonho, pelo menos para boa parte dos países do mundo, historicamente marcada pela pobreza, pela desigualdade social, pela exploração, pela discriminação e por uma tendência

• • •

**1.** A Constituição Federal de 1988 declara o papel indissociável da educação para o exercício da cidadania. De sorte que o art. 6º institui a educação como um dos mais relevantes direitos sociais do cidadão, que será depois ratificado no art. 208 como direito de todos, e que se funda, segundo o inciso VII, § 1º, como direito público subjetivo, permitindo que qualquer pessoa individualmente, em qualquer que seja a idade, acione o Estado pelo não cumprimento do dever da oferta de escolarização.

cada vez mais crescente à mercantilização da educação e à indecente reserva de privilégios para poucos. A educação será, portanto, fruto de grande luta pela justiça e pelo reconhecimento do valor de qualquer humanidade respaldada por uma democracia pautada no Estado Democrático de Direito.

Torres (2005) alerta para o acúmulo de conhecimento teórico e prático existente hoje sobre as questões relacionadas à educação, em particular no contexto latino-americano, que poderia subsidiar a tomada de decisões políticas, tanto no nível nacional quanto no internacional. A evidência de que a desigualdade educativa está diretamente associada à desigualdade econômica e social aponta para a necessidade de mudança no atual modelo educacional vigente.

Apesar dessas evidências, no entanto, o mundo enfrenta imensos desafios. Vivemos em uma época de profundas transformações, em que o sonho de afirmação de uma sociedade democrática e igualitária esbarra diariamente com um projeto de orientação neoliberal, hegemônico, que se apoia e se fortalece com a implementação de reformas que acentuam a marginalização e a exclusão.

Essa cultura, neoliberal e globalizante, ao incutir a ideia de que não é possível sair da economia de mercado, altamente seletiva, incentiva o consumo e as práticas competitivas e individualistas.

Para se contrapor ao modelo em curso é preciso fomentar novas práticas sociais, educacionais e culturais que, orientadas pela visão de outra sociedade possível, possibilitem o surgimento de uma nova consciência e, conseqüentemente, de novas relações nas quais todos — crianças, adolescentes, jovens e adultos, homens e mulheres, independentemente da sua condição — sejam capazes de se perceberem, estarem e se relacionarem no mundo de forma plena e responsável. Isso implica mudança na forma de pensar e agir, portanto, mudanças nos sistemas de conhecimento, dos valores e dos comportamentos que norteiam<sup>2</sup> as

relações entre os seres humanos e com o meio ambiente, que, historicamente, restringiu-se ao aspecto econômico do desenvolvimento.

Diante de um mundo de incertezas, de contradições e de intensas mudanças, quer pelas crises do capitalismo quer pela aceleração da tecnologia e seus impactos nas relações entre as pessoas humanas, exigem-se mudanças na esfera educacional e nos seus diferentes âmbitos e contextos, bem como um novo papel importante na medida em que, assim como afirmava Paulo Freire, possa contribuir para a transformação das relações, tais como estão colocadas hoje, na perspectiva da construção de um mundo ético, justo, mais comprometido com o outro, com as condições de preservação do espaço e da sobrevivência do planeta. Essa mudança não é tarefa fácil e reflete a necessidade da formação de seres humanos conscientes de sua incompletude e que lutam permanentemente por sua autonomia e emancipação, aprendizes da luta solidária e engajada pela libertação de todos e todas, pessoas conscientes da importância do engajamento e da presença no/com o mundo, capazes de assumir uma postura crítica, criativa e responsável, como sugeriu Leonardo Boff, atuando nos diferentes âmbitos da vida, tanto no nível local quanto no regional, nacional e global.

Na perspectiva apontada, não basta atribuir a responsabilidade única e exclusivamente à escola formal e regular, dado que a escola não tem esse poder. Mas sem ela, também, lembra Freire, não se fará transformação global alguma. É preciso pensar os espaços de educação formal e não formal como redes que se interconectam formando verdadeiras comunidades de aprendizagens capazes de promover a habilidade de intervenção na qualidade de vida das pessoas e da sociedade.

Para Fé e Alegria, a integração da educação formal e não formal adquire importância fundamental porque nela se encontra a possibilidade da garantia inalienável dos direitos dos seres humanos, na medida em que se alie a outros instrumentos e meios,

• • •

**2.** Empregamos na Proposta Educativa o termo “nortear”, com utilização consagrada. Contudo, afirmamos o consenso com Freire (2005), quando ele altera de maneira substancial o termo “nortear”: que tem sentido óbvio, deixar-se situar a partir do norte, o que não esconde a dominação histórica dos países capitalistas e da cultura da modernidade no hemisfério norte sobre os países mantidos sob dominação, para buscar a referência de toda a

• • •

educação nas culturas dominadas do hemisfério sul: sulear, portanto. Não é diferente do conceito de Boaventura de Souza Santos (2005), que tem insistido que a grande possibilidade da mudança de paradigmas consiste em tornar visível aquilo que é escondido, a cultura desperdiçada da vida dos países pobres e de suas culturas.

através dos quais ela se constitui poderosa ferramenta de transformação social. A integração entre educação formal e não formal possibilita romper com as estruturas existentes, na medida em que amplia as oportunidades sociais, criando redes de relação que permitem a intervenção consciente daqueles que delas participam. Assumindo uma posição clara e inequívoca de oposição a toda forma de exploração e injustiça, Fé e Alegria vem, ao longo das últimas décadas, desenvolvendo projetos comprometidos com o processo de emancipação das populações excluídas.

### **1.1 Processo de construção da Proposta Educativa – PE**

Fé e Alegria, em sua história, teve muitos momentos em que se debruçou sobre uma proposta educativa construída coletivamente. Era imprescindível, nas rápidas transformações contemporâneas, que voltássemos com urgência a responder à nossa Missão, fiéis a ouvir o nosso tempo e seus clamores. O processo de construção dessa Proposta Educativa de Fé e Alegria se iniciou em agosto de 2007, em decorrência da aprovação do projeto nacional financiado por Inditex, através de Entreculturas — Fé e Alegria, elaborado para implementar o objetivo nº 1 do Plano Estratégico Nacional (2006-2010), cujos objetivos eram:

- Ampliar a participação dos diferentes segmentos envolvidos nos projetos de Fé e Alegria, com vistas a construir coletivamente o documento orientador das ações educativas nas diferentes regiões do país.
- Oferecer subsídios teórico-práticos para que as equipes de profissionais de cada Centro ou Unidade Educativa, em colaboração com as famílias e a comunidade local, pudessem reconstruir as suas propostas pedagógicas.

Indicados os seis membros da comissão responsáveis por encaminhar o processo, quatro dos quais representantes de cada regional, foi realizada no início de setembro de 2007 a primeira reunião da comissão, com o objetivo de planejar, definir e elaborar um intensivo cronograma das atividades para o período.

Em sua construção, optamos por tomar como ponto de partida o diagnóstico realizado em 2005 du-

rante a elaboração do Plano Estratégico Nacional (2006-2010), com a ressalva de que o levantamento e a análise do contexto realizados na época não tinham especificamente um objetivo pedagógico; portanto, procurou-se extrair dali os dados da realidade ainda relevantes, que, depois de analisados e atualizados pela comissão, permitiram diagnosticar a situação atual dos projetos e do trabalho educativo de Fé e Alegria. Entre as fragilidades apontadas no diagnóstico, algumas ainda permaneciam:

- Fragmentação de propostas educativas, o que dificultava o reconhecimento da identidade de Fé e Alegria.
- Necessidade de construir um vocabulário nacional que expressasse os conceitos básicos.
- Carência de construção e consolidação de uma proposta pedagógica nacional.
- Falta de definição do conceito de qualidade em Fé e Alegria.
- Ausência de qualificação das ações dos projetos nos escritórios regionais.
- Necessidade de definição de critérios e diretrizes para orientar a celebração de parcerias e convênios.
- Participação comunitária deficitária.
- Falta de clareza sobre o perfil e o papel do trabalho voluntário em Fé e Alegria.
- Fragilidade acerca da sustentabilidade institucional.

As fragilidades indicavam a necessidade de estabelecer parâmetros e diretrizes nacionais que orientassem em todos os estados a elaboração das suas propostas pedagógicas, especialmente nos seguintes temas:

- Elaboração dos projetos político-pedagógicos locais.
- Critérios para a abertura de novas filiais.
- Necessidade de rever e renovar algumas ações desenvolvidas.
- Definição dos parâmetros que explicitam a qualidade de nossas ações institucionais.

- Critérios para o estabelecimento de parcerias (âmbito de esferas públicas, privadas e coletivas).
- Orientações metodológicas de envolvimento com as comunidades.
- Aprofundamento e definição da política institucional do trabalho voluntário.
- Definição do modelo de obra referencial, mantendo um padrão nacional com a necessária autonomia que não dependa exclusivamente dos convênios com o poder público.
- Modelo de gestão que explicita a identidade e a gestão institucional.
- Formação permanente das equipes.
- Divulgação do trabalho de Fé e Alegria.

No período de setembro/2007 a janeiro/2008, os profissionais que trabalham nos diferentes estados desencadearam o processo de discussão, reflexão e intervenção nas temáticas definidas pela comissão, que, depois de discutidas, sistematizadas e aprovadas no 1º e no 2º Encontros Nacionais, realizados conforme cronograma do projeto, foram incorporadas ao presente documento.





## 2. MARCO SITUA CIONAL

### 2.1 América Latina e Brasil — Contextos político, econômico, sociocultural e educativo

**NÃO NOS PARECE POSSÍVEL** compreender a América Latina no último quarto de século sem mencionarmos as marcas que o regime neoliberal, como forma de organização do sistema capitalista no mundo contemporâneo, tem deixado no continente. Tal conjunto de políticas aparece como solução para crises de acumulação no período imediatamente anterior, surgido do esgotamento do Estado de Bem-Estar Social desenvolvimentista — fase na qual o Estado se expandiu para âmbitos da vida social com os quais até então não se preocupava. Fruto muitas vezes de lutas coletivas, a promoção de diversos direitos sociais marcou essa fase, quando, ao menos na retórica dos governos, havia a preocupação em assegurar condições mínimas de sobrevivência para grandes contingentes populacionais, de um lado, e, do outro, a expansão de investimentos e lucros das empresas.

Embora seja possível argumentar que na América Latina os direitos do Estado de Bem-Estar Social nunca foram implementados com a mínima efetividade desejada, havia algo constituído no âmbito de previdência social, dos direitos dos trabalhadores, do desenvolvimento de ciência e tecnologia, do ensino superior público, além de monopólio estatal em setores estratégicos (geração e distribuição de energia; petróleo; água; telecomunicações) que o neoliberalismo tratou de tentar demolir. Não é demais lembrar que nas celebrações dos 900 anos da Universidade de Bolonha, com reforço sistematizado nos festejos da Universidade de Lisboa, houve uma aliança formal institucionalizada entre o trabalho educacional e o de pesquisa escolar e acadêmico referidos aos interesses do Mercado e da Comunidade Europeia. Governos, ministérios e setores importantes das universidades cunharam, sob o termo *sociedade do conhecimento* como setor mais avançado junto à ciência e à tecnologia, como reorganização do capitalismo em crise. Foram criadas comissões dos governos da comunidade europeia, comitês de especialistas e economistas, de sorte que, todas as mudanças operadas no mundo inteiro no interior do sistema de avaliação, critério de expedição de diplomas, reconhecimento de títulos, projetos de qualificação e formação, estão submetidas ao interesse de retorno do capital e seus interesses de mercado. Estabeleceram-se,



dessa forma, uma nova geopolítica e uma recuperação do eurocentrismo ativo, com dimensões colonialistas e protecionistas dos títulos emanados pelas universidades europeias. Um documento desse processo organizativo gerou um documento de referência, o tratado de Amsterdã, que reza o tipo de qualidade estabelecida nas titulações, desde o ensino básico até os estratos mais avançados das universidades, como competências exigidas para reconhecimento mútuo, acadêmico e de mercado. A crise econômica europeia volta-se, mais feroz ainda, para a busca de hegemonia do conhecimento. Trata-se, depois, da recuperação do eurocentrismo e sua cultura, através de modelos neocolonialistas.

O liberalismo sempre exigiu a não intervenção do Estado na economia. Com a crise econômica atual, invertem-se as demandas e exige-se que o Estado interfira com recursos públicos e salve o Capital privado do desmonte. Ficou claro, para investimento massivo, que a ausência do Estado ou o seu colapso incentivam um vampirismo de grupos privados internacionais, por completa ausência de regras nas transações, destruindo formas de convivência necessária, bem como destruindo recursos naturais imprescindíveis e não renováveis. A crítica hoje se volta à ambígua presença do Estado. Na década de 1970, a crítica se dirigia às excessivas intervenções do Estado em todas as dimensões da vida, fato que por si só geraria duas consequências imediatas: restrições à liberdade individual e generalização da ineficácia produtiva. Essa seria a explicação para o estado de crise econômica aguda que o mundo capitalista viveu em meados da década de 1970. Outro objeto de crítica violenta, em razão de suas estratégias coletivistas e globalizantes, eram os sindicatos — a garantia dos direitos de classe também era vista como mecanismo que comprometia a produtividade. Esta, por sua vez, aconteceria se os pressupostos mais cabais do liberalismo econômico (exacerbação da livre-concorrência associada à desregulamentação e à mercantilização das mais variadas esferas da vida) fossem realmente concretizados.

A produtividade passou cada vez mais a ser associada a duas realidades: a das empresas transnacionais, que, à medida que ampliavam seu faturamento e espalhavam filiais pelo globo, fundiam-se e ganhavam mais poder de influência nos mercados nacionais e também em espaços globais de decisão política.

A segunda realidade referia-se a uma participação cada vez maior do capital financeiro na renda mundial: sua presença nos mercados nacionais era sinônimo de crédito para investimentos — ou, ao menos, sinais

momentâneos de menor insegurança. A financeirização do mundo fez diminuir a importância do capital produtivo (industrial, agrícola, geração e comércio de serviços) nos PIBs nacionais, possibilitando a especuladores ganhar muito dinheiro através de ataques que concorriam para desestabilizar economias e contribuíam para justificar políticas de ajuste estrutural.

Os ajustes têm como algumas características o aumento da carga de impostos a serem pagos por pessoas físicas e jurídicas (fonte de recursos para que os estados nacionais conseguissem pagar suas dívidas perante órgãos como Banco Mundial e FMI); a flexibilização da legislação trabalhista (visando assegurar, através de contratos precários de trabalho, a sobrevivência de populações assoladas pela desindustrialização e atingidas ou pela eliminação de postos de trabalho — conhecida como desemprego estrutural nas cidades — e/ou pela crescente modernização rural promovida nas propriedades voltadas para o agronegócio); a privatização de empresas estatais visando também ao pagamento de dívidas; a instalação de um discurso gerencial que media todas as dimensões da vida através de indicadores de qualidade total importados da lógica empresarial, eficácia e produtividade, substituindo a ideia de cidadania — construída a partir da noção de direitos universais — por, de um lado, serviços a serem prestados e, de outro, políticas focalizadas cujo alvo eram apenas “os mais pobres entre os pobres”.

A América Latina foi cenário privilegiado para a implementação desse conjunto de políticas, no momento histórico em que diversos países saíram de regimes ditatoriais. A Argentina de Menem, o Peru de Fujimori, o México de Salinas e Zedillo, o Brasil de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), todos observaram tais efeitos na pele, muitas vezes sendo foco de alguma crise em razão de fuga de capitais e problemas com taxas cambiais (México em 1994, Brasil em 1999, Argentina em 2001, Brasil novamente em 2002). O Brasil, no entanto, observou apenas um pouco mais tarde a entrada do neoliberalismo como conjunto de políticas diretrizes da administração econômica.

O período inicial do processo de redemocratização no país foi momento de busca por um modelo econômico novo, capaz de superar o desgastado formato da substituição de importações. O primeiro teste foi através de medidas como os planos de estabilização da segunda metade da década de 1980 (Cruzado, Bresser e Verão), tentando abrir caminho para um projeto neodesenvolvimentista. Poderíamos sumarizar algumas características desse projeto:

Reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento; controle público das empresas estatais, “preservando a capacidade produtiva dos setores estratégicos fundamentais (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração e telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para a expansão do parque industrial brasileiro” e fechando as estatais deficitárias; uma política industrial que privilegiasse os setores capazes de irradiar novas tecnologias e permitisse avançar nos processos de substituição de importações; uma política de investimentos estatais que maximizasse a geração de empregos e “uma nova atitude na renegociação da dívida externa” (FILGUEIRAS, 2004).

O fracasso dos planos econômicos citados, associado à forte polarização entre os candidatos Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor nas eleições presidenciais de 1989 — com vitória deste último —, resultou em abertura para a fase de testes para implementação das políticas neoliberais por aqui. Podemos periodizar o neoliberalismo à brasileira em três blocos principais, que coincidem com os três governantes desde então.

Com Fernando Collor, os primeiros experimentos de abertura da economia para as transnacionais nos moldes neoliberais aconteceram, acirrando a concorrência interna entre as empresas e empurrando-as a reestruturações que recorreram, antes de tudo, a demissões em massa. Ocorreram aí também algumas das primeiras privatizações, como foi o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (1993) em Volta Redonda – RJ e da Usiminas (1991) – MG.

Fernando Henrique Cardoso, presidente a partir de 1994, notabilizou-se por ser o Ministro da Fazenda durante o Plano Real, ação responsável por valorizar a moeda nacional e tida também como responsável por acabar com os índices elevadíssimos de inflação no país. Ampliou a abertura comercial, aumentando também o desemprego e a informalidade, a precarização e a flexibilidade nos contratos de trabalho. As medidas mais drásticas foram tomadas nas suas duas gestões (1995-2002), como as privatizações da Telebrás, da Vale do Rio do Doce, de diversos bancos estaduais, além da redução drástica da participação acionária do governo na Petrobrás. Associadas a um aumento de 25% para 37% da carga tributária, essas medidas buscavam pagar os juros da dívida pública<sup>1</sup>. Em termos geopolíticos, FHC fortaleceu aspectos comerciais da integração econômica no

bloco do Mercado Comum do Sul (união aduaneira com livre comércio intrazona e política comercial comum), bloco sul-americano composto por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai<sup>2</sup> e aproximou-se dos Estados Unidos na iniciativa (não implementada) de materializar a ALCA (Área Livre de Comércio das Américas), que preconizava uma abertura econômica no âmbito de 34 países das Américas — modelo ampliado do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) na América do Norte<sup>3</sup>. Em termos de políticas sociais, cabe assinalar a quase universalização das matrículas no ensino fundamental — o que não implicou melhora dos índices de qualidade, sendo o desempenho dos alunos brasileiros, o salário e a qualificação dos professores ainda muito baixos — fomento da expansão do ensino superior privado associado a uma política de desvalorização das universidades públicas, arrocho salarial ao funcionalismo público, reforma da previdência social, visando a entrada de fundos de pensão privados neste ramo.

Antes de entrarmos num breve comentário acerca do governo Lula, terceira fase da periodização da vigência neoliberal, cabe assinalar que, a partir de 1988, a vigência da nova Carta Magna representou a existência de um marco jurídico-institucional progressista. Se nos referirmos apenas ao âmbito de atuação de Fé e Alegria, observaremos que ali estão as diretrizes para a implementação de diversas políticas sociais relevantes para a nação, como aquelas voltadas para a infância e a adolescência (detalhadas posteriormente no Estatuto da Criança e do

• • •

de 2005, embora somente entre 2003 e 2005 houvessem sido pagos, apenas para amortização de juros, U\$S 400 bilhões. É importante ter em mente, como dado comparativo, que o gasto com o Bolsa-família, carro-chefe da política social do governo Lula, nos anos de 2003 e 2004 somados, foi de 6 bilhões de reais.

**2.** Desde 2006, a Venezuela depende da aprovação dos congressos nacionais desses quatro países para fazer parte de forma definitiva.

**3.** A implementação do NAFTA foi o principal motivo para o levante indígena do estado mexicano de Chiapas, cuja organização central ficou a cargo do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). A data escolhida foi exatamente a inaugural do NAFTA: 1º de janeiro de 1994. Para que o México fosse aceito junto aos EUA e o Canadá, precisou realizar diversas alterações na Constituição Nacional. Uma delas foi a abolição do artigo 27, que se referia às propriedades agrícolas comunais (ejidos), conquista da revolução de 1910.

• • •

**1.** A dívida pública saltou de U\$S 153 bilhões no primeiro ano do governo FHC para quase U\$S 1 trilhão ao final

Adolescente – ECA), para a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do Estatuto da Cidade, da legislação voltada para indígenas e remanescentes de quilombos e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre muitas outras.

Um conflito se materializa aí, pois o caráter universalizante dos direitos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil esbarra no antiestatismo e nas políticas focalizadas do discurso neoliberal. Entender os avanços e os obstáculos das políticas sociais nestas duas últimas décadas torna-se impossível sem considerarmos esses dois elementos.

Saída da década de 1990 e de governos que seguiam à risca alguns receituários neoliberais, a década seguinte nos apresentaria uma América Latina diferente, com a ascensão de alguns presidentes com orientações distintas ou, em alguns casos, até opostas ao neoliberalismo intensivo. Figurariam aí o venezuelano Hugo Chávez (assume a presidência em 1999), o boliviano Evo Morales (eleito em dezembro de 2005), o equatoriano Rafael Corrêa (empossado em janeiro de 2007), com projetos declaradamente opostos ao receituário neoliberal. Tendem muito mais a um desenvolvimentismo que, em alguns momentos (no caso mais evidente de Chávez), não temem em caracterizar como socialismo latino-americano. Nessa outra forma de pensar a integração latino-americana, foram propostas ações como a criação de uma Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA), em oposição ao projeto da ALCA, ou o Banco do Sul<sup>4</sup>.

Além da ALBA, havia a proposta de fortalecimento do MERCOSUL, uma vez que seus países-membros contam atualmente com governos que, se não fogem de algumas normativas básicas do neoliberalismo (abertura da economia, políticas sociais focalizadas, primazia do capital financeiro), acabam por resistir a algumas outras — poderíamos citar a menor recorrência de privatizações das empresas públicas.

O Brasil sob as duas gestões do governo Lula (janeiro de 2003 até o presente momento) observa então um neoliberalismo heterodoxo, em que as metas de *superavit* primário são mantidas, altas taxas de juros seguem

em vigência, a política tributária continua pesada, o pagamento dos juros da dívida externa continua regular — é ainda para isso que grande parte dos recursos arrecadados é enviada<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo, buscam-se alternativas de crescimento da economia e um investimento mais significativo em políticas sociais — obras de infraestrutura (principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, pacote de medidas anunciado já no começo do segundo mandato, em janeiro de 2007); a implementação do Sistema Único de Assistência Social; as estratégias de fomento a uma economia da cultura (através de ações do Programa Cultura Viva/Ministério da Cultura); a instalação de novas instituições de ensino superior público, além da ampliação de outras já existentes; programas de iluminação pública para lugares ainda não contemplados com este serviço; programas de universalização da alfabetização, entre outras.

Talvez por mesclar dois lados aparentemente improváveis (neoliberalismo e alguma atenção à mitigação dos já fartamente comentados indicadores da gritante desigualdade socioeconômica<sup>6</sup>), Lula tenha alcançado alguma visibilidade internacional. Cabe, por outro lado, assinalar que sua subida ao ponto máximo da administração estatal brasileira representou um movimento singular para a esquerda nacional. Figura histórica e fundadora do partido dos Trabalhadores (PT), entidade fundada no caldo da redemocratização, fruto da associação entre diversos movimentos sociais (sindicatos, comunidades eclesiais de base, movimentos populares urbanos, pastorais, neocampesinato organizado, entre outros), sua chegada ao poder após três tentativas representava a possibilidade de materializar diversas demandas desses grupos da sociedade civil organizada.

• • •

**5.** “O conjunto dos programas sociais do Governo Lula, unificados no chamado Bolsa-Família, teve orçamento, em 2003 e 2004, em torno de R\$ 6 bilhões. A título de comparação, os juros da dívida pública e o superávit fiscal atingiram, em 2003, respectivamente, R\$ 150 bilhões (10% do PIB) e R\$ 67 bilhões; e, em 2004, R\$ 128 bilhões (7%) e R\$ 81 bilhões.” (FILGUEIRAS, 2004)

**6.** Marcio Pochmann nos lembra que, em 2005, apenas 5 mil famílias brasileiras detinham 40% da riqueza nacional, embora a população fosse constituída por 51 milhões de famílias. As famílias mais ricas também se concentram em poucas cidades: 8 a cada 10 delas vive em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte ou Brasília. Em outro recorte, outro dado assustador: 75% da riqueza nacional é apropriada por 10% da população nacional.

• • •

**4.** Também capitaneada pela Venezuela sob Chávez, a iniciativa de criação do Banco do Sul pretende viabilizar empréstimos aos países latino-americanos, num formato distinto do Fundo Monetário Internacional (FMI), ao qual o Banco pretende ser uma alternativa. O Banco do Sul foi criado em 9 de dezembro de 2007.

O primeiro mandato (2003-2006) foi, majoritariamente, um momento de compasso de espera, espécie de voto de confiança. O governo buscava constituir espaços de diálogo com os diversos setores da sociedade. Aos poucos, no entanto, dois fenômenos distintos passariam a ser observados em relação à atuação dos movimentos sociais: enquanto alguns se tornavam braços do governo na sociedade civil (podemos citar aqui as centrais sindicais e a União Nacional dos Estudantes, por exemplo)<sup>7</sup>, outros passariam a criticá-lo de forma mais intensa (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST – é o exemplo mais relevante aqui, motivado pela desaprovação em relação a medidas como a aprovação do cultivo de alimentos transgênicos, a ampliação de crédito para o agronegócio e a política da monocultura e da concentração de propriedade fundiária para a produção de biocombustíveis).

Ainda no âmbito da análise da sociedade civil, cabe realizar uma série final de considerações acerca do seu papel durante esses anos de vigência do neoliberalismo. Como já foi dito, este preconizava a redução de diversas atribuições do Estado — e foi exatamente nesse período que as organizações não governamentais ganharam tamanho vulto, que hoje é impensável conceber sua ausência no cenário nacional. Concebeu-se inclusive a imagem de um tripé que sustentaria o funcionamento social brasileiro: “Estado-Mercado-Sociedade Civil”. Financiadas através de recursos estatais ou não, as entidades da sociedade civil estabelecem-se em atuação diversificada, em áreas como assistência social, educação, geração de emprego e renda, conservação ambiental, comunicação alternativa, desenvolvimento de tecnologias, produção artística, entre muitos outros setores. Nesse sentido, asseguram que direitos fundamentais sejam vivenciados, geralmente por populações à parte deles.

• • •

**7.** Assim, enquanto a década de 1990 foi marcada por uma relação mais conflitiva entre Estado brasileiro e movimentos sociais organizados (bem aos moldes do que acreditava o economista austríaco Hayek — um dos formuladores das ideias neoliberais — que enxergava os sindicatos como obstaculizadores da livre-concorrência e, conseqüentemente, das liberdades individuais), a partir de 2002 eles foram trazidos, ainda que precariamente, para alguns espaços de diálogo. Interpretações divergentes acerca dessa atitude governamental surgiram.

## **2.2 Desafios de Fé e Alegria diante desses contextos**

### **2.2.1 Educação popular transformadora — Desafios pastorais**

Diante do atual contexto, Fé e Alegria, como instituição de inspiração cristã, busca revelar o rosto humano e libertador de Deus, segundo a experiência histórica contida nas Escrituras: Deus ama gratuitamente o ser humano, homens e mulheres, e perdoa de forma incondicional; por isso, misericordioso e fiel, o Senhor conhece o seu povo, escuta os seus clamores, e vem libertá-lo (Ex 3,7 ss). Enraizada nessa tradição, Fé e Alegria surgiu no contexto de abertura do cristianismo a outras formas de crer e de viver. Diante da exigência evangélica do ecumenismo, diálogo religioso, e do compromisso com as urgências do seu tempo, Fé e Alegria assume com compromisso renovado do seguimento de Jesus e sua Missão em favor da Fé e da Justiça, de maneira especial, acolhendo toda a diversidade, colocando-se ao lado dos injustiçados e no anúncio e na denúncia lá onde a vida estiver ameaçada, pondo-se ao lado de cristãos e não cristãos, dos movimentos populares e de todos os homens e mulheres de boa vontade, pela esperança na convergência do compromisso comum de promover e cuidar de toda a vida. Portanto, diante da perda de referenciais e de valores éticos e morais, nossa proposta educativa busca desenvolver valores inspirados nas palavras e nas ações de Jesus Cristo. Essa forma de viver a encarnação e a solidariedade de maneira radical é o que chamamos espiritualidade. E toda ação referida a Jesus, que dá a vida por todos, com urgência maior aos mais enfraquecidos e ameaçados, como Bom-Pastor de todos e todas, é o que chamamos pastoral.

Embora nem todas as pessoas que partilham dos processos educacionais de Fé e Alegria se refiram ou professem a fé cristã, para os cristãos que dedicam sua vida ao trabalho em Fé e Alegria, este trabalho se transfigura como missão associada à Missão de Jesus Cristo, enviado por Deus para anunciar a Boa-Nova do Evangelho da libertação de cada ser humano, a partir daquele no qual a humanidade de todos e todas está mais ameaçada. O objetivo primeiro da Pastoral em Fé e Alegria é, portanto, ser evangelizadora e libertadora. Educar para a liberdade significa, na verdade, denunciar tudo aquilo que escraviza e anunciar tudo o que humaniza. A libertação é assim entendida tanto na dimensão social quanto pessoal, como um caminho que conduz à amizade plena com Deus e com o outro, e com so-

lidariedade a todas as criaturas do universo material e imaterial que sofrem com as dores de parto anunciando a gloriosa redenção dos Filhos de Deus. Mais que uma doutrina, a pastoral é um constante caminhar, uma descoberta de Deus no rosto do outro e no coração de todas as coisas; um Deus que para nós se manifesta, de forma muito especial, nos corpos marcados pela história de crianças, adolescentes, jovens, famílias, educadores e todos aqueles que contribuem com Fé e Alegria.

A Pastoral de Fé e Alegria deve, portanto, assumir um duplo desafio: por um lado, fazer com que as ações educativas estejam permeadas de sentido vivificante e libertador, tomando a pessoa de Jesus como referência e modelo vivo para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; por sua vez, isso significa a busca de um modelo novo de sociedade em que seja possível viver com o suficiente para que outros tenham o necessário e todos possam viver dignamente como filhos e filhas de Deus. Por outro lado, a pastoral desenvolvida em Fé e Alegria deve respeitar não apenas outras formas de crer, mas entrar em diálogo com elas, buscando construir valores consensuais orientados para a humanização do próprio ser humano e para um projeto de sociedade justa, fraterna e solidária.

## 2.2.2 Promoção social e desenvolvimento comunitário

No que tange à área da Promoção Social e Desenvolvimento Comunitário em seu desafio de responder às peculiaridades do contexto latino-americano, em especial o brasileiro, faz-se necessário:

1. Partir das realidades concretas das comunidades, reconhecer o direito à autonomia da organização comunitária, colaborando com ela, e fortalecer os sujeitos sociais e democráticos em vista do desenvolvimento da democracia nas relações e seus processos organizativos, defender os direitos de pessoas e grupos e atuar de modo eficaz com responsabilidade social e política.
2. Aprimorar **caminhos e metodologias** de trabalho que favoreçam o fortalecimento, a cooperação, a autonomia e o protagonismo dos setores sociais mais frágeis, com a finalidade de superar a mentalidade e a prática assistencialista nas ações tanto de Fé e Alegria quanto das instituições parceiras do poder público, da sociedade civil e do Terceiro Setor.
3. Articular e fortalecer redes sociais na perspectiva de favorecer a universalidade que inclui todas as diferenças, pela adoção de estratégias que permitam uma nova configuração das relações de Fé e Alegria e entidades parceiras com o poder público, com a sociedade civil e com o Terceiro Setor, conscientes de que carregamos uma contribuição educacional específica, cujo rosto expressa uma proposta significativa de grande parcela dos setores populares, expresso num projeto ético-político-pedagógico singular, cuja riqueza pertence a todos.

## 2.2.3 Participação em políticas públicas

Os contextos latino-americano e brasileiro nos ajudam a perceber que a pobreza e a exclusão têm suas raízes em causas estruturais com implicações locais, nacionais e internacionais. Os problemas que os setores populares marginalizados e Fé e Alegria têm enfrentado para a mudança social estão diretamente relacionados com as políticas dos estados e/ou dos governos. Portanto, por um lado, Fé e Alegria atua diretamente com as comunidades empobrecidas, com os excluídos, através da Educação Popular e Promoção Social Comunitária, formando sujeitos políticos, conscientes e autônomos para o exercício da democracia e, por outro lado, toda ação de Fé e Alegria incide/influi em processos políticos, participando de espaços de decisão sobre as políticas públicas, seja para monitorá-las, aperfeiçoá-las ou mesmo para gerar novas políticas sociais transformadoras. Para isso, Fé e Alegria assume as seguintes diretrizes:

1. Participação nos movimentos sociais, no debate e na luta por um projeto nacional a favor dos marginalizados e empobrecidos; em campanhas contra a corrupção, pela ética na política, pela democratização da terra, do poder, do capital e da informação.
2. Institucionalização e socialização das experiências exitosas de Fé e Alegria em relação à sua inserção nas instâncias públicas e da sociedade civil, desafiando-se a colaborar e intervir na proposição e na execução de políticas públicas permanentes nas áreas de Educação, Promoção Social, Desenvolvimento Comunitário, Gestão, Comunicação e Ação Pública, tendo como dimensões de especial cuidado as questões étnicas, de gênero e ambientais.





# 3. MARCO CONCEI TUAL

## 3.1 Origem de Fé e Alegria

**FÉ E ALEGRIA ALIMENTA-SE** das raízes de sua fundação e nascimento. Considera imprescindível a mística animadora, exigente e encarnada das suas origens; divulga como referência o conhecimento acerca de seus principais protagonistas, quais foram seus cuidados, feitos e ideais, sobre os quais esses feitos guardam sentidos fundamentais de inspiração e identidade do Movimento.

Fé e Alegria nasce do contato direto de seus fundadores com a miséria e a marginalização que marcavam na época e marcam ainda hoje milhões de homens e mulheres na América Latina. Nasce, portanto, da percepção profunda de que o egoísmo e a ignorância são as causas e as consequências, a um só tempo, de todas as injustiças e de todas as misérias de que estes povos sofrem.

A história de Fé e Alegria inicia-se quando o Pe. José Maria Vélaz e seus alunos da Universidade Católica Andrés Bello começaram a visitar os arredores de Caracas, para oferecer ajuda aos mais necessitados do bairro caraquenho chamado “Gato Negro”, em Catia. Ali, encontraram um homem chamado Abrahán Reyes, que ofereceu sua casa para suprir a necessidade prioritária daquele bairro de ter uma escola. “Olhe, Padre — disse ele a Vélaz: tenho escutado que o senhor está procurando um local para fazer uma escola. Se o senhor conseguir as professoras, eu consigo a casa.”

Por isso, em 5 de março de 1955, em um bairro de Caracas, na humilde casa de um pedreiro chamado Abrahán Reyes, inaugurou-se a primeira escola do que se conheceria como Fé e Alegria.

Abrahán Reyes, o humilde pedreiro, deu-nos o impulso e o exemplo de generosidade porque ele foi capaz de doar sua própria casa para que pudesse começar no bairro a primeira escola de Fé e Alegria. Tal atitude enchia-nos de admiração porque aquele homem doou sua casa toda, a parte de cima para os rapazes e a sala para as crianças e ali começou Fé e Alegria (J. M. Vélaz). (ESCLARIN, 1992, p. 5).

Abrahán e sua esposa demoraram sete anos para construir aquela casa, tijolo a tijolo, como constroem os pobres. “Se eu fico com ela, será a casa de meus oito filhos. Mas, se ela for transformada em escola, será a casa de todas as crianças e jovens do bairro.”

O sentido de generosidade, que rejeita para si privilégios, porque coloca todos os outros, jovens e crianças, no horizonte de suas opções e considera que também eles estão feridos pelo sequestro de um direito público, a educação, optando por elevá-los ao acesso dessa dignidade concernente à cidadania universal, pela partilha de recursos em ação solidária, está no epicentro da ação educacional de Fé e Alegria. Esse é o movimento reiterado por Fé e Alegria, desde sua fundação.

Pe. Vélaz e seus alunos foram os motores de ação. Evangelizados por ouvirem os pobres, bateu-lhes o coração na direção de seus apelos e foram ganhando a confiança das pessoas do bairro, pela fidelidade e pelo compartilhamento das causas dos empobrecidos. Esses jovens viveram sua vocação de servir, além de consagrarem seus fins de semana, comprometendo-se. Abraçaram a ideia de dar forma a uma realidade chamada Fé e Alegria, sendo os primeiros professores daquela comunidade. Pe. Vélaz, como responsável pela pastoral dos primeiros alunos da recém-fundada Universidade Católica Andrés Bello de Caracas, entendeu que para a formação humana e cristã daqueles universitários era necessário despertar sua sensibilidade por meio do contato direto com os problemas e a urgência de responder concretamente aos grandes desafios. Ele os convidou e os acompanhou.

Fé e Alegria tinha ainda como princípio partir do que se tinha. Não era uma ação com recursos de fora. Jesus quis começar com os três pães e os cinco peixes. Multiplicou-se pela generosidade dos pobres, à custa do esforço, ousadia e muita grandeza dos que podiam potencializar a ação libertadora: dentro de matas, em ranchos ou no alto de morros, ao lado de entulhos de lixo e valas de esgotos, nesses lugares dos quais ninguém gostava, lugares onde não havia luz e acabava o asfalto, onde se encontram os esquecidos da sociedade.

Pouco a pouco foram aparecendo nos bairros da cidade de Caracas outros lugares para acolher e estudar, mas cuja oferta educacional fosse à altura da dignidade das pessoas. Vélaz repetia que não era uma educação para pobres, era a melhor educação, educação de excelência, que precisa ser destinada a eles. Não era uma educação supletiva ou reparadora: era educação no seu sentido mais pleno. Essas escolas foram se transformando em redes, cuja interlocução, troca de experiências, sistematização e avanços permitiram formar e desenvolver as pessoas e as

comunidades, oferecendo-lhes melhor qualidade de vida. Fé e Alegria entendeu que não se tratava de suprir o que cabia ao Estado. Fé e Alegria não é um grupo de educação privada; é agente de educação pública. Assim, precisava cobrar do Estado a manutenção dessa rede de escolarização.

As pessoas do bairro sempre consideraram e consideram as escolas de Fé e Alegria como algo seu; elas colaboram em sua construção, derrubando montes, aplainando o terreno, construindo cadeiras, mesas e carteiras. E muitos profissionais e pessoas conscientes da necessidade e do dever da partilha dispõem seu tempo e trabalho, ideias e recursos econômicos e financeiros pelo/para o trabalho educacional de Fé e Alegria.

Todos colaboravam; bom cada um colocou seu grãozinho de areia; eu coloquei o primeiro grãozinho de areia, que foi a casa... porque o motor, o homem entusiasta foi o Padre Vélaz, ele foi o fundador desta obra, nós jamais imaginamos que isso ia crescer, porque foi uma coisa tão espontânea, foi uma coisa de querer fazer o bem (ABRAHÁN REYES apud ESCLARIN, 1992).

[...]

Eu, desde então, me sinto muito feliz. Eu acredito que, quando a pessoa se dá, é muito mais que dar milhões de coisas materiais. Esse coração nunca poderá estar amargurado, mesmo no meio de dificuldades e adversidades. Este coração está cheio de Deus (ABRAHÁN REYES apud ESCLARIN, 1992).

O milagre de Fé e Alegria tem dois componentes centrais, segundo sua história, a grandeza e a generosidade de um homem do povo, Abrahán, que ofereceu os “pães e os peixes”, que lhe faltariam para matar a fome de educação de sua família, para uma comunidade toda de crianças e adolescentes, privados dela. Do outro lado, o inconformismo com a injustiça, a paixão furiosa de que fala Paulo Freire e a extrema sensibilidade de um educador incomum que aposta na força dos pobres organizados: Pe. Vélaz, cuja solidariedade com os desesperançados mobilizou campos, cidades, países que hoje levam adiante esse protagonismo educacional que se entretete do grãozinho de areia a tantas outras redes de ampliação de direitos, de anúncio de uma sociedade a ser construída por todos e todas, com melhor educação para todos e todas, testificando que outro mundo, melhor do que é este, é possível.



Esta semente iniciou-se com uma escola construída com força de vontade, colaboração e audácia, sem prever com que dinheiro poderia contar, ou quais eram os recursos disponíveis. Isso mostra a ousadia de Fé e Alegria e das pessoas que a compõem. Sua identidade é o reflexo do que foram seus fundadores, ou seja, um movimento que é o resultado da grandeza dos que o integram. Dizia o poeta Amílcar Cabral: “Não basta que seja pura e seja justa a nossa causa, é necessário que a pureza e justiça existam dentro de nós!”. Assim foram eles e assim somos nós. Esse é o espírito de nossa identidade!

### 3.1.1 Histórico da estruturação da Fundação Fé e Alegria

Foi o contato direto com a vida dos mais empobrecidos, com suas carências e necessidades que deu lugar à criação do Movimento Fé e Alegria. Originada na Venezuela em 1955, como uma entidade não governamental, de solidariedade social, nasceu para somar esforços da sociedade e do Estado, na criação e na manutenção de serviços educativos e sociais, nas periferias das cidades e no campo. Com o passar dos anos, o Movimento se estendeu ao Equador (1964), Panamá (1965), Peru (1966), Bolívia (1966), El Salvador (1968), Colômbia (1972), Nicarágua (1974), Guatemala (1976), Brasil (1981), República Dominicana (1991), Paraguai (1992), Argentina (1995), Honduras (2000), Chile (2004), Haiti (2004), Chade – África (2007) e Uruguai (2008). Além da presença na América Latina, em 1985 se estabeleceu na Espanha, como uma plataforma de apoio aos países latino-americanos e de difusão do trabalho do Movimento Fé e Alegria na Europa.

Na busca por respostas às urgências de educandos, famílias, comunidades e outros atores, a proposta de Fé e Alegria se concretiza em diversas iniciativas nos diferentes países onde atua, através de programas e ações de Educação Popular Integral e de Promoção Social com imensa criatividade e diversidade, nos espaços nos quais exclusões, estigmas e violência, e, em muitos casos, historicamente, guerras, ferem pessoas, grupos, etnias. O Movimento Fé e Alegria, em parceria com comunidade, sociedade civil, governos, autarquias, universidades e igrejas desenvolve programas nas seguintes áreas de atuação:

**Educação Formal** – Redes de escolas de educação básica (educação infantil, ensino fundamental, médio), ensino técnico e programas de educação superior.

**Educação Não Formal** – Programas de complementação à educação formal, educação bilíngue, capacitação de jovens pelo/para o trabalho e formação em valores.

**Desenvolvimento Comunitário** – Programas de atenção às necessidades básicas na área de saúde e nutrição; proteção e cuidados emergenciais; organização comunitária e centros comunitários de geração de renda, acesso à cultura e à informação.

**Formação de Educadores Populares** – Programas de formação de educadores populares, formação docente em serviço e formação inicial e profissional de docentes.

**Comunicação** – Rádios comunitárias para a transmissão de programas de alfabetização, educação para adultos e programas abertos dirigidos à formação cidadã e humano-cristã, através dos programas de opinião e noticiários, programas de educação formal semipresencial, página Web, portal Mundo Escolar, formação a distância etc., utilizando-se das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

**Ação Pública** – Desenvolvimento de campanhas em favor da educação de qualidade para todos e todas e participação nos movimentos em defesa dos direitos humanos, especialmente de crianças e adolescentes.

### 3.1.2 Fé e Alegria como Movimento Internacional

Em cada um dos países-membros da Federação Internacional, Fé e Alegria funciona como uma entidade de gestão privada e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica segundo as leis nacionais e com autonomia para:

- gerir sua própria organização interna;
- definir planos, programas e linhas de ação de âmbito nacional;

- capacitar-se para administrar os recursos para seu desenvolvimento e sua sustentabilidade;
- firmar convênios e contratos de financiamento com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

No plano internacional, Fé e Alegria opera como uma Federação das organizações nacionais, registrada como uma entidade de benefício social e sem fins lucrativos; com sede-domicílio para efeitos legais, na cidade de Caracas; desde fevereiro de 2004, com um escritório de Coordenação Geral, que opera em Santo Domingo, na República Dominicana. A decisão de formar a Federação como espaço de ação internacional foi tomada em novembro de 1986, por vontade unânime dos Diretores Nacionais dos países da América Latina onde Fé e Alegria atuava.

Entretanto, há tempos se via a necessidade de unidade e integração para o fortalecimento do Movimento. A partir de 1970, as Assembleias de Diretores Nacionais, com periodicidade anual, foram realizadas com o objetivo de comunicar os avanços de Fé e Alegria nos países e refletir sobre os desafios, marco teórico-metodológico educacional (doutrinal), e as linhas de ação (práxis) da instituição. Entre 1970 e 1984, esse grupo alcançou um consenso, desencadeando a construção de um pensamento coletivo, que logo se sistematizaria no Ideário Internacional, aprovado na Assembleia de 1985.

Essa fase representou um marco extraordinário para a unidade do Movimento, uma vez que o Ideário Internacional integra e sistematiza a essência das raízes e do pensamento fundacional, enriquecidos pelas experiências, ao longo de sua trajetória. A comunhão na identidade, na intercomunicação e na solidariedade, nas inquietudes e nas propostas dá origem a um Movimento Internacional coeso, como Federação de entes nacionais, com um modelo de gestão que se fundamenta na necessária autonomia funcional dos países em matéria de administração e programação.

Ao formalizar sua missão institucional, a Federação Internacional respondeu às seguintes necessidades do Movimento Fé e Alegria:

- Velar pela identidade de Fé e Alegria como Movimento de Educação Popular a serviço dos setores mais empobrecidos do campo e da cidade, procurando fazer que o Ideário se conserve em sua

integridade e influencie realmente na caminhada geral de Fé e Alegria.

- Favorecer a unidade do Movimento em toda a sua dispersão geográfica e cultural e promover sua expansão a outros países.
- Promover e apoiar sua múltipla ação educativa e de promoção social, sem diminuir a autonomia de cada país-membro.
- Facilitar a representação e o diálogo com organismos nacionais e internacionais, dentro do âmbito de sua competência, e sem interferir na autonomia dos diversos países-membros.

Favorecer a maior e melhor informação e a comunicação de experiências entre os diversos países.

A máxima autoridade da Federação é a Assembleia-Geral, composta por diretores nacionais, Coordenador-Geral da Federação, membros da Junta Diretiva, delegado adicional qualificado por país e Presidente da Conferência dos Provinciais da Companhia de Jesus da América Latina, ou seu delegado. A responsabilidade executiva se apoia em uma Junta Diretiva com quatro membros: o Coordenador-Geral, representante legal da Federação, e três eleitos pela Assembleia. Além das assembleias, como instância de decisão e orientação de ações e alcance dos objetivos da Federação, têm-se estabelecido congressos e seminários internacionais. Essas reuniões, celebradas anualmente, estão destinadas à reflexão sobre temas da conjuntura, à análise compreensiva de programas e ações comuns a todos os países e ao intercâmbio de informação e experiências sobre a marcha do Movimento. A dinâmica desses eventos abarca o desenvolvimento de atividades preparatórias, em todos os países, assim como a sua concretização posterior em centros e programas. A Federação Fé e Alegria é membro do Conselho de Federações na UNESCO, onde alia seus esforços a outras federações que atuam nas redes educadoras internacionais.

Em 1992, o Movimento Fé e Alegria iniciou um processo de reflexão sobre o contexto latino-americano e a elaboração de um marco conceitual, com as correspondentes linhas de ação, para a construção de uma Proposta de Educação Popular e Promoção Social, em incessante processo de enriquecimento e renovação. Essa construção reflexiva ocorreu a partir da consciência coletiva de que a realidade social, polí-

tica, econômica e cultural tem sido sacudida em suas raízes, com a vigência do livre mercado e da globalização, em todos os níveis da vida, e de que, em consequência, pobres, negros, indígenas, portadores de diferenças culturais e identitárias e migrantes, sobretudo mulheres e jovens, estão sendo duramente afetados, criando-se novas e profundas desigualdades.

O congresso internacional “Respostas Educativas Inovadoras diante da Realidade do ano 2000” (Colômbia, 1997) e o seminário sobre “Fortalecimento Institucional de Fé e Alegria” (Peru, 1998) foram produtos desse processo de reflexão e apresentaram a necessidade de dinamizar e fortalecer o Movimento Fé e Alegria. Esses esforços resultaram no primeiro Plano Global de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional (PGDFI), para o período 2001-2005. Sua implementação permitiu articular o Movimento no nível internacional e responder conjuntamente às necessidades comuns dos países, sempre respeitando as especificidades de cada realidade nacional. A revisão e a atualização do plano, realizadas em 2003, propiciaram ampla avaliação do Movimento, destacando os principais desafios para o II Plano Global de Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional (PGDFI), para o período 2005-2009.

Atualmente, o Movimento Fé e Alegria desenvolve-se qualitativa e quantitativamente, empreendendo sua expansão geográfica e a consolidação de suas estruturas organizacionais, com preocupações comuns, nos diversos países, mas também buscando apoiar seus contextos particulares e as suas opções. Em todos os países, há um compromisso com o aprofundamento da identidade institucional fundamental, que se manifesta em múltiplas respostas, originada pela necessidade de fortalecer a mística fundacional do Movimento, a preocupação pela dimensão estrutural, a problemática da justiça e a imprescindível coerência entre a prática referenciada aos valores cristãos, que a inspiraram, sustentam e suscitam prioridades diante da realidade dramática dos empobrecidos e dos desafios e das urgências da realidade.

Esse compromisso com a identidade do Movimento Fé e Alegria tem propiciado o trabalho conjunto de países vizinhos. Assim, temos três regiões com agendas de reuniões, seminários e projetos que tratam de atender a necessidades e interesses comuns: Centro América e Caribe (Panamá, Nicarágua, Guatemala, El Salvador, República Dominicana, Honduras, Haiti e Chade, no Continente Africano), os Andes (Colômbia, Equador, Peru, Venezuela e Chile) e o Sul (Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai).

### 3.1.3 Estruturação de Fé e Alegria no Brasil

A Fundação Fé e Alegria do Brasil, filiada à Federação Internacional, foi criada em 1981, num contexto de efervescência política nacional, quando a sociedade organizada exigia a abertura democrática do país. No campo educativo, recebeu influência determinante da Pedagogia da Educação Popular de Paulo Freire, bem como das opções da Igreja, frutos do Concílio Vaticano II, de Medellín e Puebla.

Fé e Alegria articula suas primeiras reuniões no Brasil, em São Paulo, por intermédio do casal Francisco e Rosa Romero, chegados do exílio e que atuavam no Fé e Alegria do Panamá. Há, no país, uma grande expectativa de formas populares que nasçam da colaboração dos setores empobrecidos junto àqueles que podem proporcionar apoio político-pedagógico. Foi marcante a presença da liderança nacional de jesuítas, educadores e lideranças populares que realizavam trabalhos de democratização e empoderamento dos setores populares, com importantes lideranças, entre as quais a do Pe. Agostinho Castejón, jesuíta que dirigia o MEB, a Pastoral da Educação da CNBB e a AEC e principal redator dos primeiros documentos brasileiros de articulação inspirados na Educação Libertadora de Paulo Freire. O Movimento Fé e Alegria nascia ecumênico, em diálogo com movimentos sociais, CEDI, Ação Educativa e Movimento Pró-creches, Associações de Moradores, Movimento de Meninos e Meninas de Rua e, em São Paulo, a Creche do Rincão e a Escola de samba desse bairro.

Sua constituição oficial como entidade nacional teve como presidente o jesuíta Paulo Englert. Fé e Alegria registrou iniciativas educativas formais e não formais (Centros Infantis em Cuiabá – MT e Mauá – SP; Escola conveniada de Educação Básica e Centro de Educação Especial Vida e Fraternidade, em Cuiabá – MT; Escola de Artes e Ofícios de Fernandópolis – SP; Escola Formal de Vila Linda – PR; ações educativas, nas cidades do Rio de Janeiro – RJ, de Curitiba – PR e Vitória – ES), as quais impulsionaram sua estabilização no Brasil.

No início da década de 1990, sob a presidência do Pe. Pedro Canísio Schroeder, ampliou-se a rede de ação a outros Estados como Santa Catarina (Florianópolis) e Rio Grande do Norte (Natal), desenvolvendo-

se projetos inovadores, como o projeto radiofônico “Carretel de Invenções”, em Belo Horizonte – MG; Bibliotecas Comunitárias, na cidade de São Paulo – SP; trabalho junto ao movimento de Favelas em Florianópolis – SC; capacitação de educadores sociais, em Vitória – ES, germinação do Centro Educacional Fé e Alegria, em Ilhéus – BA, entre outros. A partir de sua expansão geográfica e da diversidade de suas ações, houve uma reestruturação administrativa sob a perspectiva de regionalização, com o intuito de viabilizar o fortalecimento de suas bases de trabalho. A divisão ocorreu segundo a distribuição geográfica da Companhia de Jesus: Regional Brasil Meridional, Regional Brasil Centro-Leste, Regional Mato Grosso e Regional Nordeste.

Atualmente a organização de Fé e Alegria no Brasil se dá a partir dos regionais Meridional, Centro-Leste, Nordeste e Amazonas. Os Estados que hoje contam com a atuação da Fundação Fé e Alegria são os seguintes, com os respectivos municípios onde está instalada a representação institucional: Santa Catarina (Florianópolis), Paraná (Curitiba), Rio Grande do Sul (Porto Alegre), São Paulo (São Paulo), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro e Nova Iguaçu), Minas Gerais (Belo Horizonte, Santa Luzia e Montes Claros), Mato Grosso (Cuiabá), Tocantins (Palmas, Gurupi e Tocantínia), Rio Grande do Norte (Natal), Espírito Santo (Vitória, Cariacica, Serra e Laranja da Terra), Bahia (Ilhéus), Ceará (Vazantes), Pernambuco (Recife) e Amazonas (Manaus).

### 3.1.3.1 Missão de Fé e Alegria

Fé e Alegria é um Movimento de Educação Popular Integral e de Promoção Social cuja ação, impulsionada pela fé cristã, se dirige, de forma coparticipativa, aos setores empobrecidos, principalmente crianças e jovens, privilegiando os grupos discriminados por razões étnicas, culturais, de gênero ou por necessidades especiais. Provoca o envolvimento de pessoas, grupos e instituições em torno do desafio de construir um projeto de transformação baseado nos valores de justiça, participação e solidariedade, consubstanciando sua vocação como membro da espécie humana a realizar sua cidadania. Para Fé e Alegria, a educação, inclusive em sua dimensão escolarizada, é a estratégia fundamental para alcançar uma sociedade justa, fraterna e democrática (FÉ E ALEGRIA, 2006).

### 3.1.3.2 Visão de Fé e Alegria

A visão de Fé e Alegria é um mundo onde todas as pessoas possam desenvolver todas as suas capacidades e viver com dignidade, construindo uma sociedade justa, participativa e solidária; um mundo onde todas as estruturas, em especial a Igreja, estejam comprometidas com o ser humano e a terra, a transformação das situações que geram desigualdade, pobreza e exclusão, as graves alterações de clima, o genoma, a guerra bacteriológica e química e o esgotamento de recursos não renováveis.

## 3.2 Ideário institucional

O Ideário é referência da identidade e da missão do Movimento Fé e Alegria. Baseado nele e em outros documentos institucionais, sintetizamos os princípios filosóficos que orientam a ação educativa de Fé e Alegria Brasil.

### 3.2.1 Concepção de pessoa humana

Concebemos como pessoa humana um ser (humano) integralmente desenvolvido e realizado em todas as suas potencialidades individuais, sociais e espirituais. Uma pessoa com sentido de dignidade e valorização de si mesma, consciente de seus direitos e que respeita sua dignidade e os direitos dos demais, apaixonada pela justiça, sensível, solidária e atuante frente às injustiças e à dor humana; fraterna e criadora, amante da natureza, que respeita as diferentes culturas; capaz de criar comunidade, de estabelecer relações de mútuo enriquecimento e de inventar e compartilhar com os outros a busca de soluções solidárias, éticas e sustentáveis.

É um ser histórico, comprometido com as tarefas do seu tempo: participante do projeto de construção de uma nova realidade social e da construção pessoal e solidária, buscando a realização plena de todos e todas, numa perspectiva transformadora da realidade. Essa nova pessoa que emerge nesse processo libertador sofrerá momentos de descontinuidade, mas a centralidade estará em suas reiteradas buscas de libertação, emancipação e autonomia, para superar a pobreza, a unilateralidade, a exclusão e a marginali-

zação, como um ser que resiste e se confronta contra os projetos de morte e opressão. É um ser humano que luta, constantemente, reconhecendo nos outros a si mesmo, reconhecendo suas possibilidades e seus limites, procurando aprender enquanto ensina, e ensinar enquanto aprende, para responder aos desafios que se renovam a cada dia.

É uma pessoa em constante transformação. Não aquela transformação inerente ao ser vivo, dependente dos aspectos instintivos que o compõem, mas uma transformação que lhe permite ser sujeito histórico e constituir, em caráter progressivo, o conhecimento de si mesmo e do universo.

### 3.2.2 Concepção de sociedade

Fé e Alegria está comprometida com a construção de uma nova sociedade concebida como:

**a. Justa:** na qual se respeitem a pessoa, sua dignidade, suas ideias e valores culturais, humanos e espirituais; onde se viva com isonomia de direitos e deveres, suprimindo a discriminação por razões de raça, gênero, etnia, religião, ideologia política ou outras; na qual se tenha acesso real à satisfação das necessidades humanas materiais e simbólicas, superando a brecha entre os que têm muito e aqueles que têm menos, reconhecendo e apoiando as iniciativas dos setores mais empobrecidos e aqueles que se solidarizam com sua luta em direção à sua humanização; em que todo e qualquer desenvolvimento se legitime porque contemple dimensões de solidariedade e sustentabilidade e se compreenda como um processo democrático, humano, integral, multirreferenciado e criador de sociedades sustentáveis.

**b. Participativa e solidária:** na qual todos possam ter acesso aos bens culturais, econômicos, sociais e religiosos; em que todos contribuam segundo suas capacidades e recebam segundo suas necessidades; na qual se busque comunitária e solidariamente a solução dos problemas; e na qual se compartilhem, de forma livre e responsável, as decisões relacionadas às opções, ao tipo de sociedade, o acesso às decisões que digam respeito à vida de todos e todas, a definição dos meios de produção e o fruto do trabalho.

### 3.2.3 Concepção de pastoral

O termo “pastoral” advém de “pastor”: aquele que chama, reúne, aponta o caminho de novas possibilidades, cuida, anima, conduz, zela e guarda a vida dos seus. Pastoral é o carinho de Cristo para com as massas, que são “como ovelhas sem pastor” (Mc 6,34). É nesse sentido que dizia Pe. Vélaz, “onde termina o asfalto começa Fé e Alegria”, pois Fé e Alegria busca incansavelmente as ovelhas desgarradas, marginalizadas, excluídas, esquecidas, abandonadas pela sociedade e quer trazê-las de volta, para que sejam um só rebanho, com um mesmo Pastor, que acolhe a todos na pluralidade de suas raças, etnias, religiões e culturas.

Foi através da atividade pastoral nos bairros pobres de Caracas, na Venezuela, e interpelado pela situação de tal realidade que o Pe. Vélaz se perguntou: o que devo fazer por eles? Fé e Alegria foi a resposta encontrada por ele, como um Movimento de Educação Popular Integral que busca formar sociedades nas quais homens e mulheres novos contribuam na direção e na formação de outro mundo inspirado nos valores do Evangelho, e, porque escolhe a humanidade de todos e todas, dedica-se preferencialmente àqueles e àquelas cuja humanidade está sendo violentada ou posta em risco, fazendo, por isso, uma opção pelos pobres e excluídos da sociedade:

Fé e Alegria faz uma opção pelos pobres e, por coerência, escolhe os setores mais necessitados para realizar sua ação educativa e de promoção social; a partir disto dirige-se à sociedade em geral seu apelo constante em busca de um mundo mais humano<sup>1</sup>.

Por isso, Fé e Alegria é um Movimento impulsionado pela fé cristã que se compromete com a construção de uma sociedade econômica e politicamente justa e cultural e socialmente fraterna, tendo como ponto de partida os mais pobres, em favor dos quais sua pedagogia será evangelizadora e libertadora. Denunciará as injustiças emprestando sua voz e representação e dedicar-se-á ao anúncio pelo engajamento e compromisso em tudo que puder se tornar Boa Notícia para os empobrecidos e por sua libertação, enaltecedor de toda a humanidade e da humanidade de todos e todas.

• • •

**1. Ideário Internacional de Fé e Alegria: XV e XVI Congressos Internacionais – Mérida (Venezuela) e San Salvador (El Salvador), 1984 e 1985.**



Partindo desde sua origem e sua identidade, a pastoral é algo constitutivo de Fé e Alegria e não se pode tratá-la fora da Proposta Educativa, como algo postíço ou adereço, nem separá-la como um setor dentre outros. Ainda que didaticamente se possa tratar de momentos de espiritualidade ou da mística ou coisa que o valha, ela sempre será transversal a toda ação educativa, ou seja, ela é inerente à educação de Fé e Alegria e, portanto, a constitui.

De modo mais concreto; o “pastoreio” que exercemos através da *Proposta Educativa de Fé e Alegria* começa pela acolhida e pelo cuidado entre nós e para com os que participam das atividades de Fé e Alegria. Nessa relação de acolhida e trato com-os-outros-na-missão é que transmitimos a visão de Deus, de ser humano, de mundo e sociedade que trazemos em nós. Não é, em primeiro plano, algo teórico a ser transmitido como conhecimento. É uma experiência com o OUTRO que revela a imagem e a semelhança de DEUS. Entender dessa forma o assunto em questão demonstra claramente que a pastoral em/de Fé e Alegria não é responsabilidade deste ou daquele, mas de todos os seus membros. Por isso, Fé e Alegria só existe no sentido da mística da fé que leva à pedagogia do afeto e da alegria, que transmite esperança de vida para todo ser humano e se traduz em obras de transformação pessoal e coletiva.

O conceito de educação popular integral e de qualidade se concretiza em uma educação *com/pela/para* a comunidade, que busca a fraternidade e a solidariedade em todos os níveis, priorizando o humano imediatamente aberto para a transcendência. Transcendência não só entendida como relação com Deus, mas como relativização de tudo o que não conduzir à Vida de tudo e todos, em abundância. É consequentemente uma educação evangelizadora e libertadora em todo seu ser e fazer, empenhada com a promoção e o desenvolvimento de toda forma de vida entendida como glorificação a Deus e ao mesmo tempo com o anúncio explícito do Evangelho, colaborando, assim, para que homens e mulheres interiorizem de forma pessoal e comunitária a fé no serviço aos outros, ao mundo e à justiça como expressão da relação com o transcendente. A educação na fé não acontece de forma isolada; todo o ambiente escolar é e deverá ser educativo e deverá evidenciar-se na forma de tomar decisões, no trabalho em equipe, no estilo de liderança assumido pela equipe gestora e na forma de se comunicar com os diversos atores que fazem parte da comunidade educativa, na qual “ninguém ensina ninguém; todos

aprendemos em comunhão”, resistindo a todas as formas de desigualdade hierárquica, pois aquele entre nós que coordena é aquele que servirá a todos, cerceando na relação cotidiana as formas de dominação senhor/escravo reiteradas em nossa sociedade de modelo escravista e piramidal. Toda a educação é busca da participação ativa de todos na sua confecção pelas relações democráticas e participativas, no contraforça de uma cultura cujo modelo de gestão justifica o autoritarismo elitizado. A educação popular estará na contramão, gerando padrões contra-hegemônicos no epicentro dessa cultura de concorrência, individualista, pragmatista e, por isso, desumanizadora.

### 3.3 Educação Popular

Fé e Alegria concebe a Educação Popular como uma proposta pedagógica e política de transformação desde, pelas e com as comunidades para a superação da opressão, da discriminação e da exclusão, contribuindo com a formação de cidadãos democráticos, capazes de construir qualidade de vida, agentes de mudança e protagonistas de seu próprio desenvolvimento, pela aprendizagem permanente de todos com todos, ao longo da vida, corporificando relações que nos libertem pessoal e coletivamente.

A opção pela Educação Popular como uma perspectiva de toda a educação implica o desvelamento de outras concepções nela implícitas, tais como a concepção de ação educativa, de educação inclusiva, de qualidade educacional, de perfil de educador, de educando, de metodologia, de avaliação e de gestão educacional.

#### 3.3.1 Concepção de Ação Educativa

A Ação Educativa de Fé e Alegria:

- é processo formativo que se dá ao longo de toda a vida do ser humano pelo contato com os outros, dos quais recebe influências e a quem influencia, transformando o potencial de ser humanidade;
- tem caráter intencional e sistemático de ensino e aprendizagem, na perspectiva da história: parte-se de saberes individuais sobre a realidade, acessa-se um conhecimento acumulado e, a partir dele, o educando aprimora-se, qualifica-

se, realiza novas descobertas e transfere esse aprender a aprender às necessidades, por vezes inéditas, do seu tempo, reelaborando e/ou ressignificando concepções e práticas a partir da realidade na qual está inserido, com os olhos no passado vivido pelos que nos precederam, e as perspectivas que se delineiam como utopias viáveis a serem ancoradas no presente;

- é projeto histórico, ideologicamente explícito e integrado num projeto social e global de luta das populações empobrecidas;
- é ato cotidiano que tem como objetivo a apropriação das capacidades de organização em redes sociais e autodireção, o fortalecimento da consciência de classes, a intervenção criativa e organizada na transformação da estrutura social.

### 3.3.2 Concepção de Educação Inclusiva

Educação Inclusiva<sup>2</sup> para Fé e Alegria é aquela que:

- se volta às parcelas excluídas de direitos, bens materiais e simbólicos e a todos aqueles que, com ou sem deficiência, vivem na perversa situação de “marginalizados”, na verdade sofrendo discriminação e *apartheid*<sup>3</sup> dentro da sociedade,

• • •

**2.** Com muita razão, José de Souza Martins adverte que o capitalismo é *includente* por natureza. Inclui os setores populares na miséria, na fome, na doença e no extermínio. Não há *excluídos* no capitalismo, como se tivessem sido esquecidos temporariamente para serem incluídos depois. Por isso, definimos o que entendemos por “inclusão” reservando o termo “exclusão” a todas as manobras do sistema a obstaculizar, impedir, cercear acesso a bens materiais e simbólicos. O capitalismo é uma relação de violência, de acumulação privada dos bens que, produzidos socialmente, pertencem por direito a todos, e é preciso construir outra sociedade que supere esta relação de pessoas entre si e com os frutos da terra.

**3.** O *apartheid*, quer dizer separação na língua africâner dos imigrantes europeus, atingia a habitação, o emprego, a educação e os serviços públicos, pois os negros não podiam ser proprietários de terras, não tinham direito de participação na política e eram obrigados a viver em zonas residenciais separadas das dos brancos. O *apartheid* vigorou na África do Sul de 1948 até 1990 e durante todo esse tempo esteve ligado à política do país. A antiga Constituição sul-africana incluía

gerados por ela, e incluídos na miséria, na fome, na dependência e, frequentemente “invisibilizados” ou destinados ao extermínio;

- garante o acesso ao espaço comum da vida em sociedade, acolhe as pessoas na sua diversidade, respeita as diferenças físicas, intelectuais, sociais, sexuais, étnicas, linguísticas ou quaisquer outras necessidades educativas especiais, criando condições para que todos possam aprender, se desenvolver, conviver, interagir, participar e exercer a sua cidadania com autonomia e liberdade;
- reconhece que todas as crianças, os adolescentes e os jovens apresentam algumas necessidades educacionais comuns e básicas para chegar às aprendizagens; que cada pessoa possui uma maneira própria e específica de adquirir e aprender com as experiências; e que essas necessidades são resultados da origem social e cultural, bem como de fatores pessoais;
- se refere a um conceito de inclusão que enfatiza o papel da educação de atender à totalidade de indivíduos e, em especial, de garantir a igualdade de acesso e qualidade na permanência às pessoas com necessidades educacionais especiais<sup>4</sup>;
- implica eliminar barreiras, inclusive arquitetônicas, que se contrapõem à aprendizagem e à participação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, com a finalidade de que as diferenças político-sociais, culturais, socioeconômicas, individuais e de gênero não se transformem em desigualdades educacionais e, consequentemente, em desigualdades sociais.

### 3.3.3 Concepção de qualidade

Diante do caráter multidimensional e polissêmico que o termo qualidade adquire na atualidade, faz-se necessário explicitar a perspectiva adotada neste documento. Reconhecendo que o conceito de qualidade da educação é controverso e ideológico e tem a ver

• • •

artigos em que era clara a discriminação racial entre os cidadãos, mesmo os negros sendo maioria na população.

**4.** Conforme está citado na Declaração de Jomtien (Tailândia), 09 de março de 1990.



com o sistema de valores e a cultura da sociedade quanto ao ser humano que se quer formar e a sociedade que se quer construir, admite-se aqui a qualidade como um processo dinâmico, participativo e democrático que se constrói nas interações das ações cotidianas à medida que todos se reconhecem como sujeitos e com direito à voz. Nesse sentido, a Qualidade da Educação se inscreve em um processo histórico, se nutre de um contexto, assume um projeto de cidadania e está ligada ao conceito de equidade no respeito às diferenças.

Para Fé e Alegria, essa qualidade da educação se constrói dentro de um marco conceitual coerente com a identidade e a proposta do Movimento comprometida com a Educação Popular, assim definida:

Qualidade na educação popular é aquela que busca formar a pessoa integralmente, potencializando o desenvolvimento pleno de todas suas dimensões, a que valoriza sua unicidade individual e sua pertença sociocultural favorecendo a apropriação e a construção pessoal e coletiva de conhecimentos, atitudes e habilidades; é a que contribui para melhorar a qualidade de vida pessoal e da comunidade, comprometendo as pessoas na construção de uma sociedade justa e humana. Educação de qualidade é a que se caracteriza por uma prática educativa e de promoção social entendidas como processo participante, solidário, conscientizador, transformador, avaliativo e reflexivo, relevante, criativo, equitativo, viável, e eficaz, elaborado desde e com os excluídos, que promove uma liderança grupal sem exclusão, no qual cada um tem um lugar específico no trabalho em comunidade<sup>5</sup>.

Nesse conceito, constam diversas dimensões da ação educativa de Fé e Alegria, as quais podem se identificar através dos binômios a seguir.

- Equidade e eficácia – alcançar os objetivos educativos promovendo o crescimento de todos.
- Criatividade e eficiência – em coerência com a identidade de Fé e Alegria, criar uma cultura organizativa capaz de potencializar, gerir e aproveitar criativamente os recursos disponíveis.

• • •

**5.** Redação definida em 2003 no Congresso Internacional de Fé e Alegria sobre o tema “Qualidade da Educação Popular: uma Aproximação desde Fé e Alegria”.

- Participação e pertinência – favorecer a participação nos processos educativos e de gestão para responder às demandas da sociedade.
- Solidariedade e focalização – considerar em que medida as ações e os programas educativos chegam àqueles que os solicitam.
- Inovação e transformação – Inovar é transformar e ressignificar as práticas pedagógicas e sociais em função de necessidades surgidas do contexto que deem vigor e visibilidade maior à proposta educativa.
- Impacto e qualidade de vida – utilizar os conhecimentos adquiridos para melhorar o desempenho do egresso como cidadão comprometido na construção de uma sociedade justa.

A qualidade almejada é suscitada pela comunidade educativa de Fé e Alegria e deve convocar vontades de todos (TORO, 1997) por sua significação mobilizadora, que vem ao encontro das necessidades materiais e subjetivas, servindo para iluminar e realçar a mística das práticas desenvolvidas nos diferentes programas e centros educativos, sem perder de vista a opção pela melhoria da qualidade de vida da população e a luta pela transformação de relações desiguais na sociedade. Requer dos envolvidos compromisso ético, técnico, político e também estético.

A mística mencionada anteriormente diz respeito à mobilização das disposições subjetivas, relacionais e existenciais que conferem força e radicalidade expressivas nascidas do interior de cada pessoa, no espaço educacional de Fé e Alegria, impulsionando dimensões de sentido, altruísmo, tenacidade e justiça na proposição, na execução e na necessária alegria e esperança em corporificar o esforço pela melhor educação subsidiária à causa dos oprimidos, que engrandece a toda a humanidade. A mística diz-se não apenas da leitura da dedicação das pessoas aos olhos da fé, mas de todo impulso alimentador, renovador, impulsionador das mais importantes ações que se referiram à missão das pessoas num movimento, instituição ou ação organizada. Ela demanda o apelo à memória coletiva, o espaço de compartilhamento da experiência de cada um(a) à causa comum. Solicita, ainda, a celebração daqueles que, já não estando presentes fisicamente, encareceram a causa de todos, a reiteram no presente e o fazem por meio de

momentos celebrativos com forte teor simbólico, em que se representam nos sinais e se tornam presentes em linguagens plásticas a caminhada realizada, as grandes bandeiras de mobilização e as vitórias obtidas pela solidariedade no enfrentamento das crises e se sinalizam as grandes utopias à frente, reanimando os laços de fraternidade, alegria na missão. Todo processo educacional possui na celebração da mística o seu motor mais importante para que as ações institucionais, burocráticas e instrumentais necessárias não percam a sua fecundidade, que nasce das relações afetivas e de identidade comum, de sentidos compartilhados e existencializados no âmbito coletivo.

Na perspectiva apontada, a qualidade da educação:

1. não é compreensível sem uma correlação direta com a qualidade de vida;
2. explicita a concepção de educação, de pessoa e de sociedade que se tem;
3. tem sentido na cultura;
4. deve garantir a rigorosidade do acesso ao conhecimento e da pedagogia para essa ação;
5. preocupa-se com a formação e a prática dos educadores para a educação que se deseja propor;
6. investe na investigação e na pesquisa;
7. constrói uma cultura tecnológica;
8. acredita na qualidade da escola pública como pré-condição da democracia.

É na busca da qualidade apontada que Fé e Alegria vem desenvolvendo experiências sistemáticas de trabalho nos meios populares, o que contribui e realça o sentido das ações coordenadas e o caráter imprescindível do papel desempenhado pelos professores(as), na definição, na formulação e na implementação de programas de educação. Assume a Educação Popular como forma de enfrentar o modelo educacional excludente em vigência, ao possibilitar que os educandos, ao conhecerem, historicizarem e problematizarem a sua realidade, sem desvinculá-la do contexto mais amplo da sociedade e da cultura, façam valer as suas reivindicações e a aceitação de suas raízes culturais, identidades e suas lutas.

### 3.3.4 Perfil<sup>6</sup> de(o) Educador (Docentes)

Os princípios pedagógicos em que Fé e Alegria acredita originam-se da prática engajada que se concretizará a partir de importantes dimensões da pessoa do educador, apontando também a obrigação de Fé e Alegria garantir a formação permanente dos seus docentes, para que possam responder às necessidades explicitadas pela proposta pedagógica que se deseja transformadora nas diversas áreas de atuação de Fé e Alegria: Educação Formal, Educação Não Formal, Desenvolvimento Comunitário, Formação de Educadores Populares, Comunicação e Ação Pública.

É consenso que o educador comprometido com o trabalho em Fé e Alegria:

- possui uma percepção aguda e crítica que o orienta nas ações educacionais desvelando e lutando contra as causas geradoras do processo de exclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos: do empobrecimento, da marginalização e da injustiça social;
- é ouvinte perspicaz e compreensivo de todos os atores comprometidos com o processo educativo;
- democratiza a cultura e socializa o saber popular, o senso comum, na perspectiva da interlocução destes saberes com a cultura acumulada, sistematizando-os e expressando-os através da comunicação das camadas populares;
- cultiva a paciência histórica para não violentar o direito à privacidade, o ritmo e a dinâmica de cada educando, apoiando-o em suas decisões pessoais;
- desenvolve um olhar dialógico e dialético, porque é envolvido com a pedagogia eco-sócio-crítica no que se refere a uma visão holística, integradora das dimensões do ser humano;
- busca conhecer, acolher e interpretar a realidade, o contexto e os sentidos que o educando dá ao lugar onde está inserido;

• • •

**6. Utilizamos a palavra “perfil”, entendida em Fé e Alegria como a identidade, o modo de ser e o “sonho de vir a ser” dos nossos educadores.**

- procura conhecer, compreender e democratizar os sentidos dos saberes e as práticas populares presentes na cultura da comunidade educativa e superar o multiculturalismo por uma vivência dialógica intercultural;
- acompanha com respeito e esperança o grau de maturação dos educandos em relação à aprendizagem;
- é leitor e pesquisador, cultiva a curiosidade epistemológica, é atento às mudanças sociais e sensível aos desafios vividos pelos educandos, compartilhando a sede de transformação pessoal, social e planetária.

### 3.3.5 Concepção de educando

A partir deste documento, pode-se afirmar que os processos educativos de Fé e Alegria, atentos ao acolhimento amplo daqueles que demandam atendimento, têm a intenção de educar homens e mulheres:

- que valorizam e respeitam seu corpo e o dos demais e cultivam os hábitos do esporte, do lazer sadio, do cuidado com o ambiente em que vivem;
- que desenvolvem relações sadias consigo mesmos, com o mundo, com o ambiente, com as outras pessoas e com o Transcendente, assumindo o diálogo, o cultivo da amizade e a vida em comunidade;
- conscientes de seu poder político e como participantes ativos dos processos decisórios da coletividade;
- que reconhecem, em suas identidades pessoais, a dimensão transcendente, expressando e celebrando a fé e a mística, no encontro consigo mesmos e na vida comunitária;
- que dominam e utilizam criticamente as tecnologias, as linguagens e os instrumentais necessários para dar continuidade, de maneira autônoma, aos próprios processos de aprendizagem, ao longo da vida;
- que utilizam, com competência e de forma crítica, a língua materna e os conhecimentos das diferentes áreas das ciências, como subsídio para a

leitura de mundo, para a futura formação profissional e para o exercício consciente da cidadania;

- que sejam solidários e éticos, comprometendo-se e assumindo responsabilidades, em seu cotidiano, na vida comunitária e na futura vida profissional;
- que têm em vista um projeto de realização pessoal, com base na integração dos valores de honestidade, solidariedade, responsabilidade, ética, liberdade, justiça, consciência crítica e compromisso com a paz universal.

### 3.3.6 Concepção de metodologia

Como Movimento de Educação Popular, inspirados no Plano Estratégico Nacional de Fé e Alegria do Brasil, assumimos “a educação como proposta pedagógica e política de transformação desde e com as comunidades”<sup>7</sup>, para contribuir junto aos cidadãos na construção da democracia, permitindo-lhes conquistar qualidade de vida e expressar sua condição humana e histórica de agentes de mudanças e protagonistas de seu próprio desenvolvimento

Uma proposta pedagógica e política de transformação a partir das, pelas e com as comunidades implica necessariamente a opção por uma metodologia de trabalho que garanta o protagonismo dos sujeitos/comunidades envolvidas, cabendo ao educador, desde logo, o papel daquele que medeia, promove reflexões, desafia, provoca e apoia. A distribuição desses papéis, o jeito de fazer e o caminho a percorrer, define uma metodologia de trabalho. Se a proposta educativa se viabiliza *desde e com* as comunidades, temos aí já um primeiro requisito: o ponto de partida é a prática social dessas comunidades, a vida mesmo dos sujeitos em suas comunidades, que, problematizada, passa pelo crivo de criteriosa análise que possibilita um nível de conscientização, o qual desencadeia o processo de ação transformadora. Define-se, assim, um jeito peculiar de *fazer*, porque há uma finalidade especial a atender: a transformação, a mudança para melhor, protagonizada pelos próprios sujeitos envolvidos. Este é o jeito de fazer da educação popular.

• • •

**7. Plano Estratégico Nacional de Fé e Alegria Brasil 2006-2010.**

As características dessa metodologia inscrevem-na numa denominação generalista de *metodologia da problematização*. Seus pressupostos são amplamente reconhecidos nos fundamentos teóricos de Paulo Freire.

Paulo Freire defendeu sempre uma Educação Problematizadora, uma Pedagogia Problematizadora, aquela que, contrapondo-se à educação bancária ou à pedagogia bancária, pudesse servir para libertar o ser humano dos seus opressores e pudesse servir para a sua emancipação e humanização (BERBEL, 1999).

Se rastreamos outras fontes, encontraremos valiosas contribuições anteriores a Paulo Freire e posteriores a ele. É possível reconhecer no paradigma inaciano princípios inspiradores da metodologia da problematização, os quais, na teoria social de Paulo Freire, se enrobustecem e, nos fundamentos didáticos de Bordenave & Pereira, Berbel, Hengemühle (entre outros), se tornam explícitos em uma perspectiva operacional.

O paradigma inaciano constituído pela trindade “*experiência, reflexão, ação*” assume, na dinâmica da prática educativa, cinco pontos — ordenados em coerência com o fim a que servem —, quais sejam: o contexto, a experiência, a reflexão, a ação e a avaliação (Pedagogia Inaciana, 2003).

O *contexto* implica que o educador popular de fato se *sítue*, o que requer o conhecimento sobre os sujeitos com os quais empreende sua ação educativa, o conhecimento do contexto socioeconômico, político e cultural em que estão inseridos, os conhecimentos prévios que trazem consigo e o conhecimento do ambiente institucional em que o processo se desenvolve.

A *experiência* propicia que, de forma direta ou indireta, os educandos (sujeitos em aprendizagem) percebam simultaneamente os fatos e as próprias reações afetivas que suscitam. “A experiência inaciana ultrapassa a compreensão puramente intelectual. Inácio exige que ‘o homem todo’ — mente, coração e vontade — se envolva na experiência educativa” (Pedagogia Inaciana, 2003).

A *reflexão* oferece elementos de revisão e reconsideração de um tema determinado, de uma experiência, de uma ideia, visando captar o seu sentido mais profundo ou mais assertivo, e tem como foco oportunizar a construção de uma nova matriz de análise, bem como de convicções e de ferramentas para a ação.

A *ação* resulta da decisão consciente e do compromisso de tomar uma atitude diante da experiência vivida ou observada. Decorre da mobilização da vontade pelas convicções formadas no processo de

reflexão, as quais, agora, se expressam em gestos concretos de intervenção.

A *avaliação*, na dinâmica do paradigma inaciano, focaliza a retroalimentação que se dirige tanto ao progresso intelectual quanto ao progresso nas atitudes, nos modos de proceder de acordo com o objetivo de ser “pessoas para os outros” (Pedagogia Inaciana, 2003).

O paradigma orientador da pedagogia inaciana, mais do que uma proposta didática estruturada de metodologia, tem o seu valor maior por lembrar e incitar o educador popular a não perder de vista a dimensão da espiritualidade no “quefazer” educativo.

Essa inspiração/opção metodológica está posta para seres humanos concretos, situados em determinado tempo e determinado espaço. E, nessa perspectiva, a teoria política e pedagógica de Paulo Freire é de relevância ímpar. A problematização ganha, com esse mestre, conotação e poder revolucionários à medida que promove a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica e, desta, para a ação coletiva qualificada e transformadora. A problematização é, portanto, o ponto inicial da proposta pedagógica emancipadora desse educador e se sustenta no eixo: problematização-conscientização-práxis.

Quanto mais avança a problematização e quanto mais os sujeitos penetram na “essência” do objeto problematizado, mais capazes são de desvelar tal essência. Quanto mais a desvelam, mais se aprofunda o despertar de sua consciência, levando deste modo à “conscientização” da situação por parte das classes pobres. Sua autoinserção crítica na realidade, quer dizer, sua conscientização, faz com que a transformação do seu estado de apatia em um estado utópico de denúncia e anunciação seja um projeto viável (FREIRE, 1990).

Assumir a metodologia da problematização na prática educativa do dia a dia requer rigorosidade metódica (FREIRE, 1997). Nesse sentido, alguns teóricos nos oferecem subsídios didático-pedagógicos de como desenvolvê-la. (BORDENAVE, PEREIRA, 2000) apresentam o Arco de Magueres como uma experiência validada nesta metodologia. Posteriormente, Berbel (1999) e Hengemühle (2004) publicam obras em que a reapresentam e fazem algumas adaptações a partir das necessidades da educação na sociedade contemporânea.

Segundo os referidos autores, a metodologia da problematização acontece a partir de uma sequência de cinco etapas, as quais estão intimamente relacionadas entre si. Hengemühle (2004, p. 103) fez uma

adaptação do Arco de Charles Maguerez, apresentando a sequência da seguinte maneira<sup>8</sup>:



A situação-problema constitui-se no primeiro passo da metodologia. Considerando o ponto de partida e de chegada dessa metodologia, inicialmente o sujeito aprendente é levado a observar a realidade, apreendendo a problemática implícita e identificando nela

• • •

**8.** O quadro que representa o ponto de partida e de chegada é apresentado vazio por Hengemühle e explicado no decorrer do seu texto. Tendo em vista a necessidade de explicitarmos com clareza nossas intencionalidades, consideramos importante completá-lo com a ideia que precisa ser comunicada ao leitor: o ponto de partida e de chegada é a realidade, o contexto social dos sujeitos em aprendizagem.

os problemas-chave que se pretende abordar. Assim, ao se aproximar da realidade, no intercâmbio de múltiplos olhares subjetivos, o aprendente alcança uma percepção mais aprofundada e alargada do contexto e das práticas sociais nele vigentes. É desejável que o educador, nesta etapa, conduza o processo de forma intencional, selecionando pontos-chave na perspectiva dos objetivos que almeja alcançar e assumindo atitudes de mediação, de questionamento, de escuta e de orientação.

Frente à situação-problema ou situação complexa os educandos são provocados a apresentar possíveis respostas que expliquem e justifiquem as causas e/ou as consequências da situação-problema, o que configura o 2º passo da metodologia: as hipóteses de solução. Relevante, nesse momento, é que os conhecimentos prévios e a visão de mundo dos educandos sejam acolhidos e valorizados como condição da possibilidade de construir significação. A partir das suas experiências de vida, dos conhecimentos do senso comum e da sabedoria popular, levantam-se hipóteses frente ao observado.

O momento do levantamento de hipóteses pretende ainda gerar um "desconforto" (segundo Piaget, desequilíbrio) que resulte na geração da necessidade ou do desejo pela busca por respostas mais pertinentes para as questões em estudo. Mobilizam-se assim referências para o 3º passo: a teorização. A análise compreensiva da situação-problema será possível por meio do acesso às informações e aos conhecimentos disponíveis nas mais diversas fontes, e sua qualidade está vinculada a essa diversidade e à capacidade, por parte do educador, de viabilizar esse acesso utilizando-se de distintos recursos e variadas estratégias que requeiram diferentes níveis operatórios dos educandos. Os aprendizes começam a estabelecer relações entre o que observaram na realidade, os problemas identificados, as hipóteses levantadas e as teorias com que passam a ter contato, as quais ampliam e aprofundam aquilo que eles já sabem, possibilitando-lhes a (re)construção de um saber anterior, com novas bases de fundamento. Nesse momento, os educandos interpretam, resumem, comparam, classificam, organizam e selecionam informações, analisam, elaboram sínteses e decidem. Todos esses processos são habilidades ou operações mentais (RONCA, 2001) que passam a ser mobilizadas na busca pela compreensão do problema que está sendo conhecido, investigado e interpretado.



No 4º passo — hipóteses de solução com argumentação fundamentada — os educandos voltam aos registros das hipóteses que levantaram no 2º passo e analisam, compreensiva e criticamente, as respostas e as explicações que apresentaram, validando-as, negando-as ou substituindo-as. Podemos dizer que aqui, além de uma nova compreensão, começa a se manifestar a competência, pois a mobilização dos recursos cognitivos para resolver problemas é o que leva à sua construção. A competência torna-se visível no momento em que articulamos nossos conhecimentos, nossas habilidades e nossos valores para encontrar respostas a determinadas situações complexas que vivenciamos.

O 5º passo — compreensão, aplicação — encaminha novamente ao ponto de partida. Nesse momento, o educando é desafiado a voltar para a realidade (pessoal, social), agora com um novo olhar, tendo condições de analisá-la e compreendê-la com mais propriedade, percebendo a complexidade das relações que se estabelecem nos problemas abordados. É esperado, nesta etapa, que o sujeito tenha avançado no seu nível de consciência (FREIRE, 2005), pois, aos poucos, os procedimentos vivenciados oportunizam que a realidade seja percebida e analisada não mais com argumentos circunstanciais ou aparentes, em nível de senso comum menos elaborado, mas que a leitura da realidade e as propostas de intervenção estejam assentadas nas novas bases de fundamentos construídas. A cada conteúdo estudado, com essa metodologia, os educandos desenvolvem uma consciência mais crítica sobre a realidade, o que possibilita sua articulação coletiva em prol de melhorias de vida para o seu grupo social. Esse processo é o que Freire explica como o avanço do nível da consciência ingênua para a crítica, possibilitando a emancipação das pessoas e a transformação da realidade.

A metodologia da problematização favorece também o tratamento interdisciplinar dos conteúdos, com diversas formas (entre elas o tratamento temático, de área de conhecimento, por projetos ou transdisciplinar), especialmente na educação formal, pois, sendo a realidade o seu ponto de partida, esta nunca se apresenta de forma (uni)disciplinar. É salutar também ressaltar que, quando se assume explicitamente a metodologia da problematização como a metodologia privilegiada por Fé e Alegria, isso não significa que tenhamos de assumi-la de forma engessada e uniforme. A pedagogia freireana só pode ter essa

identidade se for capaz de se recriar em situações inéditas. Dependendo da área de atuação em que os educadores populares estejam inseridos, em determinados momentos, algum dos passos que a constituem pode requerer maior ou menor ênfase. Outrossim, é recomendável lembrar que a metodologia da problematização é referida também como pedagogia problematizadora (Paulo Freire) e sob este ponto de vista pode ser vivenciada por meio de outras formas e estruturas didáticas além da apresentada anteriormente, como, por exemplo, a do desenvolvimento de projetos pedagógicos.

Na permanente construção da competência humana, mística, técnica e política, o educador popular de Fé e Alegria buscará aprofundamentos teóricos e compartilhamento de experiências para, permanentemente, com sabedoria, qualificar a sua ação educativa.

### 3.3.7 Concepção de avaliação

Na educação assumida por Fé e Alegria, a avaliação está intrinsecamente ligada a um planejamento participativo, dialético e dialógico. É através dessa avaliação dialógica e formativa que objetivos, estratégias e conteúdos são revistos, propiciando ao educando, ao educador e à própria comunidade elementos que os tornem mais conscientes, críticos e competentes em relação ao seu papel de agentes de mudança. A partir desse entendimento, Fé e Alegria assim caracteriza seu processo avaliativo:

- assume a concepção de avaliação emancipatória, o que significa um processo que propicia tanto a construção de sujeitos competentes na leitura da realidade, na proposição e na execução de ações transformadoras quanto a produção de conhecimento;
- envolve todas as pessoas ou representantes de setores, categorias ou áreas profissionais no processo de planejamento, execução e avaliação das ações, da elaboração de orçamentos e projetos, da prestação de contas e dos processos pedagógicos;
- exige a sistematização de todo e cada processo educativo no sentido de que ele, além de ser fonte de reflexão permanente do próprio grupo,

possa ser socializado, contribuindo, assim, para alimentar outras experiências;

- até mais importante do que produzir e ler resultados, a avaliação, compreendida como processo de reflexão, ajuda a refletir sobre como chegamos até aqui, assumindo um caráter de pesquisa, de esforço científico, de construção de conhecimento e também de formação de construtores de conhecimento;
- descarta a figura do avaliador como detentor do poder de ajuizar e do avaliado como mero objeto da avaliação, porque implica responsabilidade de todos na busca coletiva de caminhos que levem à construção de redes cada vez mais amplas de reflexão/avaliação, formadas por educadores, educandos, famílias e comunidade;
- quando se trata de projetos financiados, focaliza os procedimentos, os conteúdos, os objetivos, tendo como prioridade os impactos do projeto perante educandos, educadores, comunidade envolvida e parceiros;
- na educação formal, também tem o papel de subsidiar a família, apresentando os resultados na forma de notas, conceitos, relatórios, relatos, portfólios e outros, permitindo acompanhar o nível de aprendizagem e desenvolvimento do educando, fornecendo informações fundamentais para o acompanhamento da família no processo educacional dos filhos.

### 3.3.8 Concepção de gestão

Entendemos por gestão um conjunto de ações realizadas em vista de um objetivo previsto. Esse sentido amplo de gestão designa o momento em que se planejam o que se deseja fazer, a execução do que foi planejado e os processos de controle e de avaliação (BORJAS, 2006). A gestão em Fé e Alegria é uma gestão cooperada, em vista da transformação das pessoas e das estruturas.

Considerando a diversidade da realidade brasileira e os diferentes contextos nos quais se desenvolvem os trabalhos de Fé e Alegria, o princípio da autonomia torna-se uma premência na medida em que traduz o próprio fundamento da vida democrática, que é a aceitação da diferença. A garantia da unidade do

Movimento está na clareza das concepções e no compromisso dos envolvidos nessa construção, conforme anunciou Pe. Vélaz<sup>9</sup> ao reconhecer a comunhão na Identidade e Missão, a condição capaz de evitar a dispersão e garantir o respeito à diversidade e ao acolhimento das diferenças.

Em decorrência disso, Fé e Alegria investe na gestão autônoma, cooperada, participativa e compartilhada desde a sua Identidade, a qual se constitui no elo capaz de garantir a unidade diante da riqueza e da pluralidade das experiências que estão sendo realizadas nas diferentes regiões do país. Para o aprimoramento dessa prática de gestão, faz-se necessário um constante exercício de reflexão sobre as próprias experiências vividas ao longo dos anos em sua diversidade geográfica e cultural, bem como levar em conta, reconhecer e aprofundar os conhecimentos sobre a qualidade da gestão, a partir dos estudos produzidos sobre a temática.

A gestão, portanto, em Fé e Alegria, deriva da condição de sujeitos de todos, em princípio de subsidiariedade e união de esforços em busca dos processos educacionais libertadores, bem como dos processos de operacionalização. Dessa forma, a gestão:

- é participativa em todos os níveis, de modo que todos sejam incluídos no planejamento, na execução e na avaliação dos processos de trabalho de suas equipes e da instituição;
- assume a concepção de cogestão participativa comunitária — aquela que prima pela organização de equipes de trabalho, pela descentralização das informações e do conhecimento, pela corresponsabilização na tomada de decisões e pela inclusão irrestrita da comunidade na gestão de projetos, centros educativos etc. Essa cogestão pode ocorrer através de assembleias, participação em conselhos gestores e eleição de representantes de cada segmento, sem prescindir, todavia, da presença de Fé e Alegria, com primazia ao representante/coordenador da instituição responsável por dinamizar e impulsionar os

• • •

**9. Segundo Pe. Vélaz, a autonomia funcional é “a maior fortaleza da Identidade do Movimento de Educação Popular Fé e Alegria, enraizada em meios tão diversos e distantes, com uma convicção tão homogênea e semelhante”.**



processos de participação de forma coletiva em cada projeto, programa ou frente de trabalho de forma que a convergência de esforços como corpo, garanta a melhor organização, a eficácia e a eficiência que se expressa pela efetividade e pela continuidade dos resultados a longo prazo;

- opta pelos *estilos democrático e de consenso de participação*, em que, no primeiro, “o poder fica com o grupo, que fixa os objetivos e estabelece os mecanismos de ação”, e, no segundo, “os membros do grupo preferem negociar as propostas, sem precisar recorrer à votação, evitando assim a criação de uma minoria perdedora, que pode provocar depois alguns conflitos (BORJAS, 2006);
- incentiva e dá condições para que cada centro elabore participativamente seu Projeto Político-pedagógico o mais próximo possível da realidade em que vive a comunidade local e da viabilidade de sua articulação, decidindo, ainda, de maneira autônoma, sobre o uso dos recursos e dos procedimentos melhores para alcançar os fins desejados pela coletividade.

### 3.4 Concepção de promoção social comunitária

Fé e Alegria é de promoção social porque, diante das necessidades de sujeitos concretos em face da situação de injustiça, se compromete, de forma participativa, a buscar caminhos para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Para Fé e Alegria<sup>10</sup>:

Promoção Social é a ação coletiva que busca desenvolver as potencialidades das pessoas e das comunidades para colaborar na transformação da sociedade, na construção de um mundo mais justo, participativo, sustentável e solidário. A promoção social não pode ser uma ação institucional isolada, mas compartilhada com muitos outros sujeitos sociais. A

promoção social deve ir criando alianças e tecendo redes sociais marcadas por valores como a liberdade, a justiça e a solidariedade. A promoção social busca intervir na melhora da qualidade das condições econômicas, sociais, culturais e políticas da vida das pessoas e das comunidades.

A promoção social, portanto, é entendida como um processo de melhora progressiva na qualidade de vida que tem como foco a(s) pessoa(s) concreta(s), nas suas múltiplas dimensões e potencialidades, inserida(s) e comprometida(s) com a sua comunidade. A promoção, nessa perspectiva, reivindica uma noção de processo que impulsiona procedimentos de construção da cidadania como resposta às necessidades da comunidade.

Fé e Alegria assume e amplia essa definição de promoção, incluindo nela o termo “comunitário”, que, dado o contexto, enfatiza a atuação em vários campos: desde a sobrevivência imediata e individual até os aspectos políticos e organizacionais, com o escopo de incidir em mudanças das estruturas que mantêm e perpetuam iniquidades e injustiças sociais.

A promoção social comunitária para Fé e Alegria, portanto, refere-se aos processos de melhoria qualitativa das pessoas para que estas possam atuar de forma crítica e consciente na transformação da sociedade. Na perspectiva de Freire: “A educação muda as pessoas e as pessoas transformam a sociedade” (FREIRE, 1997). Na perspectiva colocada, a ação coletiva busca desenvolver as potencialidades das pessoas e das comunidades visando à transformação da sociedade rumo à construção de um mundo mais justo, participativo, sustentável e solidário.

Para Fé e Alegria, a educação e a promoção social compõem um todo capaz de responder aos desafios propostos, ao adotar uma metodologia compartilhada — a Educação Popular — e colocar como meta comum a transformação. Ambas, educação e promoção, associam-se de modos distintos e complementares de atuação nos dois cenários relacionados entre si: *comunidade escolar* e *comunidade educativa*.

- Comunidade escolar: dela fazem parte as pessoas e as relações que ocorrem na prática cotidiana de um centro educativo. Tem como finalidade oferecer uma educação de qualidade que forme em valores, atitudes positivas, conhecimentos e habilidades, possibilitando a transformação de

• • •

**10.** Carrasco, Luis. *Resumen*, Documento Final, XXXVII Congreso Nacional, Cochabamba, 2006.

peças e comunidades, a partir de uma pedagogia popular libertadora e evangelizadora.

- Comunidade educativa: refere-se à comunidade do entorno de cada centro educativo. Dela fazem parte as organizações comunitárias de base, como clube de mães, associações de bairros, igrejas, clubes desportivos etc., que de alguma forma interagem na educação das pessoas.

Fé e Alegria, ao assumir uma promoção social que tenha como finalidade precípua a melhoria da qualidade de vida das pessoas, individualmente, e da sua comunidade, significa que as ações em todas as áreas de atuação vão buscar um equilibrado desenvolvimento humano, nas dimensões física, psicológica, do nível da autonomia, das relações sociais, do ambiente natural, transcendente, econômico-social, político-cultural. Além disso, ter qualidade de vida implica ter hábitos saudáveis, cuidar bem do corpo, ter tempo livre, condições econômicas e/ou espaços públicos para o lazer. Fé e Alegria entende também por qualidade de vida a percepção do indivíduo tanto de sua posição na vida, no contexto da cultura e nos sistemas de valores nos quais se insere como em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações cotidianas.



# 4. MARCO OPERA CIONAL

## 4.1 Introdução

**MARCO OPERACIONAL É** o conjunto de opções, com explicitações teórica, legal e pastoral que as fundamentam, expressando a convicção de Fé e Alegria Brasil a respeito de sua missão no meio dos empobrecidos.

Esta Proposta Educativa será uma realidade e somente será autossustentável no futuro quando colocar em prática os pressupostos teórico-metodológicos e as diretrizes constituintes desse Marco Operacional, composto por: Temas Transversais, Educação Formal, Educação Não Formal, Desenvolvimento Comunitário, Formação de Educadores Populares, Comunicação e Ação Pública. Todos esses temas/áreas se repartem para contemplar a maior totalidade possível das experiências exigidas, vividas ou planejadas pelas comunidades e acompanhadas por Fé e Alegria, através de seus centros educativos.

É nesse Marco Operacional que estão os princípios que orientarão a prática educativa de Fé e Alegria Brasil e que pretendem cumprir algumas finalidades: superar o isolamento da ação educativa, articulando esforços na busca de convergência de grupos ou pessoas as quais queremos servir, ação, método e teoria; construir e orientar novas alianças entre os distintos setores internos de Fé e Alegria e entre Fé e Alegria e outros setores sociais, em especial os ligados à Educação, canalizando as melhores forças da sociedade em função da perspectiva de ampliar e efetivar a participação social; promover e institucionalizar a participação de todos, estabelecendo alianças, metas e orientações de curto, médio e longo prazos; focalizar a atenção na definição das prioridades nacionais; articular esforços e harmonizar iniciativas.

Enfim, o Marco Operacional determina de antemão o que se quer fazer, com objetivos, meios e diretrizes bem traçados. Sua eficácia dependerá das condições favoráveis, do refazer constante, do agir, da disposição, da disponibilidade e do comprometimento dos colaboradores para sua efetivação ideal.

A ação de Fé e Alegria no Brasil está organizada em seis áreas de atuação (Educação Formal, Educação Não Formal, Desenvolvimento Comunitário, Formação de Educadores Populares, Comunicação e Ação Pública). Os diversos programas que integram essas áreas de atuação são permeados por dois princípios gerais: o apoio sociofamiliar e a ação pastoral, que ora denominamos como temas transversais, por cumprirem o papel de eixos vertebradores (MORENO ET AL., 1997) de todas as ações educacionais em Fé e Alegria.

### 4.1.1 Temas transversais

#### 4.1.1.1 Apoio sociofamiliar

Atuar com famílias na perspectiva de educação popular implica um processo de mútuo conhecimento e estabelecimento de relação de confiança, que permitam, juntos, buscar a intervenção política e educativa viável. É importante assinalar isso porque a própria Educação Popular tem uma longa tradição com o público adulto e com a população empobrecida, tendo buscado garantir o acesso a conteúdos escolares básicos junto a esses grupos. No caso de Fé e Alegria, a intenção não é a de construir esses conteúdos, mas sim outros, de caráter mais essencialmente político: organizar as pessoas em torno da luta pelos direitos, problematizando a institucionalização de seu sequestro e o cerceamento a mecanismos de ampliação e acesso a eles, como mobilização política capaz de assegurá-los. Cabe assinalar também que atualmente as famílias constituem eixo de intervenção muito bem estabelecido, tendo recebido a primazia na legislação que implementa o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) — basta percebermos a ênfase dada pelo documento à “matricialidade da família”, que busca desfazer a ambiguidade, face à cultura da sociedade brasileira que institucionalizou, desde a Lei do Ventre Livre, essa condição à mulher, que libera de alguma forma o parceiro da responsabilidade ao papel de idêntico cuidado para com os filhos. O papel de toda instituição que trabalha com essa população é tentar formular referências capazes de concretizar isso.

Parece correta a estratégia de eleger a família como foco de uma intervenção que vise lidar com determinados problemas típicos da faixa etária infantojuvenil (público preferencial de Fé e Alegria) em situação de vulnerabilidade, tais como violência urbana, drogadição, envolvimento com tráfico de entorpecentes, evasão escolar e dificuldades de aprendizagem, prevenção à gravidez precoce etc. Observados e/ou vividos no cotidiano por uma boa porção de brasileiros, em sua maioria pertencentes aos setores mais sofridos (embora não só), são problemas advindos da violação de direitos e da inserção desigual na produção e da distribuição desigual da riqueza, problemas que a sociedade como um todo deseja ver corrigidos e regulamentados.

Além dessa dupla exclusão, a impossibilidade de discutir os mecanismos instituintes da política e da justiça e também da participação mais equânime no mundo do trabalho, as classes desfavorecidas sofrem

preconceitos no âmbito de seus valores, suas formas de organização social, sua produção simbólica. Inúmeras experiências e pesquisas demonstram o longo tempo necessário até manifestações religiosas ou artísticas populares serem reconhecidas pelo conjunto da sociedade como legítimas e como precioso acervo a que toda a humanidade tem direito, tendo sido expostas sempre a diversos procedimentos de desqualificação.

A percepção da cotidianidade dessas diversas violências, impostas aos grupos populares, associa-se à nossa intenção de revertê-las. Para isso, torna-se necessário ver os julgamentos que pairam também acerca da organização familiar das classes populares, que auxiliam na legitimação dessas violências — acusações de que seus padrões de organização de parentesco seriam irregulares, patologicamente distintos do modelo nuclear burguês dominante, que prevê um pai provedor, uma mãe provedora e dona de casa (ao mesmo tempo), poucos filhos, que representam uma crescente demanda por cuidados, tanto afetivos quanto técnicos (médicos, educadores, psicólogos etc.), além de contarem com projetos de vida mais ou menos delimitados e preestabelecidos, em razão de uma participação específica numa classe social e num universo de referências simbólicas. Todos esses valores acabam tomados como ideal não só por uma quantidade de pessoas no conjunto da sociedade (no caso, camadas média e alta), mas pelo conjunto da sociedade, uma vez que essas camadas dispõem de mecanismos de influência, tais como meios de comunicação e Estado.

Essa homogeneização simbólica não é completa nem unilateral — as classes populares conseguem conservar um grau variável de autonomia, não só no âmbito de seus padrões de parentesco, mas em diversos outros casos. Isso mantém um grau de conflito e de disputa, que muitas vezes não é declarado, mas tem resultados práticos. Neste texto, buscamos enfatizar que a compreensão desses diversos formatos é pressuposto básico para trabalhar com universos populares, talvez até mesmo uma via privilegiada de acesso a esses universos. Rechaçamos por completo aqui posições que se sustentem pela conceituação de famílias populares como “desestruturadas”, ou seja, não pelo que são, mas pelo que supostamente lhes faltaria quando comparadas com exemplos extraídos do universo das classes média e alta. Se nem mesmo entre estas últimas as formações familiares são assim regulares e únicas, o que nos autoriza a exigir isso de outras faixas, que contam sim com especificidades organizativas, com va-

lores distintos e histórias coletivas distintas? Enfatizar a pluralidade nessa dimensão é fundamental.

Outra dimensão a se valorizar no trato com famílias, principalmente no âmbito de um movimento de educação popular integral, é o grau de influência que o ambiente doméstico tem sobre o processo de aprendizagem. Ao valorizarmos as experiências prévias do educando, muito de suas primeiras hipóteses estarão ancoradas no saber familiar; se indivíduos apresentam dificuldades de aprendizagem, pode haver algum tipo de problema na dinâmica familiar (pais ausentes, drogadição e alcoolismo, abuso sexual, salário precário e desemprego) que esteja interferindo diretamente na participação da criança/adolescente no processo educativo; ou, ainda, o educando pode trazer diversos relatos de ausência de serviços básicos na comunidade, que podem ser trabalhados a partir de ações de desenvolvimento comunitário e promoção social.

Para isso, tentar instaurar momentos de associativismo e organização comunitária também pode ter como porta de entrada o trato com famílias que vivenciam em seu cotidiano “privado” diversas violações de direitos, ineficácias de serviços ou simplesmente dificuldades e problemas parecidos e acabam também individualizando as tentativas de solucioná-los. Podem-se coletar essas temáticas e demandas, buscando-se posteriormente coletivizá-las, através do fomento de pequenos espaços públicos de discussão, problematização e deliberação de ações.

## **Diretrizes:**

1. Oferecer atendimento e apoio sociofamiliar, que prevê atividades de orientação e acompanhamento às questões específicas trazidas por cada família das crianças e dos adolescentes atendidos por Fé e Alegria e, quando necessário, encaminhamento à rede de serviços socioassistenciais. Entendemos como rede de serviço socioassistencial: “um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que ofertam benefícios, serviços, programas e projetos que supõem a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e por níveis de complexidade” (PNAS/NOB/SUAS, 2005).
2. Trabalhar o grupo familiar, visando a superação de vulnerabilidades e riscos, bem como a sua potencialização como matriz de convivência, cuidados, mediação e defesa dos direitos dos seus membros, por meio do fomento de grupos de convivência familiar, no qual se enfatiza a dimensão da convivência e da reflexão.
3. Fortalecer os vínculos comunitários das famílias, incentivando seu potencial de protagonismo e organização na construção coletiva de instrumentais para a promoção dos direitos sociais, com ênfase na autonomia das famílias, entendendo autonomia como “um processo gradativo de amadurecimento, que ocorre durante a vida, propiciando ao indivíduo a capacidade de decidir e, ao mesmo tempo, de arcar com as consequências dessa decisão, assumindo, portanto, responsabilidades” (VASCONCELOS, BRITO, 2006).

### **4.1.1.2 Ação pastoral**

A atividade pastoral de Fé e Alegria ocorre a partir de um olhar para a realidade em que se encontra inserida e, com isso, deixar-se afetar por ela de maneira a comprometer-se na sua transformação. Diante disso, Fé e Alegria propõe a pedagogia do coração como um caminho para acompanhar, de forma personalizada, o amadurecimento da fé, da personalidade e da identidade de cada um(a) de nossos(as) beneficiários(as), para que sejam agentes de sua própria formação e possam colaborar na construção de uma sociedade em que se priorizem o ser, o reconhecimento de sua condição de cidadania, o fazer, o respeito ao outro, a solidariedade e a busca constante por mais justiça e fraternidade.

Os projetos de Fé e Alegria devem fomentar um esforço consciente e sistemático, que oriente o fortalecimento das comunidades populares em sua capacidade de decisão, sua participação cidadã, sua formação crítica e seu conhecimento, formas de gestão e economia solidária que se refira à vida, sadia comunicação, *blogs*, rádios comunitárias e todo o exercício criativo de consubstanciar direitos e deveres. Deve promover na comunidade a vivência dos valores comunitários e a capacidade de discernir entre o que humaniza e o que desumaniza. É preciso promover nas comunidades a capacidade propositiva de se organizar e construir uma comunidade sem excluídos, sem oprimidos e sem empobrecidos, em que reinem o amor, a fraternidade e o respeito mútuo entre todos.

As formações humana, espiritual e profissional são os eixos fundamentais para ser educador popular de qualidade em Fé e Alegria. Isso supõe aprofundar, com os educandos, o conhecimento pessoal nos aspectos biológicos, psíquicos, físicos, simbólico-religiosos, sociais e históricos, dando uma atenção aos contextos culturais e étnicos que configuram sua própria personalidade. Daí a importância de promover um processo de formação em que os educadores possam compreender os sistemas de valores assumidos para reconstruir novas formas de ver, sentir e pensar o mundo.

Como movimento de inspiração cristã, a proposta formativa de Fé e Alegria se orienta também para o cultivo da espiritualidade própria dos educadores e dos educandos de modo que seja possível alimentar a fé, que deve se expressar no serviço solidário aos mais fracos e empobrecidos e no total empenho na construção do Reino de Deus aqui na terra, o qual tem a ver com a formação dos valores universais da humanidade.

O componente comunicacional (seja ele uma emissora ou outro meio de ação comunicativa) evangeliza quando é coerente. A coerência supõe viver na prática aquilo que se anuncia com a palavra. Significa viver em suas relações internas e externas os valores do Reino de Deus que descobrimos, anunciamos e promovemos. Para isso, a emissora evangelizadora promove em toda a sua programação esses valores cristãos, e não apenas nos programas explicitamente religiosos. Evangelizar é transmitir a Boa-Nova; uma experiência vital, transformadora, geradora de vida. Por isso, a ação comunicativa que se faz pelos meios com os quais contamos deve ter também um caráter evangelizador.

A ação pública de Fé e Alegria nasce da convicção de que a transformação social e o desenvolvimento humano que buscamos requerem compromissos políticos, além da presença, do trabalho e do acompanhamento direto dos grupos e das pessoas excluídos. Por isso, a atividade pastoral em Fé e Alegria quer incidir nas políticas públicas educativas e sociais, atuando nos diferentes espaços da sociedade, com a prerrogativa relatada no Evangelho, quando Jesus falava aos Doutores da Lei, “com autoridade e sabedoria” (Lc 2,47).

A ação pública de Fé e Alegria está inspirada na convicção de que, para almejar o sonho de uma sociedade melhor para todos, temos de promover, entre outras coisas, outra e melhor educação. Não aceitar uma pobre educação para os pobres, elemento já presente nos escritos do Pe. Vélaz, sequer uma educação que mantenha ou incremente a exclusão dos setores populares. A promoção e a defesa dos direitos humanos são expressão

de uma fé que se compromete com maior justiça social, com a plenitude da pessoa, com o respeito às diferentes culturas e a integração com o meio ambiente.

A forma de abordar os temas transversais, de olhar e compreender as famílias quando envolvidas nas ações de Fé e Alegria e a opção pela pedagogia do coração como orientadora da ação pastoral educativa constituem-se nas estruturas basilares sobre as quais se definem diretrizes e ações para as áreas de atuação de Fé e Alegria no Brasil e que passamos a apresentar a seguir.

## 4.2 Áreas de atuação

A atuação de Fé e Alegria no Brasil é marcada por uma diversidade de experiências, através das quais se busca apresentar respostas criativas às demandas impostas pelos contextos locais. Visando harmonizar essas diversas iniciativas, buscou-se organizá-las em programas que integram as seis áreas de atuação institucional.

Áreas de atuação	Programas institucionais
1. Educação Formal	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Técnica, Educação de Jovens e Adultos (EJA).
2. Educação Não Formal	Educação comunitária, Atenção integral à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal (abrigo), Educação popular na rua, Formação pelo/para o trabalho, Curso pré-universitário.
3. Desenvolvimento Comunitário	Formação de lideranças comunitárias, implementação de polos culturais e esportivos, inclusão digital, geração de trabalho e renda e programas socioambientais.
4. Formação de Educadores Populares	Formação continuada de docentes, formação continuada de gestores, formação de educadores sociais.
5. Comunicação	Rádios educativas, rádios comunitárias e portais educativos.
6. Ação Pública	Participação em campanhas, fóruns temáticos, conselhos setoriais e articulação em redes sociais.

Ainda na busca de harmonização e cuidado no atendimento de nosso público-referência<sup>1</sup>, propõe-

• • •

**1.** Fé e Alegria opta pela utilização do termo “público-referência” em lugar de “público-alvo”, uma vez que



se a implementação de diretrizes gerais orientadoras para todas as unidades de Fé e Alegria.

## Diretrizes:

1. Construir e fortalecer instâncias de participação, ampliando canais de comunicação nos quais esses valores, atitudes, crenças e expectativas possam ser expressos, conhecidos e negociados.
2. Primar pelo Respeito à criança e ao adolescente em suas diferenças e características próprias, inclusive as relacionadas à sua faixa etária, adotando uma metodologia que contemple suas especificidades e obedecendo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina o direito à educação de qualidade para crianças e adolescentes.
3. Investir na capacitação permanente de todos os integrantes da equipe educativa, dirigida à superação de carências detectadas na avaliação participativa, a partir da criação de espaços para a troca de experiências e a reflexão sobre a prática educativa.
4. Construir e revisar periodicamente o projeto político-pedagógico, contando com a participação da comunidade educativa e escolar, de maneira a torná-lo parte significativa dos equipamentos sociais promotores da democracia e das demandas relacionadas à emancipação e autonomia dos moradores do seu entorno.
5. Avaliar os educandos de forma processual e contínua, mediante critérios previamente estabelecidos, que considerem não apenas os resultados imediatos das competências e habilidades por eles desenvolvidas e alcançadas, bem como a perspectiva do que se poderá alcançar por aquilo que já se faz presente — área de desenvolvimento proximal (VYGOTSKY, 1998).
6. Realizar a gestão de forma democrática e participativa, promovendo a participação da comunidade educativa, inclusive na implementação de sistemas de acompanhamento que permitam verificar os resultados obtidos e aqueles que se anunciam a partir dos investimentos realizados.
7. A ação educativa dos centros de educação de Fé e Alegria deve contribuir para a promoção e a criação das sociedades sustentáveis nas comunidades nas quais estão inseridos, atuando nas áreas de pesquisa, educação e extensão, incluindo atividades de formação, assessoria e fomento às iniciativas comunitárias.
8. Fé e Alegria se propõe a contribuir com projetos públicos de governo e estado, movimentos sociais e entidades, no que diga respeito às comunidades populares nas quais Fé e Alegria se faz presente, sempre que essas iniciativas se harmonizem com os princípios educacionais de autonomia, emancipação e promoção de uma democracia participativa e não firam princípios éticos e evangelizadores presentes no seu marco conceitual.
9. Ter como foco valores como respeito, participação e solidariedade de modo que garanta uma formação que, além da busca de excelência acadêmica, seja humanizadora.
10. Elaborar uma proposta de educação apoiada na igualdade de oportunidades, na solidariedade, no compromisso e no respeito aos seres humanos para a construção de uma sociedade baseada no Estado Democrático de Direito.
11. Estimular e construir com os beneficiários atitudes compatíveis com uma participação democrática apoiada em valores de solidariedade, responsabilidade, respeito mútuo, senso crítico, identidade cultural e conhecimento.

### 4.2.1 Educação formal

A Lei de Diretrizes e Bases — LDB, da Educação Nacional, em seu art. 1º, apresenta um conceito global de educação: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

É dentro desse conceito que se situa a concepção de educação formal: um tipo de educação ministrada numa sequência regular de períodos letivos contínuos e predefinidos por normas e diretrizes do Governo Federal, com progressão hierárquica estabelecida de um nível a outro, que compreende a educação básica — educação

• • •

seu trabalho é realizado com e pela comunidade que demanda essa parceria.



infantil, ensino fundamental e ensino médio — até o nível superior universitário. É uma educação orientada para a obtenção de certificados, graus acadêmicos ou títulos profissionais, reconhecidos oficialmente. É oferecida por escolas regulares, centros de formação técnica e tecnológica e sistemas nacionais de aprendizagem.

A ação educativa de Fé e Alegria Brasil insere-se, pois, na educação básica e profissional, incluindo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), e a educação técnica.

A partir dessas concepções e como forma de se contrapor a um ensino que se debruça essencialmente sobre o domínio do aprender a conhecer e, em menor escala, do aprender a fazer, Fé e Alegria Brasil assume os quatro pilares da educação postulados pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, através de relatório encomendado pela UNESCO, de 1999. Porque crê que essas aprendizagens, direcionadas à aquisição de instrumentos de compreensão, raciocínio e execução, não podem ser consideradas completas sem os outros domínios da aprendizagem, mais complicados de explorar, pelo seu caráter subjetivo e dependente da própria entidade educadora.

São estes os quatro pilares da educação postulados pela UNESCO:

**Aprender a conhecer e a pensar:** reconhece que o conhecimento é construído pelo sujeito, mas não de forma fragmentada e especializada. Daí a necessidade de pensar os processos de ensino e de aprendizagem a partir de uma perspectiva interdisciplinar, transversal, multidimensional e planetária.

**Aprender a fazer:** supera a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, entre a cabeça e o corpo, ao desenvolver a capacidade de articulação entre conhecimento e prática, entre o saber e a ação, pois o conhecimento sem ser compartimentalizado deve adquirir uma intencionalidade para a prática. É um fazer que capta o lado ético de todo o agir humano e cujo trabalho deve caminhar no sentido de realização, satisfação e dignidade do ser humano.

**Aprender a conviver:** implica o aprendizado da tolerância, das ideias e das práticas. A tolerância supõe a expressão diante do diálogo em uma

convivência delicada e respeitosa com o diferente em todas as relações. O lugar de aprender a viver junto e com os outros é a comunidade. Uma vida comunitária sadia implica a capacidade de administrar conflitos, divergências, diferenças com alegria, paz e serenidade. Isso passa pelo duplo caminho do descobrimento do valor próprio e do valor do outro.

**Aprender a ser:** despojar-se das coisas para revelar a própria intimidade profunda, autodescoberta de forma prazerosa na relação com os demais. Essa proposta busca o desenvolvimento integral do ser humano, levando em consideração a inteligência, a sensibilidade, o senso estético, a responsabilidade e a abertura para a espiritualidade. O fortalecimento da autoestima e o consequente desenvolvimento da identidade pessoal, a partir de seu próprio contexto histórico-cultural, permitem que a pessoa se sinta valorizada e reconhecida pelo que faz bem e sinta que pode compartilhá-lo com os demais.

Além dos quatro pilares que o Relatório da UNESCO apresenta, Fé e Alegria Brasil incorpora à sua prática de educação formal um quinto pilar: aprender a transcender (LIBANIO, 2002), por assumir-se como uma instituição identificada e comprometida com uma educação integral do ser humano, com lugar de destaque para a dimensão da transcendência.

**Aprender a transcender:** coloca a pessoa no espaço experimental da fé em alguém que é a paixão fundante do nosso viver, dando sentido e unidade à vida. Aprender a transcender produz como resultado uma pessoa que faz discernimento e repensa continuamente suas posições e ações, levando a relacionar-se com a totalidade do criador e todas as demais criaturas de forma amiga e fraterna.

#### 4.2.1.1 Educação infantil

A criança é um ser único, completo e indivisível que precisa ser atendido em suas necessidades de atenção, afeto, segurança, saúde e aprendizado sobre si e sobre o meio em que vive para que possa desenvolver-se como pessoa autônoma e cidadã, historicamente situada.

A construção interminável do projeto educativo da educação infantil ocorre na reflexão permanente sobre as práticas e relações que se estabelecem no cotidiano do espaço educativo, referenciadas a uma constelação de situações e conjunturas que as recriam e as tornam inéditas, e à luz de marcos teórico-metodológicos que fornecem contribuições e conhecimentos sobre a arte emancipatória de gentificar os seres humanos, permitindo ao(à) educador(a) construir a si próprio(a) ao rever, ampliar e inovar a sua práxis.

Nesse sentido, a proposta educativa de Fé e Alegria contempla as diferentes concepções e possibilidades de desenvolvimento humano, tanto dos aspectos biológicos e perceptivos como dos cuidados que envolvem a dimensão afetiva: o cuidado com o corpo, a qualidade da alimentação, a saúde e a forma como são oferecidos. Igualmente, também dependerá das oportunidades de aprendizagem, do acesso a conhecimentos variados e das possibilidades de interação, experimentação e constituição de valores.

Desde o nascimento, o bebê se relaciona com o mundo externo, construindo vínculos afetivos, apropriando-se de valores e hábitos culturais e recriando-os, de forma pessoal e singular (BRUNER, 1997), por intermédio das pessoas próximas — a mãe ou as pessoas que com ele brincam ou conversam e dele cuidam. A comunicação e as trocas interativas entre a criança e o adulto são fontes de desenvolvimento cognitivo que vão permitir a ela decodificar contextos, reconstruí-los e aprender uma linguagem a um só tempo singular, particular e universal que expresse seu pensamento e o construa como ser de comunicação. Portanto, a cada momento vivido, estabelece-se um tipo particular de interação entre o sujeito e o seu ambiente.

Os processos de aprendizagem e desenvolvimento são intrincados e ocorrem todo o tempo e em todas as situações, o que significa que o seu limite, embora dependa em parte das condições oferecidas pelo meio e pelo grau de apropriação que fizer delas, pode ainda recriar de maneira inteiramente nova formas surpreendentes, transcendendo mediações instrumentais, físicas e simbólicas disponíveis (BRUNER, 1997).

## Diretrizes:

1. Reconhecer espaços institucionais que encarnem em espaços e tempos, contextos que contribuam para o crescimento da criança, cuja função é ofer-

tar possibilidades para escolhas pessoais que favoreçam seu desenvolvimento físico, social, espiritual e emocional. Isso implica dar atenção à criança como pessoa em contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades e desenvolvendo práticas educativas que incluam cuidados e brincadeiras em que possa interagir com seus pares e adultos, além de aprendizagens orientadas de forma integrada.

2. Identificar as capacidades próprias de cada fase do desenvolvimento infantil, em que os(as) educadores(as) possam oferecer condições espaciais, materiais, humana e de tempo para que ocorram situações de interação e aprendizagem significativa no diálogo com os outros.
3. A proposta também levará em consideração que, sendo a educação uma relação de mão dupla, as concepções sociais e de educação são influenciadas por crenças e valores culturais do grupo social ao qual pertencem a criança e os educadores. Os procedimentos, as atitudes, os hábitos alimentares e os cuidados com a saúde e a higiene espelham as percepções de toda a comunidade educativa, necessitando acolhimento e diálogo em torno de saberes e práticas que envolvem implícita ou explicitamente as expectativas relativas ao papel das pessoas e da instituição.
4. Organizar o trabalho pedagógico — o tempo, o espaço, a brincadeira, as situações de cuidado e de aprendizagens significativas —, de modo que a criança possa:
  - desenvolver uma autoimagem positiva e construir com saber e sabor sua identidade cultural, étnica e religiosa;
  - desenvolver-se em direção permanente à construção de sua autonomia como pessoa;
  - expressar-se para poder sentir, perceber e acompanhar seu crescimento, por meio das diferentes linguagens: corporal, verbal, plástica, entre outras;
  - ampliar, pela construção de mediações *simbólicas*<sup>2</sup>, o seu universo cultural;

• • •

2. Conceito híbrido que se refere a aquisições simbólicas e lógicas, que se enredam de forma inseparável.

- ter acesso a espaços e situações estimulantes que possibilitem vivenciar diferentes experiências: faz de conta, leitura, escrita, jogos e brincadeiras tradicionais, e interagir com objetos, ideias e pessoas ampliando o conhecimento de si e do mundo.
- aprender a ser e conviver numa sociedade baseada nos valores de justiça, participação e solidariedade.

A premissa que orienta essa proposta parte da constatação de que o ser humano — sujeito histórico-social — constrói o seu conhecimento na interação com objetos, ideias e pessoas, num intenso processo de apropriação, criação, significação e ressignificação dos aspectos da realidade que no processo de desenvolvimento vai provocar mudanças na sua forma de agir, pensar e sentir.

Através do contato da criança com pessoas e objetos, sua mente, suas emoções e seus comportamentos são confrontados com demandas culturais e padrões sociais, o que possibilita a construção de sua identidade e a sua socialização. Ao agir sobre o meio, ela testa e desenvolve suas habilidades, conhecimentos e compreensão do mundo que a cerca.

Conforme desenvolve habilidades como a motricidade, a linguagem, os hábitos, entre outras, a criança passa a explorar o ambiente e a agir de forma autônoma, possibilitando-se, assim, a construção do mundo e de si mesma, através do mundo.

No processo de construção do conhecimento, as crianças devem utilizar as mais diferentes linguagens e exercer a capacidade que possuem de ter ideias e construir hipóteses originais sobre aquilo que querem desvendar. A criança adquire conhecimento brincando, manipulando objetos e interagindo com pares e adultos. Ao se relacionar com o meio, ela o transforma e se transforma; ela se autoconstrói e se autorregula, em Maturana (1995, p. 84), dir-se-ia uma autopoiese<sup>3</sup>, autoconstrução, tornando-se mais autônoma em suas decisões.

#### 4.2.1.2 Ensino fundamental

O ensino fundamental de caráter obrigatório e gratuito, iniciando-se aos seis anos de idade, com duração de nove anos, terá como princípio básico, segun-

do a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a “Formação Básica do Cidadão”, priorizando nesta etapa de estudos do educando o domínio pleno da leitura e do cálculo com as quatro operações, passando pela compreensão do ambiente natural e social.

O ensino fundamental é a etapa de estudos em que será proporcionada ao educando a formação de valores fundamentais ao convívio em sociedade para que ele possa tornar-se sujeito ativo nela.

O ensino fundamental terá como objetivos, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o conhecimento de si mesmo, suas competências, habilidades, sentimentos, sua estrutura física, as dimensões geográficas, culturais e econômicas do país em que vive, sendo o educando capaz de, apoiado numa formação integral, perceber-se como parte integrante e influenciadora da nação. Ainda segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a formação do educando no ensino fundamental ocorrerá fazendo com que este se aproprie das competências linguísticas, lógico-matemáticas e similares, favorecendo a sua participação ante a sociedade, questionando a sua realidade e sendo capaz de transformá-la.

### Diretrizes:

1. O currículo do ensino fundamental na proposta educativa de Fé e Alegria obedecerá à base Nacional Comum, permeado pelos temas transversais estabelecidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais — ética, pluralidade cultural, ambiente natural, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo — e pelos que estão contidos no Ideário Internacional de Fé e Alegria: justiça, participação e solidariedade.
2. O ensino fundamental será desenvolvido em caráter integral, abrangendo todas as dimensões da pessoa humana, conforme definição do XXXIII Congresso Internacional de Fé e Alegria (Paraguai – 2002), apresentadas no Marco Conceitual desta Proposta Educativa.
3. O educando do ensino fundamental terá direito nos Centros de Fé e Alegria a atendimento educativo personalizado, de acordo com a necessidade, em horário extracurricular, desenvolvendo-se assim uma educação que seja de fato inclusiva e

• • •

3. “... seres humano se caracterizam por, literalmente, produzirem-se continuamente a si mesmos — o que indicamos ao chamarmos a organização que os define de organização autopoietica” (MATURANA, VARELA, 1995, p. 84).

atenda à missão de Fé e Alegria e priorizando-se os educandos pertencentes a grupos discriminados por razões étnicas, culturais, de gênero ou por necessidades educativas especiais.

4. O ensino fundamental em Fé e Alegria desenvolverá atividades tais como oficinas de teatro, artes plásticas, música, dança, capoeira, jogos de maneira geral, oficinas artesanais e didático-pedagógicas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), radiodifusão, comunicação, multimeios, complementares ao currículo formal como meio e estratégia para a promoção da aprendizagem dos educandos.
5. O ensino fundamental em Fé e Alegria desenvolverá as práticas educativas em coparticipação com as famílias dos educandos, uma vez que considera o seu apoio fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem nessa faixa etária, através de visitas estratégicas, assembleias, encontros e do processo de construção e execução do Projeto Político Pedagógico Local, em consonância e sob a orientação do Serviço Social que acompanha os alunos dos Centros de Fé e Alegria.

#### 4.2.1.3 Ensino médio

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

1. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos;
2. a preparação básica pelo/para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo que seja capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
3. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
4. a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

#### Diretrizes:

1. Destacar a educação tecnológica básica e a compreensão do significado histórico das ciências, das letras e das artes: o processo histórico de transformação das sociedades e das culturas; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.
2. Adotar metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes.
3. Incluir uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que, ao final do ensino médio, o educando demonstre:

1. domínio dos princípios científicos e tecnológicos que orientam a produção moderna;
2. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
3. domínio dos conhecimentos de Filosofia, História, Sociologia e Antropologia necessários ao exercício da cidadania.

#### 4.2.1.4 Educação técnica

A educação técnica em Fé e Alegria compreende, em síntese, a oferta de cursos formais de educação profissional técnica de nível médio, nas diversas áreas, em conformidade com o estabelecido legalmente a partir das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Segundo orientação do Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004, a educação profissional técnica de nível médio, assim como as demais modalidades de educação profissional, deverá observar como premissas:

- a) a organização por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

**b)** a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia.

A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, como etapa da consolidação da educação básica, poderá ocorrer de forma *integrada*, contando com matrícula única para cada aluno; *concomitante*, na qual a complementaridade entre a educação profissional e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições de ensino distintas; bem como de forma *subsequente*, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

A partir de 2008, com a implantação do *Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio*, a oferta de educação profissional técnica de nível médio no Brasil foi organizada em doze eixos tecnológicos, quais sejam: ambiente, saúde e segurança; apoio escolar; controle e processos industriais; gestão e negócios; hospitalidade e lazer; informação e comunicação; militar; infraestrutura; produção alimentícia; produção cultural e *design*; produção industrial e recursos naturais. A cada eixo tecnológico, correspondem algumas possibilidades de denominações para a oferta de cursos, ficando estabelecidos também a carga horária mínima obrigatória e a infraestrutura necessária para o desenvolvimento desses cursos, os possíveis temas a serem abordados na formação, bem como as principais possibilidades de atuação após a conclusão da formação.

A organização curricular, consubstanciada no plano de curso, é prerrogativa e responsabilidade de cada escola, devendo informar as competências e as habilidades profissionais a serem desenvolvidas, delineadas através dos perfis profissionais de conclusão, os quais definem a sua identidade. É prerrogativa de cada escola definir também as possíveis saídas intermediárias com certificação, que correspondem à conclusão de módulos ou etapas dos cursos técnicos, habilitando o aluno para o exercício de determinadas funções no mundo do trabalho e concernente aos valores necessários à sua vida e identidade ético-política como trabalhador.

## Diretrizes:

**1.** A oferta de cursos será definida sempre em observância à dinâmica da economia local, funda-

mentando-se em modelos tecnológicos economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente justos.

- 2.** A formação técnica deverá ser estruturada em currículos baseados no estímulo à aquisição de valores, competências e habilidades requeridas em cada área profissional.
- 3.** A organização das atividades teóricas e práticas, que integram o processo educativo, deverá ter como referência a metodologia de projetos, os quais devem propor a busca de soluções para problemas reais vividos pelas comunidades nas quais estão inseridos os Centros Educativos de Fé e Alegria.
- 4.** A oferta de educação profissional técnica será permeada por um programa de educação em valores, desenvolvido intencionalmente de forma transversal e sistemática, através de atividades educativas específicas, de modo que contribua para a formação de novas lideranças sociais comunitárias.
- 5.** Os centros de educação técnica de Fé e Alegria deverão estar estruturados em ambientes educativos que facilitem o desenvolvimento dos projetos pedagógicos, através de atividades teóricas e práticas, e a interação entre os integrantes do grupo e com o meio, revisando-se os projetos arquitetônicos com especial atenção à questão da acessibilidade e segurança.
- 6.** Os centros de educação técnica de Fé e Alegria deverão investir, de forma permanente, em atualização tecnológica e acesso à informação, a fim de garantir sua sintonia com o mundo do trabalho e as lutas e as vitórias da classe trabalhadora.
- 7.** A ação educativa dos centros de educação técnica de Fé e Alegria deve contribuir para promover a criação das sociedades sustentáveis nas comunidades nas quais estão inseridos, atuando nas áreas de pesquisa, educação e extensão, incluindo atividades de formação, assessoria e fomento às iniciativas comunitárias.
- 8.** Fé e Alegria se propõe a contribuir com projetos públicos de governo e estado, movimentos sociais e entidades, no que diga respeito às comunidades populares nas quais Fé e Alegria se faz presente, sempre que essas iniciativas se harmonizem com os princípios educacionais de autonomia, eman-



cipação e promoção de uma democracia participativa e não firmam princípios éticos e evangelizadores presentes no seu marco conceitual.

#### 4.2.1.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

A LDB, em seu art. 37, especifica o público da educação de jovens e adultos: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. E no parágrafo primeiro do art. 38 delimita a faixa etária: “Os exames (supletivo) a que se refere este artigo realizar-se-ão: I. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos”. Ainda no parágrafo segundo deste mesmo art. 38, aproxima a educação de jovens e adultos da educação não formal: “Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames”.

O conceito de Educação de Jovens e Adultos vai se movendo na direção da Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências está relacionada com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos — trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos —, nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular (GADOTTI, ROMÃO, 2005).

Partindo do princípio contido no Ideário Internacional de Fé e Alegria no que tange à sua identidade, o qual estabelece que o Movimento se *compromete com o processo histórico dos setores populares na construção de uma sociedade justa e fraterna*, o trabalho com jovens e adultos, assim como em todo o sistema educacional brasileiro, visa reparar uma dívida histórica do país por um período da história em que muitos dos adultos de hoje não tiveram acesso à educação.

Da luta dos movimentos sociais e da pedagogia de Paulo Freire originou-se a educação de jovens e adultos, que, segundo o mesmo autor supracitado, “visa corrigir uma situação de exclusão”.

Dessa forma, Fé e Alegria acredita na educação de jovens e adultos como a expansão do poder do conhecimento estendida a todos os atores da sociedade, e inclusive esse público-referência visualiza nesta modalidade de ensino a construção do conhecimento como forma de empoderamento de classes e grupos sociais excluídos, fortalecendo a participação e eliminando a pobreza política que produz a pobreza econômica e a má qualidade de vida.

#### Diretrizes:

1. O modelo de Educação a ser seguido nos Centros Educativos de Fé e Alegria na educação de jovens e adultos será referido pela pedagogia de Paulo Freire, que também se enquadra no processo de educação popular de Fé e Alegria, partindo da realidade dos sujeitos, tendo como caminho metodológico o diálogo problematizador e como ponto de chegada a conscientização e a intervenção com o fim de transformar o meio social.
2. Terá como foco a formação de homens e mulheres que, através da experiência de vida já acumulada, estarão nos Centros Educativos de Fé e Alegria sistematizando-a com o conhecimento formal, transformando-se em agentes sociais em potencial e buscando a justiça e o bem comum da sociedade.
3. Seguirá os parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, considerando as especificidades de cada região e público-referência, atendendo aos diferentes níveis da modalidade, desde o primeiro até o terceiro segmento, e desenvolvendo ações de seleção e formação continuada de acordo com os requisitos exigidos para compor as qualidades ideais do educador de EJA.
4. O currículo da educação de jovens e adultos, em Fé e Alegria, será definido seguindo a base nacional comum, mas, no que permite a legislação, contemplará as inferências dos atores envolvidos no processo, de forma que a modalidade seja significativa, principalmente para os educandos, seus principais atores.

5. A didática de ensino será permeada pela Pedagogia Libertadora, fazendo com que o aluno adulto saia da condição de marginalização, passividade e exclusão de diversos setores da sociedade.
6. O modelo pedagógico deverá assegurar a equidade na distribuição dos componentes curriculares específicos, a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades em face do direito à diferença: identificação e reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada um e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores.
7. A modalidade da educação de jovens e adultos desempenhará as funções *reparadora*: reconhecer a igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante; *equalizadora*: promover a igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação; *qualificadora*: educação permanente com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode-se atualizar em quadros escolares ou não escolares.
8. O currículo será diversificado, atendendo às exigências do meio social e da inserção dos jovens e adultos às novas tecnologias e articulando-o com a formação profissional, ainda que em caráter de orientação e de encaminhamento para outros espaços.

#### 4.2.2 Educação não formal

A vivência cotidiana de Fé e Alegria no campo da chamada educação não formal, somada às interlocuções teóricas com pesquisadores que se dedicam ao tema, nos faz compreendê-la, a título de orientação geral, como um processo educativo que se realiza nas ausências mais emblemáticas da educação formal e não formal, voltado à formação dos cidadãos e das cidadãs, na sua condição de agir no mundo para modificá-lo e, modificando-o, melhorar sua vida em coletividade.

Na busca de clareza e objetividade apropriadas a este documento, que deverá *nortear* a intervenção ins-

titucional, nós nos atemos à apresentação de alguns elementos que constituem o tema da educação não formal. Antes, porém, vale destacar a vinculação desta para com a chamada “educação social”, que por referência é conteúdo e objeto da Pedagogia Social.

O termo “Pedagogia Social”, de origem alemã, denominava a ciência empregada na “Jugendhilfe<sup>4</sup>”, desenvolvida naquele país após a Segunda Guerra Mundial, no sentido de proporcionar ajuda educativa, profissional e cultural à juventude. Seu histórico, pois, se inicia na Alemanha, onde ocupa lugar privilegiado, contando com a influência do modelo anglo-saxão na realização do trabalho social, até chegar ao seu desenvolvimento na Espanha, país que se destaca na apresentação de estudos e propostas sobre essa área de conhecimento.

No Brasil, considerando-se a divisão da educação em dois grandes campos, que se articulam e se intercomplementam, a educação geral (básica e superior) e a educação profissional<sup>5</sup>, ao lado destas foi surgindo e se consolidando uma terceira vertente de ação educativa, a educação social, cujo propósito é preparar pessoas (crianças, adolescentes, jovens e adultos) para o convívio social pleno, buscando colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, seja como vítimas seja como autores dessas práticas, além de se autopromoverem nos planos pessoal, social, produtivo, simbólico-cultural e de transcendência ética, política e religiosa.

Sem desconsiderar as contribuições dos diversos pesquisadores<sup>6</sup>, nós nos atemos, a seguir, numa apresentação sintética do que nos diz a professora Maria da Glória Gohn<sup>7</sup>, que, objetivamente, nos revela seus

• • •

4. “Jugendhilfe” é o mesmo que ajuda/apoio para a juventude.

5. Enquanto a educação geral é centrada na aquisição de conhecimento, a educação profissional tem seu eixo centrado nas habilidades básicas, específicas e de gestão requeridas para o ingresso, a permanência e a ascensão do educando no mundo do trabalho.

6. Para o aprofundamento sobre o tema, deverão ser revisitados os conceitos de Pestalozzi e Adolf Diesterweg, Paul Natorp, Howard Gardner, Ana Mae Barbosa, Paulo Freire, entre outros. Entre os autores mais recentes, merecerão destaque as contribuições de Antônio Carlos Gomes da Costa, Maria Stella Graciani, Marlene Ribeiro, P. Feroso, Maria da Glória Gohn.

7. GOHN, Maria da Glória. Anais do Primeiro Congresso Internacional de Pedagogia Social – Educação não-formal na pedagogia social, mar. 2006.

elementos constitutivos, provocando-nos, ao mesmo tempo, o espírito pesquisador institucional que deverá, à luz da sua prática, aportar contribuições aos debates contemporâneos.

### *Referencial conceitual*

Educação não formal é aquela voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres, numa perspectiva de emancipação, numa pedagogia libertadora e não integradora a uma dada ordem social desigual. Em hipótese alguma substitui ou compete com a educação formal, com a educação escolar. Poderá ajudar na complementação dessa última, via programações específicas, articulando a escola e a comunidade educativa localizada no território do entorno da escola.

É importante considerar que a educação não formal designa um processo com várias dimensões, tais como:

- a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos como cidadãos;
- a capacitação dos indivíduos pelo/para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades;
- a aprendizagem e o exercício de práticas que capacitem os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos;
- a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista da compreensão do que se passa ao seu redor;
- a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica.

Assim, alguns elementos lhe são constitutivos, a saber:

- na educação não formal, o grande educador é o *outro*, aquele com quem interagimos ou nos integramos;
- na educação não formal, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida de grupos e indivíduos, fora das escolas, em locais informais, locais onde há processos interativos intencionais;

- na educação não formal há uma intencionalidade na ação e no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes. Por isso, a educação não formal situa-se no campo da Pedagogia Social — aquela que trabalha com coletivos e se preocupa com os processos de construção de aprendizagens e saberes coletivos;
- a educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais. Seus objetivos não são dados *a priori*; eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo;
- a transmissão de informação e formação política e sociocultural é uma meta na educação não formal. Ela prepara os cidadãos e educa o ser humano para a civilidade, em oposição à barbárie, ao egoísmo, ao individualismo etc.

Ainda nesse pensamento, consideram-se atributos da educação não formal:

- não ser organizada por séries, idade e conteúdos;
- atuar sobre aspectos subjetivos do grupo;
- trabalhar e formar a cultura política de um grupo;
- desenvolver laços de pertencimento;
- ajudar na construção da identidade coletiva do grupo;
- poder colaborar para o desenvolvimento da autoestima e do empoderamento do grupo;
- fundamentar-se no critério de solidariedade e identificação de interesses comuns e ser parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

Finalmente, Gohn afirma que a educação não formal poderá desenvolver, como resultados, uma série de processos, tais como:

- consciência e organização de como agir em grupos coletivos;
- construção e reconstrução de concepção(ões) de mundo e sobre o mundo;
- contribuição para um sentimento de identidade com determinada comunidade;

- formação do indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacitá-lo para entrar no mercado de trabalho);
- quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes, a educação não formal resgata o sentimento de valorização de si próprio, dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutar para serem reconhecidos como iguais, dentro de suas diferenças étnicas, religiosas, culturais, de gênero etc.;
- aquisição do conhecimento de sua própria prática, aprender a ler e interpretar o mundo ao redor.

Em suma, para Fé e Alegria, a educação não formal, mais particularmente, deve promover a transformação social, política e cultural dos educandos, potencializando sua capacidade de agir e atuar no mundo e desenvolvendo uma proposta participativa que busca equilibrar a compreensão e o conhecimento do universo dos educandos com a intencionalidade pedagógica preexistente.

### Referencial legal

Pela sua característica de não formalidade, a intervenção institucional de Fé e Alegria neste campo da Educação não se caracteriza por uma referência legal unificada, embora, na maioria dos casos, apresente compatibilidade com a Política Nacional de Assistência Social, instituída a partir das definições dadas pela Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). A educação não formal adotada pelo Movimento Fé e Alegria o caracteriza como Entidade Beneficente de Assistência Social, amparada pela Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Nesta Lei:

- a assistência social é definida como “direito do cidadão e dever do Estado”, política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (art. 1º);
- os serviços assistenciais são definidos como “as atividades continuadas que visem à melhoria de vida

da população e cujas ações voltadas para as necessidades básicas observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidos nesta lei” (art. 23);

- a organização dos serviços dá prioridade à infância e à adolescência em situação de risco pessoal e social, objetivando cumprir o disposto no art. 227 da Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.069/1990, *Estatuto da Criança e do Adolescente* (parágrafo único).

Nesse sentido, Fé e Alegria pode citar as seguintes modalidades de intervenção institucional: Educação Comunitária (oficinas educativas, culturais e esportivas; inclusão digital — informática educativa; bibliotecas comunitárias, pré-universitário etc.); Atenção Integral a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social (abrigo), Educação Popular na Rua e Formação pelo/para o Trabalho. Assim, a educação não formal adotada por Fé e Alegria se enquadra nas definições da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) nas duas modalidades de proteção social, a saber:

**1. Proteção social básica<sup>8</sup>**, que Fé e Alegria trabalha através da chamada **educação comunitária**, tem os objetivos de prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, entre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos — relacionais e de pertencimento social<sup>9</sup>.

O mesmo documento exemplifica e não deixa dúvidas de que são considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visem à convivência, a socialização e o acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho, tais como:

• • •

**8.** PNAS/2004, p. 28.

**9.** NOB/SUAS, p. 17

- serviços para crianças de 0 a 6 anos, que visem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, que visem à sua proteção, à socialização e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- programas de incentivo ao protagonismo juvenil e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

**2. Proteção social especial**, destinada às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua ou situação de trabalho infantil, entre outras.

Em Fé e Alegria isso se realiza através do trabalho de Educação Popular na Rua e Atenção Integral às Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social (abrigo). Nesse caso, o atendimento assistencial ocorre a partir da articulação com a rede local, cabendo a Fé e Alegria o desenvolvimento dos serviços compatíveis com sua missão institucional.

É importante, ainda, registrar que a educação comunitária praticada por Fé e Alegria se caracteriza como educação integral, na medida em que atende o disposto na Portaria Interministerial nº 17/2007, que a define como: “ação estratégica para garantir atenção e desenvolvimento integral às crianças, aos adolescentes e jovens, sujeitos de direitos que vivem uma contemporaneidade marcada por intensas transformações e exigências crescentes de acesso ao conhecimento, nas relações sociais entre diferentes gerações e culturas, nas formas de comunicação, na maior exposição aos efeitos das mudanças em nível local, regional e internacional”. Nesse sentido, ao propor “a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhorem o aprendizado dos alunos” através da “implicação e da articulação dos diversos atores sociais que já atuam na garantia de direitos para as crianças e jovens na responsabilidade por sua formação integral”, essa política pública que, em síntese, propõe uma articulação entre iniciativas de educação formal e não formal encontra na prática de Fé e Alegria uma grande aliada.

Por sua vez, a “formação inicial e continuada de trabalhadores”, por nós denominada “formação pelo/para o trabalho”, se faz no amparo da Lei nº 9.394/1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e pelo Decreto nº 5.154/2004, que a define como uma das modalidades de educação profissional.

Tendo em vista que o público prioritário da atenção e dos investimentos institucionais de Fé e Alegria são as crianças e os adolescentes, considerados a partir de sua vida familiar e comunitária, segue-se que seu principal referencial legal é a Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe sobre sua proteção integral, guiada pela máxima do art. 4º, de que “é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Nesse sentido, muitos dos projetos educativos desenvolvidos por Fé e Alegria podem ser enquadrados, conforme a classificação estabelecida art. 90 do ECA, no *regime de apoio socioeducativo em meio aberto*. “Esse tipo de atendimento tornou-se a principal retaguarda para evitar que grande parte dessa população (crianças e adolescentes) fique exposta às chamadas situações de risco pessoal e social”. Assim, o Serviço de Apoio Socioeducativo é um dos programas que “se tornaram a principal compensação para a ausência de uma política de família e, também, para as fragilidades do sistema de ensino: tempo parcial e acentuada desqualificação, que não se caracteriza, fundamentalmente, pelo conteúdo das ações desenvolvidas, mas pela sua forma de inserção complementar à atuação da família e da escola” (DA COSTA, 2006). É assim que Fé e Alegria procura planejar e implementar uma atuação convergente, complementar e sinérgica com as atuações da família e da escola.

Ainda em relação à classificação estabelecida pelo art. 90 do ECA, vale lembrar que Fé e Alegria desenvolve programas e projetos que podem ser enquadrados em outros regimes de atendimento, quais sejam: orientação e apoio sociofamiliar, colocação familiar e abrigo.

Fé e Alegria destaca a importância da convivência familiar e comunitária para a criança e o adolescente, reconhecida na Constituição Federal e no ECA, bem como em outras normativas nacionais e inter-



nacionais; outra referência recente é o *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*, com a participação de Fé e Alegria em sua formulação, como representante não governamental junto ao CONANDA.

Nele, o tratamento à convivência familiar considera três elementos indispensáveis, a saber: a desnaturalização do conceito de família, a desmistificação de uma estrutura que se colocaria como ideal e, ainda, o deslocamento da ênfase da importância da estrutura familiar para a importância das funções familiares de cuidado e socialização<sup>10</sup>. São estes os parâmetros relativos à nova concepção de família que devem orientar a prática institucional no âmbito da relação com as famílias.

Também é importante ter presente que o tratamento à convivência comunitária destaca os espaços e as instituições sociais como mediadores das relações que as crianças e os adolescentes estabelecem, contribuindo para a construção de relações afetivas e de suas identidades individual e coletiva<sup>11</sup>.

Por fim, ressalta-se a referência de que os vínculos familiares e comunitários possuem uma dimensão política, na medida em que tanto a construção quanto o seu fortalecimento dependem também, entre outros fatores, de investimento do Estado em políticas públicas voltadas à família, à comunidade e ao espaço coletivo, evidenciando, pois, que a efetivação da promoção, proteção e articulação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes requer um conjunto articulado de ações que envolvem a corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade, conforme disposto no ECA e na Constituição Federal<sup>12</sup>.

### *Público-referência*

As crianças e os adolescentes são o motivo e o sentido da existência de Fé e Alegria, portanto seu público

de atenção prioritária, porém indissociavelmente vinculadas a um contexto sociofamiliar determinante de seus limites e possibilidades de desenvolvimento humano. Nesse sentido, amplia-se o público referido para as famílias dessas crianças e adolescentes, podendo ser seus irmãos, pais, mães e/ou avós, a fim de ter fortalecido o investimento socioeducativo institucional.

### **Diretrizes:**

1. Investir na articulação entre o atendimento direto, a defesa dos direitos e a vigilância, este enquanto atitude permanente de pesquisa e produção de conhecimentos, que, articulados entre si, deverão resultar na melhoria qualitativa de sua intervenção institucional.
2. Estreitar os laços de parceria com as escolas nas comunidades, a fim de otimizar o processo educativo resultante da interface entre as educações formal e não formal.
3. Investir na formação política, principalmente, dos jovens, na perspectiva de formar novas lideranças comunitárias comprometidas, ética e politicamente, com a comunidade, em especial com a realidade das suas crianças e adolescentes.
4. Praticar a gestão participativa comunitária nos seus Centros Educativos, na perspectiva prática do real comprometimento dos centros comunitários na condução e na manutenção do trabalho.

#### *4.2.2.1 Educação comunitária*

Para Fé e Alegria, a educação comunitária é uma modalidade de educação não formal que se desenvolve através dos seus Centros Educativos, Culturais e Comunitários, quer sejam obras próprias da instituição, quer sejam espaços alugados ou cedidos em parcerias locais. Sua natureza é de serviço permanente à comunidade, realizado na forma de Programas e Projetos, em oficinas educativas e culturais sob as mais diversas modalidades, principalmente no contraturno escolar de seu público atendido.

• • •

**10.** Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, p. 31.

**11.** Ibidem, p. 34.

**12.** Ibidem, p. 35.

A ênfase, portanto, concentra-se na complementação escolar das crianças e dos adolescentes matriculados em escolas públicas locais.

É um momento em que a instituição dialoga diretamente com as crianças, os adolescentes e as famílias, sem intermediações. Momento em que o atendimento direto praticado se volta para o coletivo local mais específico, para suas necessidades e interesses comuns, no intuito de reforçar a convivência familiar e comunitária, fortalecer os vínculos de pertencimento e a identidade cultural locais e fortalecer o seu processo de aprendizagem escolar.

Ao longo da nossa experiência institucional, construímos uma educação comunitária que, no conjunto das ações desenvolvidas:

- considera a comunidade como espaço e tempo privilegiado de troca de saberes e aprendizagens, num processo educativo de grande alcance;
- traz, para a realidade cotidiana das comunidades, discussões temáticas voltadas à formação humana, sociocultural, econômica, política e pedagógica dos envolvidos, tais como: ética, direitos humanos, democracia, inclusão etc.;
- incorpora a realidade e os conflitos do cotidiano das crianças e dos adolescentes e suas famílias a programas e projetos desenvolvidos como recursos de uma pedagogia que deseja ser libertadora;
- na interface entre a realidade local e a tematização/reflexão sobre essa realidade, gera instrumentos para compreensão e intervenção socioeducativa locais;
- busca o trabalho em rede, articulando, organizando e animando a participação de diversos agentes comunitários, moradores, organizações públicas e privadas, presentes na comunidade.

Das diversas possibilidades de ações na educação comunitária, destacamos a prática de: oficinas educativas, culturais e esportivas, com oferta de atividades em áreas pouco trabalhadas na escolarização formal, a fim de complementá-las, através da realização de oficinas culturais, esportivas e lúdico-pedagógicas (visando ao desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático, das habilidades de leitura e escrita e do interesse em relação às ciências sociais e naturais, incluindo o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação).

Para o desenvolvimento das ações de educação comunitária, Fé e Alegria vem utilizando diversos ambientes educativos próprios ou rede comunitária local (bibliotecas comunitárias, laboratórios de informática, campos de futebol, quadras poliesportivas, hortas, parques ambientais, parques temáticos, auditórios, salões comunitários etc.), possibilitando a realização de um conjunto diversificado de atividades, que configuram uma proposta de educação popular integral, quando integradas à oferta local de educação formal pelas escolas públicas.

### **Diretrizes:**

1. Promover uma postura ativa do educando diante do conhecimento e da própria realidade que o cerca, desenvolvendo mecanismos que lhe possibilitem ser protagonista de sua própria formação e ser capaz de se reconhecer como sujeito de direito.
2. Refletir e discutir sobre temas transversais relacionados ao cotidiano da comunidade e da sociedade de forma geral, meio ambiente, sexualidade, direitos humanos e cultura de paz, ética, valorização da diversidade étnica e cultural, igualdade de gêneros e valorização do trabalho.
3. Buscar parcerias, especialmente com as escolas, a fim de constituir uma rede local de atenção a crianças, adolescentes, jovens e famílias.
4. Estimular a participação do público atendido nos espaços de discussão, proposição e definição das políticas públicas e comunitárias.

#### ***4.2.2.2 Atenção integral à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal***

Crianças e adolescentes têm direito a uma família, e esses vínculos familiares devem ser protegidos pela sociedade e pelo Estado. Quando há risco de enfraquecimento ou rompimento desses vínculos, as estratégias das políticas de atendimento deverão esgotar todas as possibilidades de manutenção e preservação destes; porém, em alguns casos, é necessária a aplicação de medidas protetivas de afastamento temporário do convívio familiar.

O acolhimento institucional é uma dessas medidas protetivas, que deve ser excepcional e provisória, prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta deve ser aplicada por órgãos competentes nas situações em que para a proteção da integridade física e psicológica de crianças e adolescentes for detectada a necessidade de seu afastamento da família de origem.

No entanto, esse trabalho deve, além de garantir os cuidados básicos e essenciais à sobrevivência e ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes acolhidos, priorizar o resgate dos vínculos familiares e comunitários originais, ou, quando não for possível, a constituição de novos vínculos.

O Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social e Pessoal tem como diretrizes os princípios norteadores do acolhimento institucional, conforme definidos no art. 92 do ECA. São eles:

- preservação dos vínculos familiares;
- integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- desenvolvimento de atividades em regime de coeducação;
- não desmembramento de grupos de irmãos;
- evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- participação na vida da comunidade local;
- preparação gradativa para o desligamento;
- participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

O acolhimento institucional deve contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial das crianças e dos adolescentes, estimulando o desenvolvimento de habilidades individuais e o bom relacionamento interpessoal, além de oportunizar o desenvolvimento escolar e da saúde física, emocional e mental e estimular o exercício da cidadania.

As unidades de acolhimento devem garantir, ainda, a inserção dos educandos na rede comunitária

de serviços, visando à garantia de seus direitos fundamentais previstos no ECA: atividades culturais e esportivas, programas de atenção à saúde, inserção educacional e no mundo do trabalho.

O Programa de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social e Pessoal tem como objetivo, ainda, promover e facilitar a convivência familiar das crianças e dos adolescentes assistidos. Nesse sentido, deve realizar o acompanhamento técnico sistemático às famílias, planejado e realizado a partir de um estudo diagnóstico de sua situação, e buscando o apoio da rede comunitária de serviços governamentais e não governamentais para acesso a programas e serviços de proteção e auxílio à família, subsidiando-a em suas dificuldades e buscando estimular o resgate dos vínculos familiares, preparando a família para o retorno da criança e do adolescente à convivência familiar.

Embora se caracterize como um dos programas de educação não formal de Fé e Alegria no Brasil, a atenção integral a crianças e adolescentes envolve elementos da educação informal, além de apoiar diretamente a educação formal de seus beneficiários, materializando-se sob a forma do acolhimento institucional, uma medida protetiva excepcional e provisória, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### *4.2.2.3 Educação popular na rua — Contextualizando intervenções educativas com crianças e adolescentes em situação de rua*

A existência de grupos que se encontram em risco nas ruas é um dado incontestável, apesar de serem inúmeras as iniciativas que busca(ram) reverter essa situação. Como residência, fonte precária de provento econômico ou mesmo espaço de lazer, as ruas acabam sendo procuradas porque os espaços regulares de sociabilidade (escola, família, comunidade, programas de atendimento socioeducativo, igrejas etc.) são incapazes de deter os processos expulsivos, podendo até mesmo ser suas causas imediatas — gerando uma situação de exclusão e violação de direitos fundamentais, garantidos pela Lei nº 8.069/1990 (ECA).

A existência de crianças e adolescentes em situação de risco nas ruas talvez represente a maior negação à premissa básica da educação integral, aquela referente a um processo de desenvolvimento das potencialida-

des de cada sujeito. Estas acabam sabotadas, e o que se estabelece muitas vezes é uma experiência de risco integral, para o qual a rua é um cenário privilegiado. Temos claro que as ruas, por seu caráter imprevisível, onde se fazem presentes as mais inesperadas influências, não constituem ambiente saudável nem seguro para o desenvolvimento de seres humanos. Portanto, objetivamos problematizar com as populações encontradas a sua situação, com o intuito de que busquem transformá-la. Não para retornar de forma passiva para os espaços cotidianos, mas sim como indivíduos que possam intervir criticamente nessa realidade, sempre na busca de melhorar sua condição humana.

Desenvolver programas de Educação Popular na Rua no âmbito das ações de Fé e Alegria requer, antes de tudo, um recorte específico dentro deste universo: crianças e adolescentes. Evitando-se o olhar típico das políticas higienistas, comuns no começo do século XX em diversos centros urbanos brasileiros — e que ainda hoje influenciam o imaginário social, muitas vezes através dos empreendimentos estatais para essa população. Antes de tudo, busca-se compreender as razões pelas quais essas crianças e esses adolescentes acabam nas ruas. Para isso, lançamos mão de procedimentos baseados na pedagogia de Paulo Freire para o espaço da rua, o que nos possibilita não só trabalhar determinados conteúdos educativos como também conhecer a realidade dos educandos, seus laços sociais e acompanhar mais sistematicamente suas famílias. Dessa maneira, a relação com as diversas comunidades de procedência das crianças e dos adolescentes se dá principalmente através delas. Esse horizonte pode ser alcançado de diversas maneiras, através de visitas domiciliares ou do contato com outras entidades da rede protetiva (estatais ou não), visando à troca de informações, à construção de estratégias e à articulação das intervenções.

O objetivo principal é fomentar nos indivíduos (crianças, adolescentes e adultos) a possibilidade, ao se conceberem como sujeitos de direitos, de tornarem-se multiplicadores em suas redes de relações, buscando difundir princípios de autonomia, libertação, equidade, tolerância, espírito crítico e de solidariedade.

### **Diretrizes:**

1. O primeiro passo fundamental é o estabelecimento do vínculo com a criança e o adolescente em situação de rua, o que exige algumas posturas:
  - a) escuta cúmplice por parte do educador, que busca conhecer e entender a realidade do educando a partir de sua própria narrativa;
  - b) proposição de atividades pedagógicas a serem aplicadas no próprio espaço da rua, onde o contato é primeiramente realizado. Essas atividades têm como ponto de partida as narrativas dos educandos e a realidade observada nas ruas e visam principalmente problematizar o contexto de violação de direitos.
2. Envolver e comprometer as famílias dos educandos, buscando fortalecer os laços intrafamiliares na direção da superação das situações de risco pessoal e social.
3. A proposta de intervenção com crianças, adolescentes e famílias em situação de rua, dialogando com a noção de desenvolvimento comunitário, visa à articulação e ao fortalecimento de redes protetivas locais (escola, posto de saúde, conselho tutelar, programas socioeducativos, lideranças comunitárias e cooperativas de geração de renda) que sejam capazes de assegurar a permanência segura e sadia da criança e do adolescente no seu local de residência original. É, de certa forma, uma maneira de responsabilizar as comunidades em relação a essas crianças e esses adolescentes;
4. Fortalecer a rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente (abrigos, conselhos tutelares, sentinela, programa de atendimento sociofamiliar, escolas, postos de saúde, Defensoria Pública, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, mídia, Conselhos de Direitos etc.) através do estabelecimento de espaços de diálogo, da realização conjunta de encaminhamentos e da troca contínua de informações, para que os diversos serviços envolvidos compreendam e intervenham adequadamente diante da complexidade do público em situação de rua, construindo estratégias conjuntas para a superação das vulnerabilidades existentes.
5. Quando a garantia dos direitos não for assegurada, realizar denúncia pública nos espaços competentes, tais como: Defensoria Pública, Vara da Infância e Juventude, Ministério Público, mídia e conselhos de direitos.
6. Atenção especial ao perfil do educador social de rua, demandando da instituição qualificação específica e continuada. Nela se destacariam:

- a)** capacidade de escuta e sensibilidade para com as questões de vulnerabilidade social;
- b)** comprometimento político com a superação das situações de violação de direitos identificadas;
- c)** capacidade de articular conhecimentos de áreas distintas, principalmente de educação, assistência social e saúde;
- d)** postura propositiva, capaz de analisar criticamente o contexto do educando e problematizar com ele sua trajetória e cotidiano, buscando construir coletivamente as alternativas de superação.

#### 4.2.2.4 Formação pelo/para o trabalho

O programa de formação pelo/para o trabalho desenvolvido por Fé e Alegria compreende, em síntese, a formação inicial e continuada de trabalhadores através da oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional nas diversas áreas, em conformidade com o estabelecido legalmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A própria LDB, em seu art. 42, estabelece que “as instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade”. Embora as disposições desse artigo ainda não tenham sido objeto de regulamentação, há entendimentos de que a formação inicial e continuada de trabalhadores seria prerrogativa exclusiva das instituições de educação profissional e tecnológica legalmente constituídas, ou seja, que tenham autorização de funcionamento dos respectivos sistemas de ensino. Por outro lado, considerando que ainda não foi estabelecido um catálogo nacional de cursos para essa modalidade do ensino profissionalizante e que não existem procedimentos estabelecidos para o registro de cursos e certificados, tem proliferado uma oferta de cursos que beira a informalidade. Assim, o valor do certificado obtido pelo aluno geralmente está relacionado à visibilidade alcançada pela instituição de ensino. Dada ainda a centralidade do debate de Educação e Trabalho, o governo tem mantido comissões permanentes interministeriais para regulamentar, junto ao Conselho Nacional de Educação normatizações gerais acerca de

critérios, conteúdos, habilidades requeridas pelo/para o trabalho das instituições que atuam nesse campo.

Segundo orientação do Decreto Federal nº 5.154, de 23 de julho de 2004, a formação inicial e continuada de trabalhadores, assim como as demais modalidades de educação profissional, deverá observar como premissas:

- a)** a organização por áreas profissionais, em função da estrutura socio-ocupacional e tecnológica;
- b)** a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego e da ciência e tecnologia.

Ainda segundo o Decreto Federal nº 5.154, os cursos e os programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, “poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”. Nesse sentido, “considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos”. Finalmente, recomenda que os “articularão, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação pelo/para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada pelo/para o trabalho”.

Em Fé e Alegria, o programa de formação pelo/para o trabalho oferecerá *cursos de formação inicial para jovens*, visando à sua inserção no mundo do trabalho, e *cursos de formação continuada ou qualificação profissional para adultos*, visando à sua qualificação/requalificação ou aprimoramento profissional.

Com o objetivo de potencializar os resultados das atividades de formação, os centros educativos que as desenvolvem devem buscar organizar também serviços de intermediação laboral, que buscarão apoiar a inserção do educando no mundo do trabalho, seja através do encaminhamento para um emprego, seja através de sua inserção em um grupo de produção de economia solidária. Para esse desafio, é imprescindível uma boa articulação com órgãos governamentais, outras instituições e empresas.



## Diretrizes:

1. A oferta de cursos será definida em observância às demandas identificadas a partir da leitura do contexto socioeconômico em que o público interessado se insere e encaminhada na perspectiva de harmonizar as expectativas desse público com as possíveis oportunidades no mercado de trabalho.
2. A formação profissional fundamentar-se-á em modelos tecnológicos economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente justos.
3. A formação profissional será estruturada em currículos baseados no desenvolvimento de competências e habilidades requeridas em cada área profissional.
4. A organização das atividades teóricas e práticas que integram o processo educativo, sempre que possível, terá como referência a metodologia de projetos, os quais devem propor a busca de soluções para problemas reais vividos pelas comunidades nas quais estão inseridos os Centros Educativos de Fé e Alegria.
5. A oferta de educação profissional será permeada por um programa de educação em valores, segundo os princípios de Fé e Alegria, desenvolvido de forma transversal e através de atividades educativas específicas, de modo que contribua para a formação de novas lideranças sociais comunitárias.
6. Os cursos de formação pelo/para o trabalho de adolescentes e jovens devem incluir necessariamente atividades de orientação profissional e formação humana, incluindo temas sociopolíticos, conhecimento da comunidade local e global, orientação profissional, língua portuguesa, ética, relação interpessoal, direitos humanos, empreendedorismo, consciência ambiental, cultura de paz e elaboração de projeto de vida.
7. Os cursos de formação pelo/para o trabalho que visem à requalificação ou ao aprimoramento profissional de pessoas que estão momentaneamente fora do mercado de trabalho por motivos de insuficiência técnica ou pessoal contemplarão noções de empreendedorismo e gerenciamento de negócios.
8. A concessão de “bolsas educativas” terá como requisito a realização de prévio diagnóstico da realidade social do educando.
9. Os programas de educação profissional de Fé e Alegria estarão estruturados em ambientes educativos que facilitem o desenvolvimento dos projetos pedagógicos, através de atividades teóricas e práticas, e a interação entre os integrantes do grupo e com o meio, revisando-se os projetos arquitetônicos, com especial atenção à questão da acessibilidade.
10. Os programas de educação técnica de Fé e Alegria deverão investir, de forma permanente, em atualização tecnológica e acesso à informação a fim de garantir sua sintonia com o mundo do trabalho.

### 4.2.2.5 Curso pré-universitário

O sistema de educação do Brasil é perversamente seletivo: dos 33 milhões de alunos que se inscrevem no ensino fundamental, apenas 9 milhões concluem o ensino médio e 4 milhões conseguem ingressar nas universidades. Destes, apenas 626.617 se formam. Em sua grande maioria, a juventude excluída dos processos educativos vem de famílias de baixa renda: dos 34 milhões de jovens entre 15 e 25 anos, 68,7% são de famílias com renda *per capita* inferior a um salário mínimo.

Esse quadro de exclusão, graças a ausência e o desparelhamento do Estado em suas funções precípuas, pelo capital, tem gerado o esquecimento das tarefas públicas dele, junto à população. De sorte que o panorama de exclusão tem início em toda a trajetória escolar, por escolas mal equipadas, professores desmotivados e desvalorizados em sua função, com baixos salários, vitimados por um quadro amplo de doenças profissionais, somados à impossibilidade de as famílias empobrecidas contribuírem com seus filhos, para minimizar os percalços da trajetória deles na concorrência às vagas e ao acesso ao ensino público.

A política de cotas vem tentando remediar essa histórica injustiça, mas, muitas vezes, mesmo quando o aluno tem acesso a um curso de nível superior, a falta de formação sólida anterior, a falta de recursos para merenda, livros e materiais de pesquisa e o nível de discriminação permanente sofrido dentro

das universidades particulares, via Pro-Uni e mesmo nas federais, via cotas, implica invulgar capacidade de poder manter sucesso em sua formação com a gama de estigmas advinda de sua proveniência social. Indígenas e afrodescendentes dificilmente conseguem driblar a violência simbólica ativa do racismo brasileiro, que se soma à ausência de recursos, que representa um grande obstáculo à sua permanência na universidade. Cria-se, assim, um perverso ciclo de perpetuação da pobreza, já que há relação direta entre recursos financeiros e anos de estudo: quanto menos a escolaridade, menor o salário.

Nesse sentido, o curso pré-universitário de Fé e Alegria se inscreve num horizonte político-ético voltado para a inclusão dos menos favorecidos nas diferentes esferas sociais. No âmbito ético, é entendido como um espaço para recusar as diversas exclusões sociais, a iniquidade social e a injustiça e para a construção de projetos de vida. No âmbito político, busca valorizar suas potencialidades nos diversos setores: sociais, culturais, econômicos, psicológicos, intelectuais e espirituais das pessoas envolvidas, a fim de construir juntos, acompanhantes e acompanhados, uma sociedade em luta por justiça, igualdade e democracia. No curso pré-universitário, isso se traduz pela supressão do vazio de qualidade, de instrumentos de acompanhamento e de conteúdo do ensino médio, criando possibilidades de êxito para a entrada e a permanência dos estudantes no ensino superior. São pálidos ainda, dentro do contraforte de opressão, os êxitos das políticas de governo e incipientes as políticas públicas de Estado, que alterem essa situação perversa.

Para isso, o currículo deve ser constituído de conteúdos contemplados no processo seletivo para o ensino superior por meio de sua releitura crítica e contextualizada, focando o desenvolvimento de habilidades necessárias ao êxito no período de estudos universitários. Deve ser constituído também de conteúdos de cidadania que possibilitem a consciência de seus direitos e deveres, do desenvolvimento das suas potencialidades como ser humano, contribuindo com uma formação para a vida, em que os educandos se descubram como pessoas com possibilidades, capacidades, limitações e, por isso, de transcendência. Pretende aprofundar a análise da sociedade, dos sistemas econômicos, das forças políticas em jogo, do papel da mídia e da sua inserção na “cidadania ativa” (BENEVIDES, 1991), rumo à transformação da socie-

dade e à construção de uma sociedade regulada pelo Estado Democrático de Direito.

A formação também poderá contar com atividades complementares que possibilitem a criação de novos laços entre ensino e aprendizagem, como: cinefórum, debates, pesquisa, atividades artístico-culturais, palestras, visitas culturais, estudo de meio e outras atividades que facilitem aos educandos desenvolver sua participação direta nos movimentos sociais populares e nas análises críticas.

As modalidades de realização dos cursos pré-universitários devem ser configuradas de acordo com as necessidades e as possibilidades de cada realidade, assumindo uma perspectiva metodológica em coerência com a concepção e os fundamentos da metodologia definida no marco conceitual do presente documento.

## Diretrizes:

1. Desenvolver atividades e propostas formativas (educativas) alternativas nas diversas áreas do conhecimento, priorizando os jovens dos bairros populares, que os capacitem para que sejam atores sociais e construtores de uma sociedade sem excluídos.
2. Oferecer um ambiente de sadia formação acadêmica e orientação para a vida desses adolescentes e jovens, para que criem, organizem e vivam, entre si, a cultura da solidariedade e a cidadania pautada e fundada nos valores cristãos e éticos.
3. Conceber a educação como processo de formação integral do ser humano apoiada nos quatro pilares do processo de aprendizagem: conhecer, fazer, conviver e ser, para o desenvolvimento da autonomia e da emancipação humana na perspectiva de sua terrenidade-e-transcendência.
4. Ter a convicção de que o processo de democratização da educação pode se concretizar por meio de ações educacionais diferenciadas orientadas para garantir o acesso de todos ao conhecimento.
5. Compreender que o acesso de todos a uma educação de qualidade, voltada para a formação de cidadania e de emergência de possibilidades para os segmentos sociais desfavorecidos, se

constitui num instrumento de socialização do conhecimento, indispensável à construção de uma sociedade democrática.

### 4.2.3 Desenvolvimento comunitário

A área de desenvolvimento comunitário em Fé e Alegria constitui uma intervenção institucional que tem como público a comunidade em geral e se realiza na forma de ações educativas específicas, objetivando estimular e apoiar o protagonismo comunitário.

Considerando a missão institucional, pode-se afirmar que seus componentes principais, em termos de atividades, são: o trabalho educativo, a mobilização e a articulação de lideranças comunitárias, bem como o fomento às suas iniciativas.

#### *Referencial conceitual*

Desenvolvimento comunitário é aqui entendido como um trabalho impulsionado pelas comunidades, visando ao seu fortalecimento. Para que ocorra, utiliza como estratégia o reconhecimento das habilidades, dos conhecimentos e das potencialidades da comunidade, implícitas ou não reconhecidas, para tomá-las como ponto de partida, fortalecê-las e, a partir delas, impulsionar o seu desenvolvimento de forma ativa, consciente, crítica e participativa.

A abordagem proposta leva em conta que os problemas existem e que as próprias comunidades têm capacidade para resolvê-los, sem perder de vista que o olhar e a atuação no âmbito local e comunitário não podem ser desconectados de uma visão mais ampla sobre o contexto no qual elas se inserem. O enfrentamento à complexa dinâmica do projeto econômico neoliberal em curso, incluindo a análise crítica do papel do Estado e da sociedade nesse contexto, só será possível a partir do exercício da cidadania ativa, da capacidade de mobilização e de participação social e política.

Nessa perspectiva, Fé e Alegria procura atuar nas e com as comunidades, visando ao seu empoderamento, apoiando os seus projetos, contribuindo na formação de suas lideranças e fortalecendo a sua participação ativa e comprometida com a construção de uma sociedade sustentável, justa e fraterna, da qual todos e todas façam parte.

#### *Referencial legal*

Poderíamos, em princípio, afirmar que o trabalho institucional na área de desenvolvimento comunitário não está amparado por um referencial legal, uma vez que se trata de apoiar as iniciativas das próprias comunidades na superação de suas carências e seus problemas. Considerando, por outro lado, que muitos dos programas interagem diretamente com áreas do serviço público, torna-se necessário conhecer a legislação pertinente a eles.

#### *Público-referência*

O público-referência da área de desenvolvimento comunitário é constituído pelas comunidades nas quais estão inseridos seus centros educativos. De maneira especial, as atividades de desenvolvimento comunitário são dirigidas às famílias das crianças, dos adolescentes e dos jovens acolhidos por outros programas, bem como às lideranças comunitárias de cada localidade.

#### **Diretrizes:**

1. A formação de lideranças comunitárias contribuirá para a capacitação de lideranças éticas e que busquem a promoção da justiça social.
2. Os polos culturais e esportivos mantidos ou apoiados por Fé e Alegria promoverão o acesso dos excluídos a bens culturais e à prática de esportes que contribuam para a educação em valores.
3. Os programas de inclusão digital buscarão garantir o acesso igualitário à informação e formação e às novas tecnologias de comunicação, alertando seus beneficiários quanto aos riscos do consumismo tecnológico.
4. Os programas de geração de trabalho e renda devem fomentar as formas de organização associativas e cooperativas que favoreçam o crescimento social e humano e de economia solidária.
5. As ações ambientais devem contribuir para a maior consciência dos membros das comunidades em relação à necessidade de preservação e

recuperação dos ambientes em que vivem, lembrando sempre que cada cidadão é guardião e cocriador do mundo, com Deus.

6. Através das ações de segurança alimentar, Fé e Alegria buscará apoiar ações comunitárias de promoção da justiça social, especificamente para garantir o acesso de todos à alimentação em quantidade e qualidade suficientes e aos serviços preventivos e curativos nas agências oficiais, apoiando também os esforços de consolidar as medicinas populares solidárias.

#### 4.2.3.1 Formação de lideranças comunitárias

A formação de novas lideranças comunitárias e a formação permanente daqueles que já se colocam a serviço de suas comunidades constituem um desafio do qual Fé e Alegria não deve se omitir, pois é um elemento fundamental para a promoção social comunitária.

Estruturada em atividades e metodologias diversificadas, a formação de lideranças comunitárias objetiva a formação de líderes que sejam capazes de agregar as comunidades locais; que sejam multiplicadores de saberes e capazes de valorizar as experiências dos outros; que tenham postura ética; que sejam críticos, propositivos e mediadores de conflitos; que busquem o conhecimento e estejam abertos a novas aprendizagens; e que contribuam na construção coletiva de processos de solidariedade e justiça social.

#### Diretrizes:

1. Promover um programa permanente de formação e o acompanhamento das lideranças comunitárias já existentes, mediante a entreajuda e a colaboração mútua, visando suscitar novos líderes a partir daqueles já atuantes na comunidade. Capacitar lideranças comunitárias para exercer o protagonismo no processo de desenvolvimento das suas comunidades, através do desenvolvimento de cursos de formação política, da organização de seminários, palestras e outras atividades de formação.
2. Contemplar os eixos temáticos da formação humana, sociopolítica e pedagógica no trabalho de capacitação com as lideranças, permeada pela Pedagogia Inaciana e Freireana.
3. Estimular o protagonismo juvenil e de gênero, oferecendo capacitação, assessoria e apoio a jovens e mulheres para o exercício da liderança.
4. Promover a conscientização da população local para o exercício pleno da sua cidadania, informando-a em relação a seus direitos e deveres e na luta pelos direitos difusos referentes à condição humana.
5. Elaborar indicadores para acompanhar o desenvolvimento dos jovens beneficiários da instituição, visando verificar os resultados oriundos do trabalho educativo de Fé e Alegria.

#### 4.2.3.2 Implementação de polos culturais e esportivos

A questão da exclusão social, no caso do acesso à cultura no Brasil, ainda apresenta números dramáticos, pois segundo informações do próprio Ministério da Cultura, divulgados em 2008 (site <http://mais.cultura.gov.br/2009/02/10/434/>):

- apenas 13% dos brasileiros frequentam cinema alguma vez por ano;
- 92% dos brasileiros nunca frequentaram museus;
- 93,4% dos brasileiros jamais frequentaram alguma exposição de arte;
- 78% dos brasileiros nunca assistiram a espetáculo de dança;
- 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso;
- o brasileiro lê em média 1,8 livro *per capita*/ano (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França, por exemplo);
- 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população.

De forma semelhante, também o acesso à prática e aos espetáculos esportivos é privilégio de uma minoria. De modo geral, apenas o futebol, praticado em

espaços geralmente improvisados, está presente entre as classes de menor renda familiar.

Por outro lado, através do seu trabalho de educação popular integral, Fé e Alegria envolve crianças, adolescentes, jovens e adultos do entorno de seus centros educativos, oportunizando à população local o acesso às mais variadas atividades, tais como: capoeira, folguedos populares, acesso a livros, mediação de leitura, esportes, música, teatro, informática, dança, educação ambiental, grupos de estudo e outros, buscando sempre ampliação dos saberes gerais. Em muitos casos, esses projetos educativos possibilitam o surgimento de grupos culturais e esportivos que se destacam pelo talento individual ou coletivo de seus integrantes. No entanto, sua continuidade está sempre ameaçada, uma vez que os projetos educativos são, em geral, marcados pela temporalidade dos governos, posto que não são políticas de Estado.

Considerando que a cultura e o esporte são elementos imprescindíveis na construção da identidade pessoal e comunitária e que o acesso à sua prática e fruição constitui um direito de todos os cidadãos, Fé e Alegria busca, de forma significativa, contribuir na criação e na busca de sustentabilidade de grupos culturais e esportivos comunitários. Nesse sentido, propõe ações de capacitação, assessoria técnica e fomento a grupos comunitários, além de promover a oferta de serviços culturais e esportivos pontuais ou continuados.

## **Diretrizes:**

1. Promover o acesso das comunidades empobrecidas aos bens culturais e esportivos, incentivando e apoiando a organização de eventos e produtos culturais e esportivos diversos.
2. Promover e incentivar a valorização da cultura local, sistematizando e divulgando a existência viva e resignificada de manifestações culturais tradicionais.
3. Buscar garantir a oferta de literatura e material audiovisual atualizado e acessível às diversas faixas etárias, através de organização e manutenção de bibliotecas comunitárias interativas.
4. Apoiar a organização e o funcionamento de grupos culturais comunitários de teatro, capoeira, música, dança e outras manifestações culturais.
5. Apoiar a organização de grupos comunitários de esporte amador que promovam a prática esportiva nas diversas faixas etárias.
6. Apoiar a organização de eventos culturais e esportivos comunitários.

### **4.2.3.3 Inclusão digital**

No atual contexto do mundo globalizado, em que a difusão da informação e do conhecimento se tornou maciça e o desenvolvimento tecnológico ocorre de forma contínua e acelerada, é inquestionável a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos processos educacionais e na inserção no mercado de trabalho.

Nessa sociedade informatizada e globalizada, em que o que vale é o conhecimento e o acesso à informação, começam a aparecer os “info-ricos” e os “info-pobres”. Os “info-ricos” são aqueles que têm acesso em massa às tecnologias da informação e comunicação e que, sobretudo a grande maioria, utilizam o sequestro de informações e delas se apropriam inescrupulosamente com invasão de máquinas, patenteamento de descobertas de outros, ou, mais raramente, pessoas que possuem habilidades necessárias para transformar em conhecimento essa informação. Os “info-pobres” são os excluídos, que, por falta de acesso às tecnologias ou por falta de preparação para tirar proveito delas, estão cada dia em maior desvantagem (LLANO, ADRIÁN, 2006).

Considerando que 82% dos brasileiros não possuem computador em casa e 70% não têm nenhum acesso à internet, mesmo no trabalho ou na escola, Fé e Alegria entende que promover o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação é vital para a promoção social, pois a inclusão digital é uma possibilidade de desenvolvimento da pessoa em sua integralidade, que atende às habilidades básicas com respeito à leitura, à escrita, ao pensamento lógico, à formação pelo/para o trabalho e à ciência e à tecnologia, em um ambiente no qual são evidenciados os valores humanos e, assim, de melhoria das condições de vida de determinada região ou comunidade, pois incluir digitalmente não é apenas “alfabetizar” a pessoa em informática, mas também melhorar os quadros sociais dessa comunidade.

Essa apropriação das TICs é concebida como um processo de formação crítica, favorecendo o reconhe-



cimento da própria capacidade de lidar com recursos tecnológicos e dele se apropriar para o projeto de vida pessoal e coletivo. Não deve se limitar a transformar as pessoas em simples usuários das tecnologias. A capacitação deve abranger os seguintes aspectos:

1. Cognitivo: conhecimento, entendimento e análise compreensiva das tecnologias;
2. Aplicado: utilizar a linguagem dos meios da tecnologia para expressar melhor e amadurecer as próprias ideias e conseguir os objetivos propostos;
3. Ético: assumir uma posição crítica das tecnologias, de seus conteúdos e do modo como funcionam e a quem servem e como tratam a informação;
4. Social: compreender os impactos sociais que o uso dos meios tecnológicos causam, bem como o seu potencial e os perigos que eles representam contra a promoção e os processos de lutas sociais e comunitárias;
5. Atitudinal: desenvolver uma visão pessoal na qual possam perceber a si mesmos como usuários e produtores dos sentidos e valores, também ambíguos, das tecnologias da informação, facilitando que se aproximem dela com responsabilidade e tirando proveito para o seu desenvolvimento pessoal e comunitário (LLANO, ADRIÁN, 2006).

## Diretrizes:

1. Garantir a oferta regular de cursos de informática básica nas próprias comunidades nas quais Fé e Alegria atua, utilizando metodologias da educação popular.
2. Viabilizar o acesso dos interessados a cursos avançados de informática, de modo que representantes das comunidades possam apropriar-se de tecnologias mais avançadas, com o compromisso de desenvolver novos serviços comunitários.
3. Promover implantação e manutenção de centros comunitários de inclusão digital.
4. Desenvolver serviços de utilização orientada quanto aos serviços oferecidos pela rede mundial de computadores (internet), identificando e

divulgando *sites* que ofereçam serviços e informações de interesse das comunidades.

### 4.2.3.4 Geração de trabalho e renda

Nas comunidades em que Fé e Alegria atua, uma característica sempre presente está relacionada ao baixo nível de renda familiar. É comum verificar que muitas famílias vivem em situação de extrema vulnerabilidade social: moram em barracos ou casebres e não dispõem de alimentação suficiente para satisfazer suas necessidades. Nesses casos, Fé e Alegria tem buscado pautar sua atuação a partir de diversas ações, dentre as quais se destacam:

- orientação para a busca de apoio junto aos serviços públicos de assistência social;
- oferta de atividades educativas em tempo integral para crianças e adolescentes em seus centros educativos;
- promoção de cursos de qualificação ou requalificação profissional para trabalhadores desempregados;
- oferta de capacitação, assessoria e fomento para o desenvolvimento de grupos produtivos que atuem com base na cultura da economia solidária.

A economia solidária consiste numa forma de as pessoas se organizarem em torno do seu trabalho e dos benefícios que este pode produzir.

A importância da cultura da economia solidária é dar visibilidade política às relações econômicas que estão presentes na vida cotidiana das pessoas, num espaço que se situa para além do Mercado e o Estado. É um movimento que garante uma esfera produtiva inscrita em outra ordem econômica que não fica refém do capital. É, por isso, uma organização de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos que, a partir do trabalho coletivo, passam a desenvolver formas de geração de renda, em que todos e todas têm suas necessidades satisfeitas e o uso dos recursos naturais é feito de forma responsável e consciente, inspirados ainda em modelos bióticos, agroecológicos, regulados por uma visão holística dos processos orgânicos entre natureza e cultura.

Na economia solidária, o trabalho não tem patrão nem empregado. Os produtores e as produtoras solidários se organizam em sistemas de autogestão, ou seja,

todos são responsáveis pelo empreendimento, todos decidem em conjunto e se beneficiam igualmente dos frutos gerados por ele. Esses empreendimentos podem ser legalizados em forma de cooperativas, associações ou empresas solidárias, desde que valorizem e estimulem a participação de cada produtor(a). O elemento central da economia solidária é a pessoa humana e o bem-viver coletivo. Nela, homens e mulheres são respeitados em suas diferenças de gênero, etnia e idade.

A economia solidária é um movimento e uma prática socioeconômica ampla e profunda, cujas raízes históricas se encontram em lutas e ações de organizações de trabalhadores(as) rurais e urbanos(as), como o cooperativismo, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se organiza cada vez mais e que vem conseguindo importantes conquistas de apoio por parte dos governos nas diferentes esferas.

Para Fé e Alegria, a opção em apoiar o desenvolvimento da economia solidária nas comunidades onde atua é, portanto, uma decisão natural, uma vez que os conceitos que a orientam estão perfeitamente alinhados com seus valores institucionais.

## Diretrizes:

1. Promover o debate relacionado aos conceitos de economia solidária de modo que todos(as) as tenham clareza de que a geração de trabalho e renda deve ser buscada, mas com solidariedade e com outra forma de ver as relações entre os produtores e os consumidores e entre estes com a natureza.
2. Orientar a formulação de “planos de negócio” que se adaptem às características da comunidade, aproveitando o potencial econômico e cultural local.
3. Orientar a busca por acesso a crédito junto a instituições que trabalhem com finanças solidárias ou programas de crédito oficiais, em que o grupo possa ter acesso a empréstimo com juros baixos e com os valores da economia solidária presentes na sua forma de funcionamento.
4. Fomentar o surgimento e a estruturação de novos empreendimentos através da cessão de espaço físico e equipamentos em comodato temporário.

5. Proporcionar capacitação específica e assessoria em gestão de empreendimentos da economia solidária para os grupos apoiados.
6. Estimular a aproximação com outros grupos produtores solidários para inserir-se no debate e em atividades de comercialização, como as feiras de economia solidária que não dissociam a oportunidade de comercialização e o debate sobre as questões existenciais, educacionais e políticas. A população local é apoiada em suas iniciativas de empreendedorismo econômico.
7. Estimular a organização dos empreendimentos em forma de cadeias produtivas e de redes de colaboração solidária, para se fortalecerem mutuamente e fortalecerem o movimento de economia solidária no seu município e/ou estado.
8. Acompanhar as perspectivas das formas mais elaboradas da economia solidária, que se dá através de projetos interpaíses, via Loja do Mundo, rede que permite ganhos substanciais de produtos manufaturados por comunidades de diversos continentes, sob a condição de que a produção seja sem atravessadores, com todas as exigências de regularização e benefícios sociais, sempre que houver pessoas em serviço permanente ou temporário, zelo pelos recursos esgotáveis, e cuidado com o meio ambiente e a sustentabilidade; ou formas ousadas, como na Venezuela, onde funciona um Ministério da Economia Solidária.

### 4.2.3.5 Socioambiental (ações ambientais, segurança alimentar, saúde comunitária)

O trabalho com as comunidades empobrecidas requer de Fé e Alegria a capacidade de intervir em diversas áreas de interesse delas. Nesse sentido, as áreas de meio ambiente, segurança alimentar e saúde constituem um programa específico da área de desenvolvimento comunitário.

Para as equipes locais de Fé e Alegria, um grande desafio em relação ao programa socioambiental é o de fugir do assistencialismo. Assim, torna-se necessário realizar um planejamento adequado das ações, de modo que as atividades realizadas tenham sempre um caráter educativo e de apoio ao protagonismo de representantes das próprias comunidades beneficiárias.

Outro aspecto a considerar é o de que essas áreas (meio ambiente, saúde e segurança alimentar) também são objeto de políticas públicas e, portanto, há que verificar sempre a possibilidade do desenvolvimento de ações integradas, sem descuidar do papel político de incentivar a representação comunitária nos espaços em que tais políticas são formuladas, deliberadas e monitoradas.

### Diretrizes:

1. Contribuir para o desenvolvimento de uma consciência comunitária ativa em relação às questões ambientais através da implantação de centros de educação ambiental, racionalização dos recursos possíveis e da organização de projetos permanentes comunitários e campanhas e eventos educativos.
2. Fomentar o desenvolvimento de projetos de preservação e recuperação ambiental, inclusive quanto à destinação adequada de resíduos, assessorando tecnicamente a sua transformação e (re)utilização.
3. Apoiar as comunidades assistidas na produção de um diagnóstico pertinente quanto à questão da segurança alimentar.
4. Fomentar o desenvolvimento de programas de fortalecimento da agricultura familiar e urbana através da assessoria técnica às organizações comunitárias.
5. Apoiar a realização de cursos, oficinas e palestras que promovam a disseminação de informações relacionadas ao aproveitamento integral de alimentos e a importância de uma alimentação adequada para a preservação e a recuperação da saúde.
6. Apoiar o desenvolvimento de campanhas informativas de saúde preventiva que objetivem promover a adoção de atitudes que favoreçam a preservação e a recuperação da saúde.
7. Apoiar a implantação de serviços comunitários de reeducação alimentar, fitoterapia, massoterapia e outras racionalidades médicas<sup>13</sup>, bem como técnicas de tratamentos.

• • •

**13.** “Racionalidades médicas, estudo comparativo da medicina ocidental contemporânea, da homeopatia, da medi-

### 4.2.4 Formação de educadores populares

A formação continuada<sup>14</sup> é um processo sistemático e intencional organizado com vistas ao desenvolvimento pessoal e profissional do educador (popular) e orientado para a concretização de determinado modelo educativo. No caso de Fé e Alegria, esse modelo educativo tem por finalidade “a formação de homens e mulheres capazes de humanizar e transformar sua realidade, fazendo uso de suas próprias capacidades e potenciais, cognitivos e afetivos (CABARRÚS, 2004).

Esse modelo educativo é organizado preferencialmente para os homens e as mulheres empobrecidos, entendendo a pobreza em sentido amplo, ou seja, a da condição das pessoas ainda imersas em situações de marginalização ou exclusão que restringem o desenvolvimento, a expressão e o exercício de suas capacidades e potenciais em prol da construção de sua dignidade de vida.

A escolha de Fé e Alegria por dedicar-se a trabalhar com e para os grupos sociais mais necessitados de libertação implica, desde logo, uma adjetivação dos educadores que integram essa missão, qual seja, a de educadores *populares*<sup>15</sup>, como sendo aqueles identificados com o modelo educativo institucional de Fé e Alegria, sensíveis às necessidades e às aspirações dos grupos excluídos e/ou oprimidos e empáticos com suas expressões culturais e formas próprias de organização, reconhecendo-as como legítimas e como pontos de partida para a possibilidade da qualificação e dignificação da vida que desejam viver.

• • •

cina tradicional chinesa e da ayurveda”, importante contribuição da socióloga Madel Therezinha Luz, da Universidade Federal Fluminense.

**14.** A formação continuada se caracteriza por um processo organizado e sistemático de momentos de formação organizados a partir de necessidades educativas definidas em consenso. Ainda que se constitua de momentos, estes não podem ser pontuais, fragmentados e descontínuos. A formação continuada qualifica a formação permanente, aquela que se realiza em serviço, sob o eixo ação-reflexão-ação. Ambas, a formação continuada e a formação permanente, retroalimentam-se e, de forma sinérgica, potencializam a qualidade da prática educativa.

**15.** “Educador popular” é a terminologia usada para referir-se a todos os profissionais que desempenham funções em Fé e Alegria: educadores sociais, docentes, gestores, funcionários administrativos, voluntários. Todos participam do processo educativo movidos pelo ideal da educação popular.

Essas características certamente constituem uma dimensão peculiar do perfil de educador de Fé e Alegria (Movimento de Educação Popular Integral e de Promoção Social) que raras vezes é contemplada no seu processo de formação inicial<sup>16</sup>. Considerando essa peculiaridade, a formação continuada e permanente do educador popular precisa ser configurada de modo que construa gradativamente essa identidade profissional, a de um educador íntegro, entusiasta, dinâmico, sensível, alinhado e comprometido com a grande finalidade do modelo educativo de Fé e Alegria, anteriormente referido. A real possibilidade desse comprometimento e de uma ação efetiva e eficaz está na dependência direta da competência humana, da competência técnica e da competência política deste educador e no princípio de subsidiariedade. A formação continuada e permanente tem o compromisso de contribuir significativamente com a construção dessas competências.

Na prática, isso se traduz no desenho do currículo formativo e na opção pela metodologia a ser adotada no desenvolvimento do referido currículo.

No que se refere a definição e construção do currículo da formação do educador popular, este precisa estar em coerência com o modelo educativo privilegiado e o perfil de educador ensejado para seu cultivo permanente. Nessa perspectiva, o currículo precisa contemplar cinco grandes dimensões: a humana ou pessoal, a sociopolítica-cultural, a pedagógica, a mística e a institucional.

Na *dimensão humana ou pessoal* da formação, destaca-se, em primeiro lugar, a necessidade de os educadores tomarem consciência tanto de sua própria e complexa identidade (fraquezas e potencial) como da identidade comum de todas as demais pessoas. No entanto, não basta apenas ter consciência de sua própria identidade, é necessário que o educador traduza em modos concretos de ser e de atuar os princípios fundamentais que orientam sua vida como pessoa, como cidadão e como mediador de um processo formativo em que os envolvidos, conscientes da sua

incompletude, inconclusão e inacabamento, compartilham, confrontam e se comprometem com o crescimento mútuo como homens e mulheres situados.

*Dimensão sociopolítica-cultural* — tem lugar o conhecimento que o educador precisa ter da realidade local e mundial para que sua atuação seja consciente e eficaz.

O conhecimento local é importante para o educador, pois pode ajudar a compreender os processos de formação da identidade coletiva no espaço em que esse educador atua. Além disso, ao munir-se de instrumentos de análise compreensiva da realidade dessa comunidade e da população com a qual trabalha, o educador contribui para o fortalecimento da relação entre a comunidade e com a formação do sujeito envolvido no processo educativo (FÉLIZ, 2006).

É importante também o conhecimento mundial, principalmente em âmbito econômico e político, por serem aspectos relevantes para a cultura local.

Em educação popular o que se intenta é a transformação social, e o educador, dentro desse contexto, precisa ser instrumento e mediador desse processo de mudança. Então, temas como democracia, participação, cidadania, direitos humanos fazem parte do conhecimento e vivência do educador de Fé e Alegria (PERNALETE, 2006).

Além do conhecimento do contexto local e global e de suas inter-relações, fazem parte dessa dimensão formativa a revisão honesta e profunda da visão de mundo, visão de ser humano, visão planetária, bem como de concepções, crenças e teorias implícitas que se originam dessas “visões”. Não se pode subestimar a influência desse substrato ideológico-cultural em decisões, escolhas e ações educativas desenvolvidas pelos educadores, razão pela qual o currículo formativo não pode perder de vista esse “conteúdo”.

A *dimensão pedagógica* da formação abarca todo o conjunto de atividades intencionais e sistemáticas de formação, acolhendo e promovendo diversas modalidades formativas, concebendo e criando outras coletivamente, como um processo de permanente acompanhamento da ação educativa, próximo e sensível ao contexto de trabalho e às necessidades dos educadores. A prática docente dos educadores, considerada do ponto de vista de sua pertinência com a finalidade educativa, subsidia essa dimensão na medida em que deve constituir o ponto de partida do processo de formação e o seu ponto de retorno, avaliação e reformulação. Qualquer processo formativo não pode ser esporádico e aleatório; deve propiciar agenda negociada entre todos do programa, distinguindo claramente

• • •

**16.** “A formação inicial, etapa da formação prévia ou formação pré-serviço, é, portanto, um empreendimento, deliberada e sistematicamente organizado, levado a efeito em uma instituição específica, através do qual se desencadeia um processo com vistas a desenvolver um corpo de conhecimentos, atitudes e procedimentos que capacitem os futuros professores para o exercício eficaz da profissão docente” (STÜRMER).

estudos de aprofundamento coletivo de questões educacionais emergidas das práticas e das vivências, e reuniões que se voltem a dimensões de planejamento, avaliação ou de caráter administrativo. Ambos os momentos não podem comprometer tempos e espaços próprios, para oportunizarem ações coletivas em que todos e todas sejam sujeitos, atores, e canais das decisões necessárias a serem tomadas como corpo.

É preciso sublinhar, novamente, que ser educador em Fé e Alegria requer uma formação pedagógica que vai além do conhecimento de conteúdos e estratégias tradicionais e formais do conhecimento.

Um dos aspectos diferenciais que o educador de Fé e Alegria precisa ter é o da sua intimidade com a proposta da educação popular, ter conhecimento dos seus desafios e de sua pedagogia (ESCLARIN, 2005).

O conhecimento sobre os pressupostos da educação popular ilumina uma peculiar compreensão do educador sobre a concepção de ensinar e aprender com toda riqueza e complexidade de elementos, condicionantes, possibilidades e limites que constituem esses processos.

Nesse sentido, é imprescindível que a formação pedagógica seja organizada de forma que abarque a perspectiva da formação do educador pesquisador, o pesquisador da sua prática e dos (e com os) sujeitos com quem a desenvolve, bem como a versão que temos da realidade em que nossa ação se desdobra.

Portanto, para atingir o objetivo primeiro de todo e qualquer projeto de educação popular — a inclusão dos educandos de camadas populares e a transformação social — é necessário que se compreendam a polissemia da realidade na qual se vive, as surpresas que nos oferece e as mudanças que nela e em nós precisam ocorrer no dia a dia, e, nesta perspectiva, incorporar também à formação pedagógica do educador as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), onipresentes no contexto contemporâneo. O educador de Fé e Alegria é alguém que reflete sobre esse novo elemento da realidade social, atento ao papel das tecnologias e seu impacto na cultura humana, e precisa conhecer e explorar as estratégias de como inserir essas tecnologias como ferramenta a serviço da educação popular (LLANO, ADRIÁN, 2005).

A *dimensão institucional* da formação continuada é representada pela micro-organização em que o trabalho educativo se desenvolve (no caso de Fé e Alegria, os centros educativos, sociais e comunitários e demais espaços educativos) com sua cultura ou suas culturas profissionais de trabalho e todo o conjunto estrutural

e circunstancial que configura esse espaço da prática educativa. O processo de formação continuada e permanente estará influenciado por essa dimensão, ao mesmo tempo em que a abarca por seu compromisso de incidir sobre as condições institucionais e de assumir a parte que lhe compete, na promoção de um processo mais amplo de transformação social.

As dimensões constitutivas do currículo formativo (humana/pessoal, sociopolítica-cultural, pedagógica, mística e institucional) não podem receber tratamento linear, uma vez que, na prática formativa, elas se entrelaçam e interagem, ou seja, há uma trajetória dialética de incidências mútuas das dimensões entre si e das dimensões com o próprio processo de formação continuada e permanente, ainda que, em determinados momentos, se faça necessário um trabalho mais efetivo em torno de uma ou de outra dimensão.

Tão relevante quanto o currículo do programa de formação continuada dos educadores populares é a metodologia que se elege para o seu desenvolvimento. Aliás, pode-se dizer que a metodologia faz parte dele mesmo (currículo). Essa concepção de metodologia sustenta-se na premissa de que a metodologia assumida no processo de formação tem um grande potencial formativo. Pode favorecer a assimilação, a internalização e o fortalecimento do processo metodológico do trabalho educativo de Fé e Alegria. Conforme descrito no marco conceitual, a metodologia do trabalho educativo abraçada por Fé e Alegria é a metodologia da problematização que converge com a inspiração no paradigma inaciano, é robustecida pela teoria política de Paulo Freire e é explicitada, na sua operacionalização, nos fundamentos didáticos de Bordeave e Pereira, Berbel, Hengemühle, entre outros.

Dos breves fundamentos, anteriormente descritos, podem-se inferir alguns princípios que são comuns tanto para o processo de formação continuada e permanente dos educadores de Fé e Alegria quanto para o processo educativo que estes desenvolvem com os sujeitos com os quais interagem. Destacamos, a seguir, os referidos princípios *norteadores*:

- *Aprender é um processo ativo* — a aprendizagem é um processo ativo resultante de processos internos ou de atividade mental construtiva do sujeito: outra pessoa pode ensinar, mas ninguém pode aprender pelo outro. Aprender desde esse ponto de vista significa que se produz uma mudança não apenas no que diz respeito às



informações ou aos conhecimentos que se tem sobre um aspecto da realidade, mas também nas possibilidades de continuar aprendendo.

- *Aprender é processo individual* — aprender é, única e pessoalmente, representar uma informação ou realidade, a partir de conhecimentos anteriores, experiências e motivações de cada pessoa, fazendo com que cada processo de aprendizagem seja único, sem condições de repetir-se.
- *Aprender é processo social* — mesmo a aprendizagem sendo um processo interno e individual, ela só ocorre graças aos processos de interação social com outras pessoas, de faixa etária diferente ou entre iguais. Segundo Vygotsky, entre o que o educando é capaz de fazer com a ajuda de outros e o que pode fazer por si mesmo encontra-se a chamada “zona de desenvolvimento proximal”. A formação/educação deve intervir na zona de desenvolvimento proximal, no que se refere àquelas atividades que o educador/educando ainda não é capaz de realizar por si só, mas que com a mediação de alguém poderá chegar a realizar, em tempo próprio.
- *Aprender significa mudança* — aprender de forma significativa implica modificar conceitos e saberes anteriores em função de uma nova ideia, fato ou informação, para chegar a uma nova conceituação, mais ampla, rica e adequada do ponto de vista científico e mais pertinente do ponto de vista de sua finalidade. Para que isso aconteça, é preciso que a nova experiência ou informação provoque conflito ou desequilíbrio nos conhecimentos, nas “verdades” e nas estruturas que já possuímos, de tal modo que nos obrigue a revisá-los, modificá-los, descartando dados, relativizando certezas, ampliando e combinando.

A partir dessa compreensão de aprendizagem e desenvolvimento, formar/educar significa oportunizar:

- a apropriação crítica e sistemática de teoria, de estratégias de leitura, escrita e comunicação, de métodos de aquisição, construção, explicitação e socialização do conhecimento individual adquirido;
- o estudo, a pesquisa, a discussão e o debate competentes;

- o fazer e o aprender coletivos, a organização grupal, a reflexão crítica sobre sua prática educativa, sobre sua realidade, para, a partir daí, interferir nessa realidade, buscando transformá-la para melhor;
- a avaliação permanente da prática pessoal e global, buscando aproximá-la o quanto mais do rigor científico, da consciência cognitiva, da vida, da história social dos envolvidos no processo formativo/educativo e, sobretudo, da finalidade última do processo formativo em questão: a felicidade pessoal e coletiva.

Esses pressupostos orientam o processo formativo dos educadores populares (docentes, equipes diretivas, educadores sociais, voluntários) e deles emanam algumas diretrizes específicas para cada segmento, as quais passamos a apresentar, a seguir.

#### 4.2.4.1 Formação continuada de docentes

A formação continuada para docentes destina-se aos profissionais da educação que atuam nos diferentes níveis da educação básica e da educação técnica dos centros próprios de educação formal e das escolas públicas acompanhadas por Fé e Alegria. Os eventos formativos podem contemplar também docentes que integrem os quadros profissionais de outras escolas interessadas na proposta formativa de Fé e Alegria.

#### Diretrizes:

1. Contribuir com o desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional dos docentes para que, em formação permanente ao longo da vida, possam qualificar cada vez mais a ação educativa, em interação dialógica na qual se compartilham experiências, conhecimentos e apoios, ensinando, também, a sistematização e a socialização da práxis educativa.
2. Articular a interação de três elementos básicos: os conteúdos objetos da aprendizagem, os docentes que contribuem com a definição do currículo e constroem significados referentes aos conteúdos de aprendizagem e um formador com a função de mediador entre o docente e os

conteúdos, potencializando o processo de construção do conhecimento teórico e prático.

3. Favorecer o diálogo entre os saberes e a cultura institucional e os saberes e a cultura profissional docente, a fim de promover a melhoria da qualidade na gestão da prática educativa.
4. Subsidiar a reflexão permanente sobre a prática docente individual e coletiva, por meio do exercício intencional da crítica sobre a gênese, o sentido, o processo e a finalidade dessa prática.
5. Requerer a institucionalização da formação continuada, definindo calendário, destinando recursos específicos, negociando currículo para curto, médio e longo prazos e identificando formadores mobilizados e comprometidos com os princípios da educação popular.
6. Preocupar-se com a abordagem das quatro dimensões: humana/pessoal, sociopolítica-cultural, pedagógica, mística e institucional, independentemente de periodicidade e duração.

#### 4.2.4.2 Formação continuada de gestores

A gestão de centros educativos constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, identificam-se os problemas e as possibilidades educacionais e se busca, por meio de uma visão sistêmica e estratégica, a mobilização dos recursos para, coletivamente, remover obstáculos e promover o processo de desenvolvimento de uma educação de qualidade. A formação continuada de gestores destina-se às equipes diretivas das diversas áreas de atuação de Fé e Alegria e às equipes diretivas que atuam na Educação Básica e de Educação Técnica dos centros próprios de educação formal e das escolas públicas acompanhadas por Fé e Alegria. Os eventos formativos podem contemplar também integrantes das equipes diretivas de outras escolas interessadas na proposta formativa de Fé e Alegria.

#### Diretrizes:

1. Configurar-se a partir das necessidades do serviço e estender-se à formação em serviço, não podendo se efetivar somente através de cursos

esporádicos, descontínuos, de capacitações incidentais. É necessário que, coletiva e institucionalmente, se construa um plano de formação vinculado à prática cotidiana das equipes diretivas, com reservas de espaços e tempos previstos.

2. Seguir uma base de referência comum para todas as instituições de Fé e Alegria.
3. Ter como fim a aprendizagem dos educandos e, nessa perspectiva, focalizar as funções administrativas e pedagógicas dos gestores, perpassadas pelos eixos do papel do gestor, da gestão pedagógica e da análise interpretativa do contexto.
4. Seguir a inspiração fundacional federativa que unifica Fé e Alegria, incluindo as experiências já construídas e a construir no seu processo histórico de vida.
5. Objetivar o fortalecimento de *equipes* diretivas, a formação de gestores leitores e pesquisadores, a gestão da aprendizagem e a autonomia na gestão de pessoas.
6. Preparar os gestores para uma gestão democrática, colaborativa, participativa e descentralizada, por meio de estratégias de elaboração de projetos de intervenção, sistematização e de socialização da experiência desenvolvida.
7. Fornecer instrumentais para a qualificação dos procedimentos técnicos, a fim de possibilitar a eficiência, a eficácia e a efetividade da gestão educativa.

#### 4.2.4.3 Formação de educadores sociais

Nesta Proposta Educativa, Fé e Alegria assume a terminologia “educador social” para se referir aos profissionais que desenvolvem ação educativa não formal. Os eventos formativos podem contemplar também integrantes das equipes diretivas de outras instituições interessadas na proposta formativa de Fé e Alegria.

#### Diretrizes:

1. Assumir os pressupostos teórico-práticos da educação popular e, nesse sentido, fortalecer o educa-

dor social como militante da esperança (ESCLARIN, 2005) e da justiça social e capacitá-lo para uma intervenção humana, fundamentada e eficaz em suas ações de transformação social.

2. Contemplar dois momentos: a) *formação básica em educação popular*, cujo programa seja claro e minimamente unificado entre os diferentes espaços de atuação de Fé e Alegria Brasil, com temas como: conceitos da educação social; base legal para o desenvolvimento de programas educativos de assistência social; formação do povo brasileiro; questões sociopolíticas e econômicas contemporâneas; história (inclusive institucional), teoria pedagógica, metodologias e experiências de educação popular; estudo do Ideário de Fé e Alegria, entre muitos outros; b) *formação continuada em educação popular* em que se organize uma estrutura que permita e fomenta a participação do educador social na configuração da proposta de formação continuada priorizando necessidades específicas, acolhendo seu saber prévio, compartilhando as experiências do cotidiano das suas ações e oportunizando a realimentação por meio de fundamentos teóricos significativos.

#### 4.2.5 Comunicação

Comunicação é o lócus generativo do ser humano no mundo com os outros. Lugar das trocas, da mútua constituição da palavra encarnada que comparece e se dá no espaço, tempo e sexualidade, (des)velada pela linguagem diabólica ou simbólica, lugar da interdição ou da comunhão. Não há humanidades sem comunicação. De sorte que as pessoas utilizam de todos os meios, linguagens e estratégias para compartilhar experiências, acontecimentos, informações, construções e achados que oportunizem sua necessidade de conhecimento, interação, cooperação e formas solidárias que as constituam na sua condição de seres vivos, historiadores, que se representam no espaço (extensão) e no tempo (duração). A importância dos processos informacionais de muitas naturezas que atuam nas sociedades de estado altera a condição das pessoas de produtoras a receptoras e destinatárias, destituindo o caráter criador e autônomo para a con-

dição de heteronomia e alienação. Sendo a comunicação um bem público imprescindível à humanização, convivência, ela tem sido tratada de pública que é em mercadoria de âmbito privado, isso requer uma luta por uma nova ordem comunicacional, que necessitará da presença ativa de formas de contra-hegemonia dos processos informacionais e educativos para a construção do Estado Democrático de Direito que normatize para fins públicos e interesses coletivos os meios e as tecnologias disponíveis de serviço à comunicação.

No Brasil, a comunicação está regida pela Lei nº 4.117, também conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações, em vigor desde o ano de 1962.

Constituem serviços de telecomunicações “a transmissão, emissão ou recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações de qualquer natureza, por fio, rádio, eletricidade, meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético”. É a comunicação que permite a interação e é através dela que os seres humanos se tornam seres sociais e assim se mantêm.

Sem comunicação as pessoas não poderiam unir-se, empreender tarefas, fazer cultura, progredir no domínio do mundo físico. Invenções e descobertas dependem, quase sempre, de um acúmulo de informações, de fazer cultura desenvolvendo conceitos, de tal modo que apenas as invenções mais simples e os processos mentais mais elementares não poderiam efetuar-se sem a comunicação.

Para o ser humano, a comunicação com os semelhantes realiza três funções:

- codifica o meio ambiente em que vive;
- define sua condição em relação aos outros;
- favorece sua relação com o meio.

Essas funções são importantes porque têm influência decisiva sobre a formação da personalidade e do sentido do eu-com-os-outros-eus-no-mundo (Heidegger). A comunicação é a que transmite padrões e valores do grupo e a consciência ética que eles têm (ou, eventualmente, deixam de ter). A importância da comunicação transcende o indivíduo: ela é a força que permite a união do grupo e até a identificação desse grupo. Qualquer grupo, seja de que natureza for, só se constitui e cresce quando se comunica com desenvoltura e negocia as tensividades.

#### 4.2.5.1 Rádios educativas

Um dos meios de comunicação de Fé e Alegria são as rádios educativas, presentes em vários países da América Latina.

Elas são valiosos instrumentos pedagógicos de educação popular e instrumentos efetivos de elo para a solidariedade a serviço de sua missão institucional.

A intuição de Pe. Vélaz, fundador de Fé e Alegria, considerava dois aspectos fundamentais na organização do Movimento: o desenvolvimento dos projetos educativos nas comunidades pobres e a mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais necessários para o trabalho. Para isso, ele fez uso dos meios de comunicação social e das agências de publicidade em suas campanhas de solidariedade.

Encontrar os meios para responder às crescentes demandas dos projetos educativos foi e continua sendo nosso grande desafio. Entendemos que o rádio pode ser um desses meios, na medida em que, com seu poder de mobilização social, possibilita ser elo e canal para a solidariedade, desenvolvendo campanhas de arrecadação de alimentos, materiais didáticos, livros, roupas para bazar etc., e mobilizando voluntários para abraçar a causa dos empobrecidos, razão do Movimento.

Os desafios da educação popular no campo da comunicação radiofônica adquirem dimensões e perspectivas distintas das do âmbito da escola e da educação em geral.

A rádio educativa em Fé e Alegria tem a perspectiva de se constituir no rosto público do Movimento, ou seja, um espaço privilegiado de educação para a cidadania, de mobilização comunitária e social a serviço dos setores empobrecidos com poucos recursos, de participação do ouvinte nos temas próprios do desenvolvimento comunitário, de propagação dos valores, do compromisso ético, do entretenimento saudável, entre outros, que contribuam na formação de homens e mulheres — “pessoa para os demais”.

A rádio educativa em Fé e Alegria busca assimilar quatro elementos básicos da mediação pedagógica:

1. partir sempre do outro: daí a pesquisa com o ouvinte, a participação dos grupos comunitários — repórteres locais, transmissões de rua etc. —, que permitam adquirir um conhecimento das diversas realidades socioculturais nas áreas de influência, assim como das demandas, dos gostos, do interesse e das expectativas com a programação da rádio;
2. trabalhar a informação de maneira pedagógica: não é um mero repassar informação. A comunicação radiofônica adota a linguagem popular, incorpora a forma e a linguagem do cotidiano das pessoas com os exemplos, a experiência, os relatos, os ditos populares etc. A rádio em Fé e Alegria deve buscar garantir uma comunicação que expresse múltiplas vozes e olhares, de forma interativa e participativa que preserve as identidades étnicas e culturais, a memória e toda a sua diversidade. Significa efetivar uma liberdade de expressão que não esteja reduzida à liberdade de livre comércio, à dependência de índices de audiência ou de renda. Significa a possibilidade de diversos setores sociais e culturais de nossa sociedade expressarem seus valores e opiniões;
3. a aprendizagem também se faz de maneira pedagógica: ao escutar, a gente aprende, por isso uma programação de qualidade busca estimular, promover e animar a audiência. Ao dar voz às minorias, possibilitando-lhes falar de sua realidade, reclamar seus direitos ou trocar experiências e informações relevantes para o seu crescimento, abre-se um campo enorme de possibilidades de escuta e de elaboração de pautas de interesse do ouvinte;
4. a forma educa: as formas, os gêneros e os recursos do rádio também educam. É o trabalho de pesquisa e exploração da plasticidade sonora que dá identidade à comunicação radiofônica e, por isso mesmo, é aí que reside o seu poder. É aí, fundamentalmente, que esse meio encontra a sua linguagem — e encontrar a sua linguagem significa encontrar a sua realização — a comunicação. Na trajetória dos meios eletrônicos de comunicação de massa, o rádio se desfez da sua identidade, da sua linguagem, para se transformar numa “caixinha musical” com rápidas e escassas incursões no jornalismo. Portanto, resgatar essa linguagem radiofônica tendo como conteúdo a cidadania é um aspecto fundamental a ser desenvolvido.

Compreendemos que o “fazer educativo” deve estar presente como eixo transversal ao longo de toda programação da rádio educativa. Cada espaço, informativo, de opinião ou de entretenimento, desenvolve intencionalidades educativas e oferece oportunidades

de aprendizagem ao contribuir para que os ouvintes se apropriem de elementos da realidade, de conhecimento e de experiências. Com o uso da linguagem radiofônica, rico em palavras, sons, músicas, efeitos e dramatizações, o ouvinte vai ao encontro de vivências e sentimentos que o ajudam a relacionar-se de maneira positiva e construtiva com o entorno social.

### *As dimensões pedagógicas no projeto radiofônico*

O objetivo principal do modelo pedagógico é a construção do projeto-homem e mulher e do projeto-comunidade, baseado nos valores de justiça, participação e solidariedade. A comunicação radiofônica busca também esse objetivo ao focar sua atenção na revalorização da pessoa, propondo programas alternativos de educação, de informação que contribuam para o (re)descobrimiento do ser pessoa, de suas capacidades e de um chamado ao compromisso solidário.

A proposta de uma rádio para e com adolescentes e jovens deve incorporar no seu “fazer educativo comunicacional” as dimensões pedagógicas da “Proposta Educativa de Fé e Alegria Brasil — Diretrizes Nacionais”, a serem desenvolvidas no processo formativo e indispensáveis no desenvolvimento pleno dos talentos pessoais do comunicador. Por sua vez, essas dimensões se concretizam na programação que interpela o ouvinte como resultado do fazer educativo e comunicacional.

As rádios educativas em Fé e Alegria devem surgir da necessidade de priorizar sempre a mediação pedagógica, entendendo-a como a promotora da aprendizagem. Define o tratamento dos conteúdos e das formas de expressão dos diferentes temas a fim de fazer possível o ato educativo.

As estratégias pedagógicas das rádios educativas devem ser capazes de provocar ações transformadoras na vida cotidiana de seus ouvintes, uma vez que:

- aprender é a capacidade que todos nós temos para auto-organizar a vida, e, a partir daí, o processo de vida deve ser visto como um processo de conhecimento;
- a aprendizagem como um processo de auto-organização da vida obedece aos mesmos processos que sustentam o novo paradigma: auto-organização e interdependência.

Nos programas educativos, as dimensões a serem desenvolvidas são as seguintes:

- participação;
- capacidade de expressão e de tomada de decisões;
- antecipação no desenvolvimento de uma visão estratégica;
- autonomia (autoestima, identidade e autorrealização);
- integração (desenvolvimento da capacidade de interdependência com “outros”. Criação do tecido social e formação de redes;
- intencionalidade (desenvolvimento da capacidade de optar, de decidir);
- desenvolvimento da atitude para centrar todas as informações em um contexto e em um conjunto.

No processo de implantação da rádio educativa e de negociação de financiamento para a produção dos programas educativos, há que trabalhar, como mediação pedagógica, uma programação educativa e artística baseada fundamentalmente em:

- vinhetas e *spots* educativos: formatos de trinta segundos aproximadamente, que entram como gotas, pílulas na programação. Valendo-se das estratégias publicitárias próprias de vinhetas comerciais de apelação aos sentidos e ao *marketing* de ideias, vão-se provocando mudanças culturais e de comportamento social em assuntos relacionados com os valores, os direitos, a responsabilidade cidadã, a proteção do meio ambiente, entre outros;
- campanhas educativas e campanhas de solidariedade;
- entrevistas com líderes comunitários, diretores de escolas, de centros comunitários e equipamentos sociais;
- noticiários diários e atemporais;
- microprogramas de produção existentes de uma rede de parcerias: Carretel de Invenções, Casos e Causas, O “X” da Questão, Boletim Saúde;



- musicais com inserções de hora certa, *spots* de uma notícia a cada quinze minutos e *spots*/pílulas e notícias diversas.

## Diretrizes:

1. Funcionar em conformidade com a legislação de outorga vigente.
2. Dar preferência a finalidades educativas artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade.
3. Promover atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e a integração dos membros da comunidade atendida.
4. Respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade.
5. Não discriminar em função de raça, religião, gênero, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.
6. Promover o valor universal do direito à vida, compreendido, em seu sentido mais amplo, como a defesa dos direitos humanos, do direito a educação e saúde para todos, do respeito ao próximo e às diferenças, do combate à violência, do estímulo à participação, à solidariedade, visando à construção de uma sociedade justa e solidária.
7. Compreender e criticar as complexas redes de valores subjacentes à cultura, impostas pelos meios de comunicação.
8. Ser um espaço de acolhida das diversas manifestações culturais da juventude e um polo irradiador de educação e cultura com efetiva interação com as escolas, a comunidade e suas organizações representativas.
9. Ser um espaço privilegiado de formação de "homens e mulheres para os outros".
10. Buscar a excelência em todas as dimensões do projeto.
11. Abordar os problemas globais e fundamentais para gerar na comunidade os conhecimentos parciais e locais.
12. Ter um pensamento aberto às incertezas, capaz de fazer frente aos riscos, ao inesperado e ao incerto e modificar seu desenvolvimento;
13. Pautar-se por uma "aprendizagem inovadora" e "pertinente", diferente da "aprendizagem de manutenção", porque devemos dar respostas "pertinentes" e enfrentar problemas em contextos de crescente complexidade, em que muitas das situações necessitam ser descobertas e interpretadas "estrategicamente" com base nas tendências e colocadas em cenários possíveis;
14. Buscar os meios que possibilitem se constituir em importante canal de interação e participação popular, para que as comunidades às quais se dirige encontrem um espaço de atuação e que possibilite a inserção social, a expressão e a defesa dos interesses locais, bem como a busca de solução para os problemas da comunidade.

Portanto, as rádios educativas devem impulsionar processos de aprendizagem inovadores e pertinentes, capazes de disseminar valores e informações relevantes, contribuindo para o desenvolvimento humano e social, por meio de educação, cultura e entretenimento saudável. Os conteúdos veiculados pela rádio visam estimular a reflexão dos ouvintes, tornando-os sujeitos críticos de sua própria realidade e dos demais.

### 4.2.5.2 Portais educativos

Atualmente Fé e Alegria conta com um portal institucional (<http://www.mundoescolar.org>) que serve como centro de documentação e informação a todos os países, escritórios e centros educativos. Esse portal não tem um perfil "escolar", mas sim institucional, objetivando divulgar Fé e Alegria às comunidades e ainda compartilhar recursos no nível federativo.

Os portais são espaço de encontro das escolas e Centros Educativos de Fé e Alegria, com o propósito de servir de apoio e plataforma de intercâmbio às comunidades educativas de Fé e Alegria, enriquecendo cada dia mais seu trabalho comunitário e de formação.

O conteúdo e a estrutura dessa nova ferramenta tecnológica, que está dirigida a toda a comunidade escolar: docentes, estudantes, famílias, investigadores, dentre outros, propiciam muitos cenários para encontro e intercâmbio de conhecimentos entre os centros educativos da América Latina.

Portanto, podemos afirmar que o objetivo dos portais é “contribuir para a consolidação de uma rede de comunidades educativas a nível federativo apoiando o intercâmbio de experiências e a divulgação e construção do conhecimento como base para a geração de fortalezas na área educativa em todos os lugares onde estamos atuando”.

Especificamente, os portais devem promover metodologias inovadoras de conhecimentos através de um banco de recursos didáticos por áreas e níveis acadêmicos; motivar a publicação das produções educativas de Fé e Alegria; potencializar os atores do processo educativo para fazê-los mais criativos, comunicativos, mais bem preparados e mais capazes como indivíduos; gerar práticas de trabalho cooperativo interescolar e, ainda, favorecer intercâmbios entre educadores, estudantes, famílias e comunidades de nossos centros educativos.

#### 4.2.6 Ação pública

A ação pública, para Fé e Alegria, mais que um conceito, deve expressar determinada opção política institucional. Se temos consciência de que a abrangência de nossa atuação institucional, visando ao atendimento da população necessitada, é limitada, especialmente em função do volume de recursos de que dispomos, a opção pela incidência política apresenta-se como uma opção natural. É através dela que, de forma efetiva, Fé e Alegria pode e deve defender que a justiça seja feita indistintamente, com atenção privilegiada para aqueles com os quais nos comprometemos — os empobrecidos, os marginalizados e os oprimidos.

A orientação para a ação pública de Fé e Alegria dar-se-á segundo a luz das ciências sociais e dos documentos da Igreja, especialmente dos documentos da Companhia de Jesus, subsídios produzidos nesta direção pelos Centros de Investigação e Ação Social da Companhia de Jesus, no Brasil: *Ibrades* (RJ), *CEAS* (BA) *Instituto Humanitas – IHU* (RS); *João Bosco Burnier – Fé e Justiça* (MT), bem como dos documentos produzidos pela própria Fé e Alegria, que tratam abundantemente do tema, fundamentando-o.

A base de sustentação e legitimidade da nossa presença e contribuição em discussões e deliberações no espaço público, sob o discurso da defesa dos direitos, é justamente o atendimento que realizamos através de nossos programas e projetos. Esse momento

do serviço institucional é o momento em que somos tocados pela indignação institucional frente ao descumprimento dos direitos humanos historicamente conquistados, momento em que arregimentamos nossas forças operantes e avançamos, somando-nos a outros tantos agentes sociais para defender e proteger aqueles com os quais trabalhamos e para os quais dedicamos toda atenção institucional, guiados pela dimensão do cuidado para com a vida, que pode muito facilmente se perder, caso não entremos de pronto no campo das batalhas democráticas próprias desse campo de intervenção institucional, esse momento é e deve ser nossa referência.

#### Referencial conceitual

A ação pública é a intervenção institucional de Fé e Alegria no coletivo das relações políticas de poder institucionalizadas, especialmente com o Estado, na forma de defesa, promoção e amplificação dos direitos, visando ao cumprimento integral dos direitos humanos, de crianças, adolescentes e famílias, na perspectiva de seu avanço e sua universalização.

Na história de Fé e Alegria no Brasil, a vivência cotidiana no campo da ação pública nos permite dizer sobre algumas características que compõem nosso jeito de intervir, marcando-nos positivamente, a saber:

- presença crítico-propositiva — porque aos problemas apresentados seguem propostas construídas, de preferência, no coletivo dos movimentos sociais;
- presença articuladora — porque não se propõe a trabalhar sozinha, mas se coloca como uma ação animadora da somatória de forças em função de resultados comuns;
- presença competente — porque investe na qualificação da presença institucional, aprofundando os conhecimentos relativos e produzindo conhecimentos, marcada pela capacidade da intervenção;
- presença consequente — porque é capaz de intervenção com início, meio e fim, perseguindo os resultados a que se propõe alcançar;
- presença mobilizadora — porque é capaz de sensibilizar e atrair adesões e somar-se ao movimento próprio constitutivo da ação pública;

- presença valente — na Fé e na Alegria de ser profeta onde mora a injustiça feita aos empobrecidos e oprimidos do Brasil.

Nessa história, diversas aprendizagens se acumularam e confirmam a necessidade do investimento institucional no campo da ação pública, entre outras, que:

- nesses espaços públicos circulam informações, operam-se negociações e realizam-se tomadas de decisão que exigem a efetiva participação institucional de Fé e Alegria;
- a presença institucional nesses espaços públicos, talvez mais que qualquer outra estratégia de *marketing*, influencia na visibilidade institucional;
- as representações e a presença nos espaços públicos nos dão uma aproximação o mais real possível das relações de forças determinantes do contexto no qual Fé e Alegria está inserida, em âmbito local, regional ou nacional, as quais nos ajudam a enxergar limites e possibilidades dessa intervenção institucional.

É propósito, pois, de Fé e Alegria nesse campo de intervenção contribuir para com discussões, proposições e definições relativas às políticas públicas, visando à melhoria das condições de vida da população empobrecida, especialmente de crianças, adolescentes e jovens.

Para tanto, reconhece que, sendo uma instituição de Educação Popular e Promoção Social, três espaços políticos exigem sua presença pró-ativa, aos quais deverá destinar prioridade. São estes: os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, de Educação e Assistência Social, seguidos dos respectivos fóruns não governamentais organizados. E, nesse sentido, precisa que os seus representantes titulares tenham capacidade e poder de decisão.

### Referencial legal

A Constituição democrática e cidadã de 1988 assegura-nos, no capítulo *Dos Direitos e Garantias Fundamentais* (arts. 5º a 17), a livre manifestação do pensamento. A ação pública de Fé e Alegria assenta-se, pois, na liberdade de dizer, de agir, de se organizar, expressando suas convicções e compromissos éticos e políticos para com a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.

Como Movimento de Educação Popular e Promoção Social, Fé e Alegria tem, na Educação e Assistência Social, suas principais bandeiras de luta no campo da ação pública, na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Assim, o art. 205 da Constituição Federal nos assegura que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; e o art. 203 nos assegura que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social. Seguem-se, a partir daí, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

Como organização voltada para os direitos das crianças e dos adolescentes, a Lei nº 8.069/1990 (ECA) é sua referência legal, seguida das normativas internacionais que a inspiram. É de se destacar, como marcos normativos a serem considerados, as Declarações sobre os Direitos da Criança (1924/1959), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948), o Pacto de São José da Costa Rica (1969), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966, ratificados em 1992) e o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoa, em Especial Mulheres e Crianças (ratificado pelo Brasil em 2004) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil (ratificado pelo Brasil em 2004)<sup>17</sup>.

### Público-referência

A ação pública de Fé e Alegria se volta para o Estado brasileiro buscando, no conjunto da articulação política da sociedade civil organizada, o comprometimento dos poderes executivo, legislativo e judiciário na efetivação da proteção integral de nossas crianças e adolescentes.

• • •

**17.** In: Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, p. 24.

## Diretrizes:

1. A Ação Pública em Fé e Alegria deve estender-se para além da representação institucional, devendo, por exemplo, compor o currículo da educação formal e fortalecer a programação da formação política da educação não formal e da área de desenvolvimento comunitário.
2. A ação pública em Fé e Alegria deve buscar envolver o conjunto de seus colaboradores e todo o seu público de trabalho, incluindo crianças, adolescentes e jovens, bem como suas famílias e comunidades.
3. Onde há Fé e Alegria, haja participação nos espaços públicos, porque seu trabalho, naturalmente, se compõe do tripé atendimento, defesa dos direitos e vigilância sobre as situações vividas por seu público referencial.
4. Que haja o investimento na formação, em ação, de novas lideranças comunitárias, vindas das bases do trabalho, buscando-se envolvê-las nas representações institucionais de Fé e Alegria junto aos fóruns e aos conselhos setoriais.
5. As experiências exitosas de Fé e Alegria na ação pública, especialmente através de sua representação institucional nos espaços de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas, devem ser registradas e comunicadas a todos os seus integrantes, para que sirvam como referência para a sua atuação em outros espaços e lugares.
6. Toda a representação institucional deve compor a rede de ação pública de Fé e Alegria, assegurando a articulação interna permanente e o fluxo de informações necessárias ao fortalecimento da presença institucional no campo das políticas públicas.
7. A representação de Fé e Alegria deve ser, prioritariamente, no campo dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Educação e da Assistência Social, visto que o perfil institucional se faz no tripé dessa relação.

### 4.2.6.1 Participação em campanhas, fóruns temáticos e conselhos setoriais

A fidelidade ao espírito do Movimento de Educação Popular e Promoção Social Fé e Alegria nos compromete com a história da luta da sociedade brasileira pela redemocratização do país, após longo e penoso tempo de ditadura militar. Nos compromete com a participação social, aquela institucionalizada na perspectiva de

influenciar diretamente nas decisões de governo, mas também aquela que se faz pela via da pressão, mobilização, difusão de informações, debates políticos ou qualquer outro meio não institucionalizado. As duas formas são legítimas e necessárias, e através delas expressamos nosso fiel compromisso para com as nossas crianças e adolescentes, ao mesmo tempo em que ratificamos, no cotidiano da prática institucional, a máxima de que *“Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”* (CF 88, art. 1º).

A história recente da participação da sociedade civil na construção das políticas públicas, cada vez mais, nos remete aos conselhos deliberativos paritários, vinculados ao Executivo nos três níveis de governo. A identidade de Fé e Alegria remete à instituição, de modo particular, aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social e da Educação, o que não impede de participar de outros Conselhos afins a suas especificidades locais, dependendo das condições concretas para se manter de forma qualificada em tais espaços políticos. Por sua vez, a importância desses espaços políticos não deve ser subestimada e, estando representada, Fé e Alegria deverá dedicar atenção especial de tempo e energia produtiva.

Além disso, na mesma medida, somos remetidos à participação no campo dos movimentos sociais, lugar privilegiado onde nos alimentamos da esperança coletiva, organizada, a exemplo de fóruns, campanhas e outros movimentos próprios das lutas sociais. Uma fragilidade reconhecida nesse campo, especialmente das organizações não governamentais, é a desarticulação. Pois que Fé e Alegria, em seu espírito de Movimento, seja nucleadora do conjunto, animadora e inspiradora de práticas institucionais articuladas e organizadas em prol da proteção integral de crianças e adolescentes.

Nos conselhos setoriais e nos fóruns temáticos, entre outros, importa-nos a presença pró-ativa na dimensão do controle social para o bom cumprimento de nossa missão institucional.

## Diretrizes:

1. Os representantes da Fé e Alegria junto a campanhas, fóruns e conselhos devem ter capacidade e poder de decisão, expressando, ao mesmo tempo, o compromisso e a importância que a instituição atribui a esses espaços democráticos de construção das políticas públicas.

2. Os representantes de Fé e Alegria devem ser criteriosamente escolhidos entre aqueles com maior capacidade técnica, disposição para o serviço e compromisso institucional.
3. Na sistemática do trabalho das equipes de Fé e Alegria devem ser reservados momentos de escuta, reflexão e tomada de decisão coletiva relacionados à participação em questão, evitando-se a autorrepresentação.
4. Devem ser oportunizados momentos de formação específica, promovidos por Fé e Alegria ou através de parcerias constituídas, de forma que a instituição tenha presença competente e consequente nesses espaços políticos.
5. A participação institucional nesses espaços políticos deve estar caracterizada como uma presença institucional crítico-propositiva, articuladora, competente, consequente, mobilizadora e profética.
6. Fé e Alegria deve dispor de canais apropriados para a discussão interna referente a temas polêmicos, de modo que as posições políticas assumidas publicamente representem um consenso ou uma decisão institucional.
7. Fé e Alegria deve ser inspiradora e animadora de movimentos que tratem de temas relacionados às práticas que desenvolve junto a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias atendidas.

#### 4.2.6.2 Articulação em redes sociais

A constatação de que a linguagem sobre redes é comum a todos os campos da vida contemporânea exige de Fé e Alegria, antes de tudo, a capacidade institucional de descer da superfície cotidiana dessa constatação, apoiada no esforço daqueles que se dedicam ao exercício intelectual profundo de compreensão da realidade, porque “como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Elas são a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2000).

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. (...) Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde

que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados (dentre outras), para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise à suplantação do espaço e invalidação do tempo. Mas, a morfologia da rede também é uma fonte de drástica reorganização das relações de poder (CASTELLS, 2000).

Assim ancorados, podemos agora destacar a articulação em redes sociais como uma estratégia que visa potencializar os esforços de integração, de ações comuns, de união frente à dispersão de recursos e forças disponíveis, para dar conta da proteção integral de nossas crianças e adolescentes. Por um lado, trata-se da “política de atendimento que far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (ECA, art. 86). Por outro lado, trata-se da iniciativa da sociedade civil organizada, no mesmo esforço convergente de potencializar seu poder de pressão social, através da articulação em redes.

Como entidade beneficente de assistência social, somos componentes da rede de atendimento local, mais especialmente na condição de apoio socioeducativo em meio aberto. Na área da educação, integramo-nos às redes de promoção e desenvolvimento dos serviços de educação integral. De forma semelhante, participamos ainda de redes voltadas para o desenvolvimento da economia solidária, da consciência ecológica e dos direitos humanos. Além disso, somos parte da sociedade civil que se dedica ao controle social, também no esforço da articulação em redes sociais.

#### Diretrizes:

1. Abrir-se à comunicação interinstitucional permanente e ser referência acolhedora e animadora no interior das redes de sua intervenção específica.
2. Na medida do possível, assumir papéis estratégicos no interior das redes, referenciando-se nos processos de condução.
3. Ser ponto de apoio à articulação, organização e manutenção das redes de sua intervenção específica.





# 5. POLÍ TICAS DE SUPOR TE

## 5.1 Parcerias

O PE. JOSÉ MARIA VÉLAZ, nosso fundador, estava convencido de que o primeiro resultado concreto da obra de Fé e Alegria é seu vigoroso chamado à consciência pública a fim de resgatar a dignidade daqueles que a tiveram sequestrada e obstaculizada, através da *educação popular integral*. A partir desse resultado, entendia que “nosso dinheiro, ou melhor dito, o dinheiro que os mais pobres necessitam para sua educação está no erário público, portanto devemos exigir que o mesmo seja repartido de forma justa”.

Inspirados por esse objetivo, Fé e Alegria proclama que a “*educação é um bem público*”, regula-se e compromete-se com a busca de melhora dos sistemas públicos de educação; promovendo a ação pública a partir da convicção de que a transformação social e o desenvolvimento que buscamos exigem mudanças culturais e políticas (estruturais), se queremos promover uma educação de excelência, assumindo o compromisso em corresponsabilidade com o Estado, a comunidade e outros atores sociais, para que os empobrecidos e os excluídos usufruam desse bem público: a educação.

Para a concretização desse tripé (comunidade, poder público e organizações da sociedade civil), são necessárias parcerias que possibilitem um novo modelo de relação entre as várias organizações (ONGs, governos, agências multilaterais, fundações, igrejas, sindicatos, empresas e entidades assistenciais). Sua atuação é motivada por interesses comuns, e não pelo relacionamento pautado pelo conflito e pela concorrência.

Consideramos que é preciso ter clareza de que há muitos sentidos e práticas que a palavra pode designar e que se defrontam uns com os outros. A diversidade de grupos sociais e organizações que atuam na sociedade, com interesses, trajetórias, valores e naturezas distintas, faz com que o que seja uma parceria para uns não seja necessariamente considerado como tal por outros.

As parcerias não são produtos do acaso, mas resultado das relações estabelecidas e do trabalho realizado junto às comunidades onde atuamos e, portanto, quanto mais consciência tivermos delas, mais saberemos se são suficientes ou não às necessidades de cumprimento de nossa

missão. É preciso estar atento e perceber quais relações devem ser ampliadas, intensificadas, modificadas e estabelecer objetivos para cada uma delas, assumindo o papel de protagonistas da relação. Com isso teremos claro com quem queremos ou devemos nos relacionar, com quem devemos estabelecer ou aprofundar a cooperação, reduzindo os riscos da inconstância, do personalismo, do idealismo e do amadorismo, assim como do assistencialismo.

Parceria é a designação de certas formas de cooperação entre organizações e que indica, antes de tudo, uma ação conjunta, motivada pela existência de interesses e objetivos comuns, na qual cada um aporta e mobiliza os recursos de que dispõe para atingir esses objetivos. Não é o seu caráter legal ou formal que a determina. É mais precisamente, a qualidade da relação que a distingue, ou seja, o modo como organizações com distintos interesses, poderes, recursos e atribuições constroem um espaço onde se comportam como iguais na definição dos objetivos comuns, dos papéis e da contribuição de cada uma. Nesse sentido, a parceria se distingue da relação de contrato (como a prestação de serviços, por exemplo), porque nesta os objetivos e o que deve ser feito tendem a ser preponderantemente definidos pela parte que contrata, cabendo ao contratado cumprir a tarefa que lhe foi solicitada, quando muito negociando um ou outro aspecto.

A parceria deve explicitar a dimensão de complementaridade, isto é, buscar no outro os recursos e as capacidades de que não se dispõe, mas que são necessárias para atingir seus propósitos. A diferença reside no fato de que essa troca ou complementaridade têm como motivação o cumprimento de objetivos compartilhados e externos a cada uma.

O pressuposto fundamental da parceria é o encontro de organizações autônomas, com identidades e posições claras. Mesmo tendo recursos e poderes diferentes, elas devem se reconhecer como iguais em determinado momento, além de conhecer e valorizar mutuamente a contribuição que cada uma pode dar. E devem adotar um comportamento como tendo igual poder na relação, tanto para estabelecer os objetivos como para definir os recursos necessários, os papéis e as responsabilidades, já que parceria é o oposto de subordinação e se estabelece por uma isonomia na cooperação.

Também consideramos essencial que se implementem formas de acompanhamento, discussão e renegociação dos termos do trabalho conjunto e das bases que o motivaram. É preciso reconhecer o fato

de que tanto o ambiente quanto as pessoas que compõem uma organização mudam. Portanto, é natural que interesses, papéis, poderes, objetivos, vantagens obtidas e capacidades das organizações possam não ser mais os mesmos depois de certo tempo.

As parcerias representam um elemento fundamental no desenvolvimento institucional de Fé e Alegria, pois através delas podemos desenvolver atividades novas, iniciar novos projetos, abrir novas frentes de atuação, fortalecer projetos em andamento e aumentar nossa capacidade de intervenção, além de demonstrar nossa capacidade de estabelecer relações, influenciar, convencer, cooperar e mobilizar outros atores para atingir objetivos institucionais e instituintes, ampliando o impacto e a abrangência de nossa atuação.

A avaliação dos parceiros é fundamental para desenvolver a parceria e, portanto, recomendamos verificar e analisar os seguintes aspectos da possível organização parceira, registrando-a em relatório específicos: atuação, tempo de existência, credibilidade, imagem, missão, valores, intencionalidade ética, capacidade de investimento, saúde financeira, gestão de pessoas, projetos já desenvolvidos, entre outros.

Também recomendamos algumas etapas ou atividades que devem ser seguidas para facilitar a formação de parcerias:

1. definir estratégias e objetivos;
2. avaliar parceiros em potencial;
3. avaliar as possibilidades e o que se oferece em troca;
4. definir a oportunidade;
5. avaliar o impacto da ação conjunta na comunidade;
6. planejar a integração;
7. implementar a integração;
8. cultivar e manter os vínculos de parceria;
9. solicitar avaliação externa e independente acerca da relação em curso.

### *A formalização das parcerias*

Para a formalização das parcerias, requer-se a assinatura entre ambas as partes de um instrumento jurídico (*conforme orientado no Manual Interno Ad-*

*ministrativo de Fé e Alegria Brasil*) que reja e facilite a relação entre as instituições, garantindo o cumprimento dos objetivos propostos.

Os instrumentos podem ser um termo de convênio, um termo de parceria ou simplesmente um contrato. O importante é que esses acordos de cooperação firmados entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e privados para realização de atividades de *interesse comum dos participantes* não sejam apenas contratos de adesão, mas a expressão do que queremos realizar em conjunto na parceria e sob instâncias jurídico-políticas competentes institucionalmente para a validação da cooperação.

Em geral são celebrados entre entidades públicas, para realizar atividades de interesses comuns, no campo social, educacional, de pesquisa etc. O que ocorre é que o órgão repassador do numerário, pelas dificuldades de realizar determinadas tarefas, delega a outras entidades localizadas onde os fatos acontecem a incumbência de realizar essas tarefas (terceirização), repassando o numerário para aquela atividade.

## Diretrizes:

1. Fé e Alegria não deve ser mera executora do acordo firmado com o parceiro; o que por si só deixaria de caracterizar uma parceria.
2. A proposta pedagógica de Fé e Alegria será implementada de forma efetiva durante a vigência da parceria.
3. A parceira deve promover o desenvolvimento e a participação da comunidade local.
4. Sempre que possível, deverá estar sob a responsabilidade de Fé e Alegria a indicação dos servidores e/ou funcionários que ocuparão as funções de gestão, coordenação e supervisão do projeto.

## 5.2 Política de voluntariado — Seus objetivos e seus princípios

Coerente com as concepções que orientam o trabalho desde a sua fundação, Fé e Alegria acolhe homens e mulheres que, motivados interiormente e

comprometidos com a transformação social, voluntariamente colocam à disposição da instituição seu tempo e seus conhecimentos para a realização de trabalhos voluntários. Considera o potencial transformador que essas atitudes representam tanto para o próprio indivíduo quanto para aqueles envolvidos com a ação do trabalho voluntário.

Considerando ainda, que o cidadão precisa de oportunidades e condições para ser solidário, Fé e Alegria se propõe a organizar o trabalho voluntário por meio da implantação de programas de voluntariado planejados e com boas práticas de gestão, visando aproveitar todo o potencial dessa ação, de forma que fortaleça seus projetos, serviços e programas e contribua para uma educação popular de qualidade.

Em seus programas de voluntariado, objetiva:

1. assumir e difundir o conceito de voluntariado como uma atividade espontânea, em que as pessoas doam seu tempo, trabalho e talento para apoiar indivíduos, comunidades e causas, sem interesse de receber benefícios materiais ou financeiros, independentemente de crenças religiosas e preferências político-partidárias e que essa atividade, inscrita e acordada por ambas as partes, com documentos próprios e explícitos, não gera direitos trabalhistas ou previdenciários, conforme a Lei nº 9.608, do Serviço Voluntário, de 18 de fevereiro de 1998;
2. ampliar a integração entre comunidade, beneficiários, educadores e voluntários, aumentando e qualificando o alcance das atividades e fomentando a ação comprometida com resultados, por meio do reconhecimento e da valorização das ações existentes, da orientação permanente e do estímulo à mobilização;
3. valorizar a ação voluntária como importante instrumento do diálogo social e do exercício da responsabilidade social, incentivando que a ação dos voluntários contribua com o desenvolvimento comunitário;
4. divulgar a todos os públicos interessados informações sobre os programas e as atividades desenvolvidas, apoiados ou organizados pelo Programa de Voluntariado, sobre os resultados obtidos nas ações e o impacto causado nas comunidades;

5. não usar o serviço voluntário para substituir uma contratação efetiva de seu quadro de funcionários. Entendemos que o voluntário é um apoio às atividades desenvolvidas, e a sua colaboração contribui para um trabalho de maior qualidade.

8. Durante as atividades, os voluntários não podem falar publicamente em nome da instituição para assuntos outros que não os específicos da ação voluntária.

9. A Fundação Fé e Alegria acompanhará as ações voluntárias para garantir a responsabilidade, a atenção e o compromisso das pessoas envolvidas.

## Diretrizes:

1. Os voluntários devem assinar o Termo de Adesão com a Fundação Fé e Alegria, de acordo com a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, com detalhamento das atividades a serem realizadas. Nenhum voluntário poderá iniciar sua colaboração antes da assinatura do referido termo por ele e pelo coordenador representante de Fé e Alegria.
2. O Programa de Voluntariado não oferecerá nenhum apoio financeiro às atividades voluntárias.
3. Os voluntários poderão utilizar os equipamentos já existentes nos projetos e, se necessário, solicitar recursos para o desenvolvimento da ação, que, por sua vez, passará por uma análise e aprovação mediante as condições financeiras da instituição.
4. As ações voluntárias serão realizadas em dias e horários estabelecidos no termo de adesão, e qualquer mudança deverá ser aprovada de maneira que não prejudique a ação em curso. As faltas não poderão ser constantes e, em casos de necessidades, deverão ser comunicadas com antecedência de pelo menos uma semana.
5. Os voluntários participarão das formações internas e, quando possível e necessário, serão convocados para atividades externas. Fé e Alegria incentiva a capacitação de todos os colaboradores com o intuito de aprimoramento pessoal e coletivo, bem como o liame com a missão e a orientação teórico-metodológica das ações educacionais.
6. O colaborador voluntário deverá respeitar os princípios e a missão institucionais que regem a instituição.
7. Os voluntários devem respeitar os seus colegas e as pessoas da comunidade, sem exercer nenhum tipo de discriminação, e atuar em consonância com os princípios éticos da instituição.

A formação dos voluntários ocorrerá em conjunto com as demais linhas de formação de Fé e Alegria: docentes, educadores sociais e gestores.



# 6. ANEXOS

## 6.1 Relação dos Centros Educativos de Fé e Alegria do Brasil

No 1º Encontro Nacional, foi amplamente discutida a padronização dos nomes dos centros educativos, educacionais, culturais e comunitários.

Após a aprovação da Diretoria Executiva, orientamos os centros educativos a efetivar a substituição dos nomes em uso, conforme especificado a seguir. Ressaltamos a importância da substituição dos nomes em todas as divulgações, tais como documentos, comunicações escritas, placas, pintura dos prédios e também junto à comunidade onde o centro educativo está inserido.

Nesta nova convenção, destaca-se sempre o nome “Fé e Alegria”, ou seja, o nome dos centros terá a seguinte composição: Fé e Alegria + o tipo de centro que identifica o programa realizado + a identificação ou especificidade local.

Exemplo: Fé e Alegria Centro de Educação Infantil Taipas (SP).

NOME DO CENTRO	TIPOS DE PROGRAMAS
<b>Fé e Alegria</b> Centro de Educação Infantil	Educação Infantil
<b>Fé e Alegria</b> Centro Educacional	Ensino Fundamental Ensino Médio Educação de Jovens e Adultos
<b>Fé e Alegria</b> Centro de Educação Técnica	Educação Técnica
<b>Fé e Alegria</b> Centro Pedagógico	Formação continuada para docentes Formação de gestores Formação de educadores sociais Formação, pesquisa e documentação em educação popular
<b>Fé e Alegria</b> Centro de Desenvolvimento Comunitário ou <b>Fé e Alegria</b> Centro Social de Educação e Cultura	Educação comunitária (centros culturais: oficinas culturais, esportivas, informática educativa e apoio à escolarização) Atenção integral a criança e adolescente em situação de risco social e pessoal (abrigoamento) Educação popular na rua Formação pelo/para o trabalho Curso pré-universitário Formação de lideranças comunitárias Implementação de polos culturais e esportivos (bibliotecas) Inclusão digital Geração de emprego e renda Socioambiental



NOME DO CENTRO	TIPOS DE PROGRAMAS
<b>Fé e Alegria</b> Centro de Atenção Integral	Atenção integral a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal

Para a execução de placas de identificação ou pintura em muros ou painéis, indicamos os seguintes exemplos:



# Fé e Alegria



# 7. REFE RÊNCIAS BIBLIO GRÁ FICAS

AMMANN, Safira B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. 8. ed. São Paulo, Cortez, 1992.

ANTUNES, Celso. *Resiliência: a construção de uma nova pedagogia para uma escola pública de qualidade*, Petrópolis, Vozes, 2004.

BENEVIDES, Maria V. M. *A cidadania ativa*. São Paulo, Ática, 1991.

BERBEL, Neusi A. N. (org.). *Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações*. Londrina, Paraná, INEP/EDUEL, 1999.

BORDENAVE J. D., PEREIRA, A. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. 21. ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

BORJAS, Beatriz. *Gestão educativa a serviço da inovação*. Tradução Yvone F. Mantoanelli. São Paulo, Edições Loyola, 2006 (Coleção Programa Internacional de Formação de Educadores Populares Fé e Alegria).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis, Vozes, 2002.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. 4. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de publicações, 2003.

\_\_\_\_\_. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/1996*. Rio Janeiro, Lamparina, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Ensino fundamental de nove anos: orientações para inclusão da criança de seis anos de idade*. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília, FNDE, Estação Gráfica, 2006.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)*. Brasília, MEC/SEF, 1997. 10 v.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)*. Brasília, MEC/SEF, 1998. 10 v.

BRUNER, J. *Atos de significação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

CABARRÚS, Carlos R. *Ser pessoa em plenitude: a formação humana na perspectiva inaciana*. Tradução Maria Cecília Celle Rivero Moya. 2. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004 (Coleção Formação de Educadores Populares).

- CALDART, Roseli S. *Pedagogia do movimento sem-terra*. 3. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- CARRASCO, Luis. *Resumen*. Documento Final do XXXVII Congresso Nacional, Cochabamba, 2006.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo, Editora Paz e Terra, 2000.
- CECEÑA, Ana E. Compilado. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.
- DA COSTA, Antônio C. G. *Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios*. Brasília, Edição da Secretaria Especial dos Direitos Humanos — Governo Federal, 2006.
- DEMO, Pedro. *Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2000.
- ESCLARIN, Antonio P. *A educação popular e sua pedagogia*. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Padre José Maria Vélaz Fundador de Fé e Alegria*. Caracas, Edita Federacion Internacional Fé y Alegria, 1992, p.5.
- FÉ E ALEGRIA. *Ideário Fundação Fé e Alegria*. Disponível em: <<http://www.fealegria.org.br/capa/publicacoes/origem/ideario.pdf>>.
- \_\_\_\_\_. *Plano Estratégico Nacional 2006-2010*. São Paulo, Edições Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Projeto Político Pedagógico dos Centros Culturais Educativos (PPP Centro Leste)*, 2004.
- FEDERACIÓN INTERNACIONAL DE FE Y ALEGRIA. *Nuestra Práctica de Promoción Social Comunitaria*. *Revista Internacional Fé y Alegria*, n. 9, año 2008.
- \_\_\_\_\_. *Uma mejor educación para uma mejor sociedad: propuestas para el diálogo y la transformación educativa em América Latina e Caribe*. 2008.
- FÉLIZ, Ana. *A recuperação da história urbana*. Tradução Yvonne F. Mantoanelli. São Paulo, Edições Loyola, 2006 (Coleção Formação de Educadores Populares).
- FILGUEIRAS, Luiz, PINTO, Eduardo C. Governo Lula: contradições e impasses da política econômica. In: *IX Encontro Nacional de Economia Política*, 2004, Uberlândia.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 42. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- \_\_\_\_\_. *La naturaleza política de la educación: cultura, poder y liberación*. Barcelona, Paidós Ibérica, S.A., 1990.
- \_\_\_\_\_, NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 6. ed. Petrópolis, Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da terra*. São Paulo, Peirópolis, 2000.
- \_\_\_\_\_, ROMÃO, José E. (orgs.). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. 7. ed. São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire, 2005.
- GANDIN, Danilo, CRUZ, Carlos H. C. *Planejamento na sala de aula*. Porto Alegre, La Salle, 1995.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal na pedagogia social*. An. 1 Congresso Internacional de Pedagogia Social, março/2006.
- HEERDT, Mauri L. *Pensando para viver alguns caminhos da filosofia*. 5. ed. Florianópolis, Sophos, 2005.
- HENGEMÜHLE, A. *Gestão de ensino e práticas pedagógicas*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 2004.
- LIBANIO, João Batista. *A arte de formar-se*. 3. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- LLANO, José G., ADRIÁN, Mariella. *A informática educativa na escola*. Tradução Katia Magna. São Paulo, Edições Loyola, 2006 (Coleção Formação de Educadores Populares).
- MATURANA, Humberto, VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento*. Campinas, Editorial Psy, 1995.
- MICHAELIS. *Dicionário escolar espanhol*. São Paulo, Melhoramentos, 2007.
- MORENO, Montserrat et alli. *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. São Paulo, Ática, 1997.
- MORIN, Edgar. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. Elaborado para a UNESCO por Edgar Morin, Emilia Roger Ciurana, Raúl Domingo Motta. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. 2. ed. São Paulo, Cortez; Brasília — DF, UNESCO, 2007.

- Pedagogia Inaciana: uma proposta prática*. 6. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2003.
- PERNALETE, Luisa Cecilia. *Democracia, participação, cidadania*. São Paulo, Edições Loyola, 2006 (Coleção Formação de Educadores Populares).
- RONCA, Paulo A. C., TERZI, Cleide A. *A aula operatória e a construção do conhecimento*. 19. ed. São Paulo, EDESPLAN, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fórum social mundial: manual de uso*. São Paulo, Cortez, 2005.
- SAVIANI, Demerval. *Educação: escola e democracia*. São Paulo, Cortez/Autores associados, 1983.
- STÜRMER, Noeli Maria. *A cultura escolar e suas relações com o processo de desenvolvimento profissional docente*. Disponível em: <[http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo\\_3885.html](http://www.sbpnet.org.br/livro/58ra/SENIOR/RESUMOS/resumo_3885.html)>.
- TORO, A. J. Bernardo. *Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação*. MA/ UNICEF. Brasília, 1997.
- TORRES, Rosa Maria. *Justicia educativa e justicia económica: 12 tesis para el cambio educativo*. Fé y Alegria. Movimiento de Educación Popular Integral y Promoción Social, 2005.
- VASCONCELOS, M. L. M. C., BRITO, R. H. P. de. *Conceitos de Educação em Paulo Freire*. São Paulo-Petropolis: Vozes, 2006.
- VASCONCELOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. 7. ed. São Paulo, Libertad, 2000.
- VORRABER, Marisa C., (org.). *Educação popular hoje: variações sobre o tema*. São Paulo, Edições Loyola 1998.
- VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1998.